



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO E
DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO, CULTURA E PRODUÇÃO DE SUJEITOS**

Cristian Moreira Fraga

**EDUCAR A RAÇA, GOVERNAR A VIDA: BIOPOLÍTICA E A
PRODUÇÃO DE SUJEITOS NO BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933)**

Santa Cruz do Sul
2026

Cristian Moreira Fraga

**EDUCAR A RAÇA, GOVERNAR A VIDA: BIOPOLÍTICA E A
PRODUÇÃO DE SUJEITOS NO BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado. Área de concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva

Santa Cruz do Sul
2026

CIP - Catalogação na Publicação

Moreira Fraga, Cristian

Educar a raça, governar a vida : Biopolítica e a lrodução de
sujeitos no Boletim de Eugenia (1929-1933) / Cristian Moreira
Fraga. – 2026.

133f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Santa
Cruz do Sul, 2026.

Orientação: Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva.

1. Educação. 2. Eugenia. 3. Boletim de Eugenia. 4.
Biopolítica. 5. Necrobiopolítica. I. Silva, Mozart Linhares da.
II. Título.

Cristian Moreira Fraga

**EDUCAR A RAÇA, GOVERNAR A VIDA: BIOPOLÍTICA E A
PRODUÇÃO DE SUJEITOS NO BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933)**

Essa dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado. Área de concentração em Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC como obtenção parcial para o título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva
Professor Orientador - UNISC

Profa. Dra. Betina Hillesheim
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR)

Data: 24/02 /2026

Investigar a história da eugenia traz desconforto. Não é um tema fácil de pesquisar pelo fato de termos de lidar todo o tempo com o desprezo, a segregação e o desejo de controle de um grupo sobre o outro. Por outro lado, conhecer essa história é ter a possibilidade de refletir sobre um tema ainda pouco divulgado no Brasil e de grande importância para se entender o presente (Diwan, 2020, p. 9).

AGRADECIMENTOS

Início estes breves agradecimentos exaltando a importância de minha família, especialmente de minha mãe, em minha árdua e breve trajetória acadêmica. A servidora pública do município de Cachoeira do Sul - RS, com o seu eterno lembrar sobre a possibilidade de uma “ascensão social” através da educação, fez-me compreender como aquilo que faço tem valia, seja para mim, seja para aqueles que virão posteriormente, reafirmando como a educação muda realidades. Agradeço também ao meu orientador, o prof. dr. Mozart Linhares da Silva, pela paciência e parceria durante este período de escrita, além do apoio de meus colegas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul, onde realizei a presente dissertação, com um agradecimento especial àqueles que compõem o grupo de pesquisa Identidade e Diferença em Educação. Agradeço também aos docentes e discentes da linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos (ECPS), os quais ocasionaram-me um conforto para pesquisar, mas ao mesmo tempo um desconforto com suas indagações, às quais foram de extrema importância para o andar desta dissertação. Agradeço profundamente à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa Proim modalidade II, a qual foi de suma importância para a realização desta pesquisa. E por fim, gostaria de agradecer à Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Oscar Karnal pela parceria e compreensão durante todo o processo.

Foi um período difícil e que exigiu um “abrir mão” de muita coisa para a obtenção deste título e para posteriormente um possível doutoramento. Desta forma, os agradecimentos parecem breves, mas para mim são extremamente profundos e relevantes.

RESUMO

O presente trabalho analisa e problematiza as proposições, referente à educação, trazidas pelo periódico eugenista *Boletim de eugenia* (1929-1933). Visando compreender qual era a importância, função e as características de uma educação ideal para o movimento eugenista brasileiro, a pesquisa buscou compreender como esses discursos, que perpetuavam o racismo científico, subjetivavam a população das primeiras décadas do século XX, influenciaram nas decisões de Estado, além de verificar as suas permanências na sociedade brasileira contemporânea. Realizando-se uma pesquisa documental, foram analisados os 42 exemplares do periódico eugenista que circularam de 1929 a 1933, marcos legais (como as Constituições federais de 1934 e 1937), além de jornais e publicações que circulavam à época. A análise do documento eugenista deve-se a sua importância como uma das principais ferramentas de divulgação dos ditames eugênicos e a sua propagação entre as elites econômica, política e intelectual do país. A eugenia foi uma teoria social, com fortes conotações raciais, criada e desenvolvida pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911). No Brasil, recebeu inúmeras interpretações, sendo inicialmente atrelada ao movimento sanitaria-higienista tão em voga na época e posteriormente recebendo contornos mais deterministas. Tendo o Brasil como foco e analisando as teorizações do eugenista Renato Kehl (1889-1978), o respectivo trabalho dialoga com Michel Foucault (1926-1984) e Berenice Bento (1966-), lançando mão dos conceitos de Biopolítica, Racismo de Estado, dispositivo de sexualidade e necrobiopolítica para problematizar e propor que a eugenia no Brasil possui determinadas marcações que criam uma teoria singular no país, fazendo com que ainda hajam permanências na sociedade contemporânea, além de atravessarem até mesmo teorias correlatas que buscam abdicar destes marcadores.

Palavras-chave: Eugenia; Educação; Biopolítica; Necrobiopolítica; Boletim de Eugenia; Racismo de Estado.

ABSTRACT

The present study analyzes and problematizes the propositions concerning education presented by the eugenic periodical *Boletim de Eugenia* (1929–1933). Aiming to understand the importance, function, and characteristics of an ideal education for the Brazilian eugenics movement, the research sought to examine how these discourses— which perpetuated scientific racism— shaped the subjectivities of the population in the early decades of the twentieth century, influenced state decisions, and how their legacies persist in contemporary Brazilian society. Through documentary research, the 42 issues of the eugenic periodical published between 1929 and 1933 were analyzed, as well as legal frameworks (such as the Federal Constitutions of 1934 and 1937), in addition to newspapers and other publications circulating at the time. The analysis of the eugenic document is justified by its importance as one of the main instruments for disseminating eugenic principles and by its circulation among the country's economic, political, and intellectual elites. Eugenics was a social theory with strong racial connotations, created and developed by the English anthropologist Francis Galton (1822–1911). In Brazil, it received numerous interpretations, initially being associated with the sanitary-hygienist movement that was highly influential at the time, and later acquiring more deterministic contours. Focusing on Brazil and analyzing the theorization of the eugenicist Renato Kehl (1889–1978), this study engages in dialogue with Michel Foucault (1926–1984) and Berenice Bento (1966–), drawing on the concepts of Biopolitics, State Racism, the dispositif of sexuality, and necrobiopolitics to problematize and propose that eugenics in Brazil bears specific markings that constitute a singular theoretical formation within the country. These markings continue to persist in contemporary society and even permeate related theories that seek to relinquish such markers.

Keywords: Eugenics; Education, Biopolitics; Necrobiopolitics; *Eugenics bulletin*; State Racism.

RESUMEN

El presente trabajo analiza y problematiza las proposiciones relativas a la educación presentadas por el periódico eugenista *Boletim de Eugenia* (1929–1933). Con el objetivo de comprender cuál era la importancia, la función y las características de una educación ideal para el movimiento eugenista brasileño, la investigación buscó examinar cómo estos discursos —que perpetuaban el racismo científico— subjetivaban a la población de las primeras décadas del siglo XX, influyeron en las decisiones del Estado y verificar sus permanencias en la sociedad brasileña contemporánea. A través de una investigación documental, se analizaron los 42 ejemplares del periódico eugenista que circularon entre 1929 y 1933, marcos legales (como las Constituciones federales de 1934 y 1937), además de periódicos y otras publicaciones que circulaban en la época. El análisis del documento eugenista se justifica por su importancia como una de las principales herramientas de difusión de los principios eugenésicos y por su circulación entre las élites económicas, políticas e intelectuales del país. La eugenesia fue una teoría social con fuertes connotaciones raciales, creada y desarrollada por el antropólogo inglés Francis Galton (1822–1911). En Brasil recibió numerosas interpretaciones, siendo inicialmente vinculada al movimiento sanitario-higienista tan en boga en aquel momento y, posteriormente, adquiriendo contornos más deterministas. Tomando a Brasil como foco y analizando las teorizaciones del eugenista Renato Kehl (1889–1978), el presente trabajo dialoga con Michel Foucault (1926–1984) y Berenice Bento (1966–), haciendo uso de los conceptos de biopolítica, racismo de Estado, dispositivo de sexualidad y necrobiopolítica para problematizar y proponer que la eugenesia en Brasil posee determinadas marcas que configuran una teoría singular en el país. Estas marcas aún persisten en la sociedad contemporánea e incluso atraviesan teorías afines que buscan abdicar de dichos marcadores.

Palabras clave: Eugenesia; Educación; Biopolítica; Necrobiopolítica; *Boletín de eugenesia*; Racismo de Estado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Darwinismo social e racismo científico.....	19
Figura 02: Jeca Tatu, o regenerado.....	31
Figura 03: Pintura A redenção de Cam, 1895.....	43
Figura 04: Preceitos de pratica quotidiana para a conservação da saude.....	57
Figura 05: “Galton: Sabio Constructor”.....	61
Figura 06: Educação eugênica e suas ramificações.....	101
Figura 07: Inauguração da Escola General Mitre.....	107
Figura 08: “Um contingente do Morro do Pinto que não vai à escola?”.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

ACM - Associação Cristã dos Moços

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Ensino Superior

CBE - 1º Congresso Brasileiro de Eugenia

CCBE - Comissão Central Brasileira de Eugenia

LBHM - Liga Brasileira de Higiene Mental

PPGedu - Programa de Pós-Graduação em Educação

SESP - Sociedade Eugênica de São Paulo

UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Trajetória acadêmica e delimitação do tema.....	9
1.2 Objetivos geral e específicos.....	12
2. O PROJETO EUGÊNICO BRASILEIRO: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO.....	14
2.1 Em busca de um “povo brasileiro”: A chegada das teorias raciais no Brasil.....	15
2.2 A eugenia na América Latina.....	20
2.3 “A religião nova que dirige os destinos da raça humana”: A história da eugenia no Brasil.....	23
2.3.1 Mendelianos e Neolamarckianos: Entre determinismo e regeneração.....	27
2.3.2 Eugenia e Branqueamento: A Política Racial do Embranquecimento no Brasil.....	37
3. ENTRE CIÊNCIA E IDEOLOGIA: RENATO KEHL E O BOLETIM DE EUGENIA (1929–1933).....	50
3.1 Renato Kehl, o “pai” da eugenia brasileira.....	51
3.2 O Boletim de Eugenia: da ciência à propaganda eugênica (1929–1933).....	54
3.3 O documento como monumento.....	72
4. EDUCAR PARA EUGENIZAR: O PROJETO EUGÊNICO DE FORMAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XX.....	76
4.1 “A educação como complemento primacial da eugenia”: A função eugênica da educação.....	77
4.2 “Instruir é eugenizar”: Proposições educacionais no Boletim de Eugenia.....	81
4.2.1 “Importancia eugenica da educação sexual”.....	84
4.2.2 Educação Moral.....	92
4.2.3 Educação Hygienica.....	93
4.2.4 Educação physica.....	94
4.3 Reformas educacionais e eugenia: Educação eugênica aos eugenizados.....	103
5. BIOPOLÍTICA, DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE E RACISMO DE ESTADO: QUEM ESTÁ APTO A HABITAR O PAÍS?.....	113
5.1 Da biopolítica à necrobiopolítica: Entre a normatização da vida e o abandono da morte.....	114
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
7. REFERÊNCIAS.....	123

1. INTRODUÇÃO

1.1 Trajetória acadêmica e delimitação do tema

Eu cheguei de muito longe/ E a viagem foi tão longa/ E na minha caminhada/ Obstáculos na estrada/ Mas enfim aqui estou (Erasmus Carlos, 1971)

Nesse início de dissertação, gostaria de trazer brevemente as nuances e desafios de minha trajetória acadêmica, além de evidenciar como cheguei ao estudo da eugenia. Minha breve trajetória acadêmica e profissional se inicia com o ingresso no curso de Licenciatura em História da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) no início do ano de 2020. Durante a licenciatura em história, houve o primeiro contato com a pesquisa, o qual se deu no âmbito do grupo de pesquisa *Identidade e Diferença em Educação*, ministrado pelo professor doutor Mozart Linhares da Silva, atual orientador. Nesse contexto, fomos introduzidos ao pensamento do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), cujos conceitos, embora inicialmente complexos e distantes, marcaram o início de uma jornada de familiarização com as teorias e abordagens pós-estruturalistas. Da mesma maneira, o tema e a metodologia da pesquisa atual foram delineados em duas disciplinas também ministradas pelo professor Mozart: Teoria da História e Historiografia, onde se iniciou o estudo mais aprofundado de Michel Foucault, e Brasil República, que abordou a política de branqueamento da população brasileira no final do século XIX e início do XX, bem como as proposições eugênicas para o "aperfeiçoamento" do corpo social da nação.

Com o passar do tempo, houve um aprofundamento - especialmente após a inserção no mestrado em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGedu/UNISC) - nos conceitos de biopolítica, racismo de Estado e os inúmeros dispositivos de segurança, além de uma maior compreensão das diferentes concepções que permeiam o conceito de eugenia. Em 2024, ingressei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGedu-UNISC), sendo contemplado com uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para a realização da respectiva dissertação.

A pesquisa está vinculada à linha de pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos (ECPS), que proporcionou-me suporte teórico e crítico ao longo do processo. Em meio a tudo isso, surgiu a necessidade de discutir os desdobramentos da eugenia para além de seu caráter

estritamente biológico, evidenciando suas conexões com a educação como um dispositivo fundamental na constituição de sujeitos e na normatização\normalização social, nascendo assim o tema desta dissertação. Ao investigar como os discursos eugênicos produziram práticas educacionais no Brasil entre as décadas de 1920 e 1930, com destaque para as proposições trazidas pelo periódico eugenista *Boletim de Eugenia* (1929-1933), busca-se compreender de que maneira essas ideias moldaram políticas públicas - especialmente referentes a área da educação -, currículos escolares e concepções pedagógicas que visavam a construção de um ideal de nacionalidade. Dessa forma, a respectiva dissertação pretende contribuir para o debate historiográfico e educacional, fornecendo uma análise crítica sobre o impacto dessas concepções na sociedade brasileira e algumas possíveis reverberações na contemporaneidade. Discursos sobre a seleção de imigrantes, fertilidade dos mais pobres, miscigenação, além do racismo incrustado em instituições como a polícia militar brasileira e através da nova-genia/eugenética, são algumas demonstrações de como a eugenia ainda permanece no imaginário brasileiro, a qual foi sendo construída - com suas continuidades e descontinuidades - historicamente através de mecanismos como a educação, especialmente a escolar.

A eugenia se tornou um assunto amplamente debatido criticamente, problematizando suas proposições e ações, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial e a descoberta da maquinaria da morte empreendida pelo partido nazista através de inúmeros campos de concentração que tinham como objetivo uma enorme limpeza étnica da população judia. Juntamente com a incompreensão, vinha a percepção de como esses ideais eugênicos estavam dispostos pelo mundo e estavam sendo pouco problematizados. Diversos países, com destaque para a Alemanha, empreenderam políticas públicas visando com que tais atos jamais fossem esquecidos, estudos visando entender a mentalidade social e como a eugenia conseguiu enraizar-se nela. Todavia, se considerarmos o contexto brasileiro, aqueles estudos destinados a analisar a eugenia no país possuem algumas mudanças com o passar do tempo, considerando, especialmente, a própria heterogeneidade teórica do movimento eugenista no país. Alguns teóricos de finais do século XX, como a americana Nancy Stepan (2004, 2005), por exemplo, associavam a eugenia brasileira à eugenia latino-americana, concebendo-lhe um olhar mais homogêneo e atribuindo-lhe um aspecto mais “brando” e suavizado. Todavia, com o passar das décadas, novos autores surgiram com novas visões sobre o assunto, percebendo até mesmo uma similaridade com os movimentos alemão e norte-americano em alguns aspectos. A eugenia, que

visava no Brasil o melhoramento racial de um país considerado “degenerado”, acaba se encaixando perfeitamente nos discursos de inúmeros teóricos racialistas do século passado. Nesse cenário, e considerando os inúmeros trabalhos que discutem o surgimento e o desenvolvimento do movimento eugenista brasileiro, a eugenia no Brasil não se restringiu a um discurso meramente biológico, mas incorporou aspectos sociais, culturais e educacionais na tentativa de conformar um modelo ideal de nação. Entre os diversos mecanismos de intervenção, a educação emergiu como uma das principais estratégias para difundir valores eugênicos, moldando comportamentos e promovendo a regeneração da população dentro de uma perspectiva considerada civilizatória. Assim, a respectiva dissertação surge como de suma importância para compreender essa relação entre eugenia (a teoria racial que visava tornar a raça humana “pura de defeituosidades”) e educação (um dos principais mecanismos de subjetivação da população).

Nesse sentido, a análise da relação entre educação e eugenia permite compreender como tais ideais foram incorporados ao pensamento pedagógico e às políticas públicas da época, evidenciando a profundidade e complexidade do projeto eugênico no Brasil. Desta forma, a proposta deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os vínculos entre eugenia e educação no Brasil, especialmente no período entre as décadas de 1920 e 1930 - momento em que o ideário eugênico adquire uma maior importância entre os debates sobre o futuro da nação, especialmente após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder - e os seus efeitos na população nacional.

Embora historicamente associada a visões biodeterministas e racistas em contextos totalitários, como no regime nazista, a eugenia no Brasil assumiu contornos próprios, articulando-se com dispositivos pedagógicos e sanitários (ao menos em seu início) como formas de intervenção na população. Nesse contexto, o *Boletim de Eugenia* (1929-1933) constitui uma fonte privilegiada para investigar como a educação foi mobilizada como estratégia de subjetivação, normalização e melhoramento racial. Financiado principalmente pela *Liga Brasileira de Higiene Mental* (LBHM) e pela revista *Medicamenta*, o periódico representava uma das principais plataformas de divulgação dos ditames eugênicos no país, reunindo médicos, higienistas, educadores e intelectuais comprometidos com a construção de uma identidade nacional assentada em parâmetros racializados e biopolíticos.

A relevância do tema se amplia ao considerar que parte dessas proposições eugênicas ultrapassou o campo teórico e foi incorporada a dispositivos legais, como a inclusão da educação

eugênica na Constituição Federal de 1934 e da educação física na Constituição Federal de 1937. Essas inserções demonstram a profundidade com que tais ideias se enraizaram no campo das políticas públicas, especialmente educacionais. A partir das teorizações sobre biopolítica trazidas pelo teórico francês Michel Foucault, esta pesquisa busca problematizar os discursos e práticas que constituíram a educação como instrumento privilegiado de governo das populações e seleção dos mais aptos, apontando também para possíveis reverberações desses dispositivos no presente.

1.2 Objetivos geral e específicos

Essa dissertação tem como **objetivo geral** analisar as implicações da educação eugenista no pensamento educacional brasileiro, com foco na elite intelectual e econômica, na década de 1930, a partir do periódico *Boletim de Eugenia*, que circulou entre os anos de 1929 e 1933. Considerando que o periódico *Boletim de Eugenia* era um dos principais instrumentos de divulgação dos ditames eugênicos à época, o objetivo geral é desdobrado nos seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar a recepção e aplicação das teorias raciais no Brasil, visando identificar o seu poder de subjetivação na construção da identidade nacional brasileira e na concepção de um projeto de povo, bem como sua articulação com as propostas educacionais da época;
- Compreender a adesão e relevância dos ditames eugênicos, juntamente com a sua heterogeneidade teórica, na primeira metade do século XX no Brasil;
- Examinar como as proposições eugênicas auxiliaram para a inserção do inciso b, no artigo 138, da Constituição Federal de 1934 obrigando o ensino da educação eugênica nas escolas e posteriormente o artigo 131 da Constituição de 1937, obrigando o ensino da educação física;
- Verificar as concepções de educação veiculadas pelo *Boletim de Eugenia* (1929-1933), identificando como a educação era compreendida, defendida e quais eram as suas proposições no contexto do discurso eugênico brasileiro;
- Investigar o papel do *Boletim de Eugenia* como instrumento de propaganda e difusão dos ideais eugênicos no Brasil, destacando suas estratégias discursivas, alcance social e papel na conformação de políticas públicas e no pensamento educacional da década de 1930.

A partir desses objetivos, o presente trabalho lança mão da seguinte problematização: Qual foi o papel e a importância da educação no discurso eugênico veiculado pelo *Boletim de Eugenia* (1929-1933), e como as concepções educacionais defendidas pelo periódico se articularam com o projeto de 'purificação racial' e a busca por uma identidade nacional no Brasil da primeira metade do século XX? Buscando problematizar como essa visão racializada, desigual e até mesmo fatalista entre os pares foi incentivada e aderida socialmente através dos discursos sobre o melhoramento da raça.

2. O PROJETO EUGÊNICO BRASILEIRO: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO

1



¹ Pintura A redenção de Cam do Museu Nacional de Belas Artes, Broccos, 1895.

2.1 Em busca de um “povo brasileiro”: A chegada das teorias raciais no Brasil

Ao final do século XIX, com a iminente derrocada do regime monárquico e do sistema escravista no país, era necessário - além de conservar a hierarquia social que opunha proprietários de terra e a massa de escravizados, juntamente com a manutenção de uma incipiente classe média em ascensão - criar uma identidade nacional para esse país indefinido (Schwarcz, 1993). Conforme Schwarcz (1993, p. 18)

em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão-de-obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania.

Sendo assim, além de criar uma imagem nacional era necessário também manter uma hierarquia que deveria ser mais que econômica, deveria ser socialmente aceita. Desta forma, a chegada das teorias raciais surge como uma solução para tal problema, fazendo com que a ideia “Um Estado, uma Nação” fosse “a tônica do discurso nacional e a raça fora o viés desse processo de homogeneização da população da nação” (Silva, 2012, p. 196). Com uma crescente importância e valorização da ciência entre a população, oriunda de um século de muitos avanços - como a teoria da evolução e o surgimento da termodinâmica - os “homens de ciência” se tornam responsáveis por encontrar soluções sociais para um país que era visto como “degenerado” - especialmente em virtude de sua composição étnico-racial. Segundo Schwarcz (1993, p. 36-37), o termo “homem de ciência” referia-se a “um tipo especializado de profissional. Ávidos leitores da produção científica, sobretudo europeia, esses intelectuais dispersos nos diversos estabelecimentos tenderão a reconhecer-se como ‘homens de ciência’”. Oriundos especialmente das escolas de direito e medicina da segunda metade do século XIX - com destaque para a Escola de Direito de Recife-PE -, esses homens acreditavam “que a partir da ciência que se reconhecia diferenças e se determinavam inferioridades” (Schwarcz, 1993, p. 28).

Apesar de terem sido recebidas de forma arbitrária e até mesmo caricatural no país pelos grandes autores da época, as teorias raciais foram galgando vagarosamente o seu espaço entre os assuntos debatidos pelos “homens de ciência” durante os séculos XIX e XX. Conforme se

intensificava o imperativo positivista - e neste caso republicano - de *Ordem e Progresso*, a necessidade de se encontrar um “povo brasileiro” condizente com esse progresso retornava. Desta maneira, e especialmente “a partir da abolição em 1888 e da proclamação da Primeira República no ano seguinte, a ciência emergira como ferramenta de autoridade cada vez maior para interpretações sociais e – especialmente – raciais” (Stepan, 2004, p. 338). Sendo assim, com o passar das décadas, as teorias que antes eram vistas de forma jocosa, tornaram-se a saída nacional. Com diferentes proposições, teóricos e formas de aplicação, as teorias raciais que chegaram ao Brasil dos séculos XIX e XX foram muitas. Entre elas, havia a etnologia-biológica, que tinha a poligenia como um de seus pilares, a qual colocava que a humanidade era oriunda de diferentes centros de criação, onde as diferenças raciais observadas eram o seu principal resultado. Legitimada especialmente pela frenologia e pela antropometria - as quais visavam interpretar o tamanho e proporção dos cérebros dos diferentes povos - esta teoria foi fundamental para a elaboração de uma segunda interpretação que recebeu inúmeros adeptos durante o século XIX: A antropologia criminal de Cesare Lombroso (1835-1909)². No Brasil essa teoria foi utilizada como uma justificativa para a aversão, de grande parte da elite econômica e intelectual do país, à mestiçagem.

Na concepção poligenista, os mestiços - que formavam majoritariamente o povo brasileiro - exemplificavam a diferença fundamental entre as raças e personificavam a “degeneração” que poderia advir do cruzamento de “espécies diversas” (Schwarcz, 1993). Segundo Silva (2014, p. 31), “A frenologia, a antropometria e a craniologia forneciam os critérios, as medidas, para que os médicos-peritos brasileiros identificassem as diferentes ‘raças’ que eles acreditavam existir, e, a partir dessa diferenciação as posicionassem numa escala hierárquica de evolução”. Sendo assim, e considerando a consequência maléfica que a mistura das raças poderia ocasionar, na visão dessa vertente teórica, o processo de melhoramento racial através do branqueamento da população³, utilizando-se da miscigenação como ferramenta, era algo visto como inconcebível, tendo em vista que ao invés do branqueamento da população, haveria o enegrecimento ao longo das gerações (Souza Júnior, 2025).

Conforme Schwarcz (1993, p. 61)

² Segundo Silva (2009, p. 42), “os fenótipos, os ângulos, medidas faciais, impulsos sexuais, resistência à dor (analgesia), estatura e até hábitos sociais, como o uso de tatuagens, sugeriam a Lombroso os traços que evidenciaram um tipo criminoso”.

³ O respectivo assunto será tratado de forma mais aprofundada mais adiante.

A justificativa poligenista tinha, também, fundamentos biológicos. Partindo da teoria de Darwin, mas na verdade subvertendo-a, esses pensadores afirmavam que o resultado de um casamento híbrido era sempre degenerado ou mais fraco. Pior ainda, carregava os defeitos (e não as qualidades) de cada um de seus ancestrais.

Essa imagem de um indivíduo “fraco” e “degenerado” que beirava à selvageria, poderia ser facilmente encontrado nos textos e trabalhos dos autores que utilizavam a poligenia como base teórica. Segundo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906)⁴, discípulo teórico de Cesare Lombroso e um dos adeptos da poligenia, em seu ensaio *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (2011), ao falar da miscigenação entre as raças, coloca que

[...] mesmo nos mestiços mais disfarçados, naquelles em que o predominio dos caracteres da raça superior parece definitiva e solidamente firmado, não é impossivel revelar-se de um momento para outro o fundo atavico do selvagem (Rodrigues, 2011, p. 69)

No ensaio em questão, Nina Rodrigues (2011) utiliza uma série de estatísticas sobre os crimes mais comuns cometidos no país, além de uma quantidade considerável de autores buscando corroborar com as suas afirmativas (com destaque para José Veríssimo (1857-1916) e Silvio Romero (1851-1914)), tendo como divisor o marcador racial. No decorrer do estudo, o autor recorrentemente traz o estereótipo sobre a “selvageria” do mestiço - com ênfase para o pardo, o qual era concebido como o “produto do cruzamento das três raças e proveniente principalmente do cruzamento do mulato com o índio, ou com os mamelucos caboclos” (Rodrigues, 2011, p. 32) - e a sua propensão à criminalidade. Focando no sujeito e não no crime, “[...] através da criminologia se pensava ser possível identificar tipos criminosos através da análise da anatomia dos sujeitos, antecipando-se assim ao crime propriamente dito, pois a ênfase não estava no crime, mas na figura do criminoso” (Silva, 2014, p. 31). Trazendo uma constante defesa da “raça pura” em seu ensaio, mas em contrapartida propondo um código penal distinto para aqueles que compõe o grupo classificado como “raça inferior” (negros africanos, indígenas e

⁴ Nina Rodrigues foi um dos autores mais proeminentes, no quesito raça, no cenário nacional de finais do século XIX. Professor de “Medicina Legal da Universidade de Medicina da Bahia” (Bolsanello, 1996, p. 159), Nina Rodrigues desenvolveu alguns trabalhos referentes à composição étnico-racial brasileira, com destaque para o ensaio *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (2011). Segundo Silva (2014, p. 30), parafraseando Skidmore (1976), “Nina Rodrigues foi o responsável pelo primeiro estudo etnográfico sério e respeitável sobre o negro brasileiro feito por um brasileiro, que era mulato, diga-se de passagem”.

mestiços), Rodrigues (2011, p. 70), ao falar do estado físico e psíquico do mestiço, coloca que “o verniz de civilização, já de si tão frágil, que nas raças superiores cobre e domina a organização automática e instintiva, fica reduzido a nada nos mestiços”, onde - e trazendo uma “dica” médica em seu relato - “além do seu desequilíbrio de organização sempre possível, deve o médico atender à possibilidade destas transmissões atávicas transitórias”.

A segunda teoria racial que recebeu grande relevância no Brasil do século XIX, foi a escola histórica, a qual possuía o conde e naturalista francês Sir Joseph Arthur de Gobineau como um de seus principais expoentes. Essa segunda vertente acreditava nas diferenças raciais como um processo evolutivo histórico, entretanto - apesar de conceber que os indivíduos partem de um mesmo centro de criação - os adeptos dessa vertente teórica também condenavam a miscigenação por acreditarem que ela poderia levar os indivíduos a uma degeneração (Souza Júnior, 2025). Segundo Gobineau (1853), “o resultado da mistura é sempre um dano”, ocasionando sempre populações “desequilibradas e decaídas” (Gobineau apud Schwarcz, 1993, p. 64). Com forte influência na eugenia alemã, essa corrente teórica prezava pela pureza das raças, além de criar uma forte hierarquia racial contendo os arianos - especialmente alemães e ingleses - no topo.

Em seguida, tínhamos o darwinismo social. A teoria que ficou mundialmente conhecida por legitimar um novo imperialismo levado a cabo pelas novas potências europeias em ascensão (Bolsanello, 1996), visava hierarquizar as populações mundiais entre civilizados e selvagens. Considerando que “os seres humanos são, por natureza, desiguais, ou seja, dotados de diversas aptidões inatas, algumas superiores, outras inferiores (Bolsanello, 1996, p. 154), o darwinismo social surge e se desenvolve como uma justificativa social para aquelas potências europeias que invadiam e dividiam os continentes asiático e africano através de uma ideia salvacionista de progresso. Em sua aplicação através do imperialismo europeu, os “civilizados” (vistos como raça superior) eram aqueles que compunham a população da metrópole que estava colonizando determinada região, enquanto os “selvagens” (vistos como raça inferior) eram aqueles que estavam aquém da evolução social almejada, que neste caso seriam os habitantes das colônias. De certa forma, e especialmente após o Congresso de Berlim (1885), essa teoria recebeu um ideal salvacionista por parte das emergentes potências que invadiam e dominavam os continentes africano e asiático. O “civilizado” tinha um dever social: levar cultura e progresso àqueles “racialmente atrasados”. Omar Ribeiro Thomaz (1996, p. 94), ao falar do neocolonialismo português do século XX e a sua *vocação imperial*, coloca que colonizar “significava exportar

ciência a povos que ainda permaneciam no obscurantismo da vida tribal e em um cotidiano permeado por elementos mágicos e religiosos. Tratava-se, portanto, de levar a ciência e assim interferir na qualidade de vida dos colonizados”. Todavia, essa diferenciação legitimada cientificamente através do darwinismo social - levada a cabo pelo novo imperialismo europeu - não se sustentava apenas na distinção étnica entre europeus e os povos colonizados, mas também na diferença racial. O darwinismo social colocava que o ápice da evolução humana resultaria em uma pureza racial, logo a ideia de progresso estava extremamente imbricada neste conceito. Com uma concepção linear e progressiva, a busca por uma pureza racial resultaria em um corpo-espécie de raça branca, onde aqueles que não possuísem tais características, estariam em diferentes momentos da evolução. Conforme Seyferth (1996, p. 43), o darwinismo social

[...] radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) - no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros, acabariam sucumbindo a seleção natural e social.

Figura 01: Darwinismo social e racismo científico



Fonte: Guérin-Menéville, 1838, p. 408.

Após a inserção destas inúmeras teorias raciais no Brasil, no início do século XX surge uma que receberia muito mais adeptos e se aplicaria de modo mais efetivo à realidade brasileira: a eugenia.

2.2 A eugenia na América Latina

A eugenia foi uma teoria social desenvolvida pelo antropólogo inglês Francis Galton (1822-1911), a qual buscava, acima de tudo, a pureza e o progresso da raça humana⁵. Essa pureza se daria através de uma divisão dentro do próprio corpo-espécie da população, dividindo-a entre eugênicos e disgênicos, onde a classificação destes se daria das formas mais distintas, conforme a realidade de cada nação. Eugênicos seriam aqueles que estariam aptos para sobreviverem, se reproduzirem e consequente melhorarem a população nacional. Já os disgênicos, ou degenerados, seriam aqueles que estariam inaptos para melhorar a raça humana e consequentemente impossibilitados de contribuírem com o seu progresso. Sendo assim, “a eugenia será a ciência da espécie humana, considerada na sua diversidade racial. Será o saber da intervenção, inflexão sobre os desejados e indesejados, os eugênicos e disgênicos, os (bio) anormais, os que merecem ou não viver/procriar”(Silva, 2014, p. 904).

O termo eugenia (eugenics) foi trazido pela primeira vez pelo autor na obra *Hereditary Genius* (1869) e, posteriormente, no livro *Inquiries into Human Faculty and Its Development* (1883), sendo o marco para o nascimento desta nova teoria, que viria a se tornar mais uma, entre tantas, para perpetuar o racismo científico. Etimologicamente o termo “eugenia” corresponde a união de duas palavras: “eu: boa” e “genus: geração” (Silva, 2014), enfatizando, já em seu nome, a sua função. Segundo Francis Galton (1988, p. 165), a eugenia era “a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade”. Visando obter uma “boa geração” futura, a hereditariedade estava no cerne do debate - especialmente após o resgate das descobertas de Gregor Mendel (1822-1884) -, logo, um dos principais meios para a melhora desta raça era através do controle da sexualidade deste povo. Escolhendo casamentos entre os mais aptos e dividindo o corpo-espécie para a eliminação dos inaptos, a eugenia buscava proles melhores e com menos “defeituosidades”. Desta forma, a sexualidade tornava-se

[...] tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia

⁵ A ideia de progresso aqui empregada estava especialmente ligada à ideia de evolução da espécie. Os eugenistas em geral se auto-proclamavam “progressistas”, mas não no sentido contemporâneo da palavra, mas sim como uma teoria que buscava o “progresso” e a “evolução” contínua da nação rumo à pureza da raça.

política como seu vigor biológico. [...] Servindo tanto para incentivar a procriação dos desejáveis, quanto para impossibilitar a dos indesejáveis, o dispositivo de sexualidade perpassava todo o corpo-espécie, visando uma melhora contínua da população (Foucault, 1999, p. 137).

Sendo assim, segundo Silva (2014, p. 904-905)

[...] dois vieses de intervenção são constituídos, a intervenção direta e invasiva no corpo dos sujeitos chamada eugenia negativa ou através da profilaxia tendo como veículos efetivos a educação e a propaganda. Seja pela esterilização, proibição de casamentos e castrações como na eugenia negativa, ou pela orientação sexual e exames pré-nupciais, como no caso da positiva, a eugenia aponta para o campo de intervenção à sexualidade.

Portanto, a “intervenção eugênica implicou na mobilização do dispositivo de sexualidade, no controle e na gestão da sexualidade sadia e desejável, pois, o controle da vida passa pelo disciplinamento da sexualidade, das proles, das uniões conjugais e, efetivamente, das famílias” (Silva, 2012, p. 195).

Apesar de aplicar-se especialmente à fervilhante Inglaterra do século XIX, a eugenia encontrou receptores, com diferentes matizes, nos mais variados países do mundo. Ao contrário do darwinismo social que colocava europeus como civilizados e o restante como selvagem, visando legitimar um novo imperialismo por parte das jovens potências, a eugenia fazia uma cesura dentro do próprio corpo-espécie da população de cada nação. Para realizar esta divisão, o marcador não era mais apenas étnico, mas também racial. Entretanto, para compreender a receptividade e aplicação dessas teorias deterministas raciais no Brasil, com destaque para a eugenia, deve-se considerar, sobretudo, a sua chegada e aplicação no continente americano.

Quando tratamos de eugenia na América, devemos considerar algumas nuances em nossa análise, visando não cair em uma visão generalizante. Enquanto no continente europeu a eugenia possuía uma compreensão mais fatalista e determinista⁶, com destaque para a eugenia alemã, na América as coisas se deram de um modo um pouco diferente. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ciência de Galton era aplicada de modo mais radical, mais determinista, perpassando políticas públicas e hábitos sociais, como as leis Jim Crow e as políticas de esterilização dos “anormais”. Dialogando diretamente com uma eugenia negativa, o país norte-americano se distancia - ao

⁶ Enquanto em países como Alemanha, Suíça e Inglaterra a eugenia era aplicada de um modo mais radical; na França, Itália e Bélgica a sua compreensão era mais próxima do sanitarismo/higienismo (Souza, 2007), visando políticas mais brandas e focando em questões ambientais. Entretanto, especialmente na região norte da Europa, havia uma compreensão muito bem definida de superioridade racial em comparação aos demais povos, assumindo uma visão determinista para a suposta “inferioridade” destes.

menos inicialmente - de seus vizinhos do continente. Em contrapartida, na América Latina as coisas aconteceram de um modo mais “brando”, ao menos em seu início, dialogando diretamente com políticas sanitaristas e higiênicas. Desta forma, os movimentos eugenistas latino-americanos preferiram focar na escolha de casamentos, prevenção dos “venenos raciais”, melhores condições de higiene e sanitárias, além de uma busca por uma consciência eugênica através do convencimento, não necessariamente utilizando políticas mais agressivas para alcançar esses objetivos. Segundo Souza (2007, p. 517),

Ao invés de medidas radicais, como a esterilização e a segregação racial, os eugenistas latino-americanos preferiram um modelo de “eugenia preventiva”, que incorporasse políticas em prol da higiene, do saneamento e do combate aos “venenos raciais”, como o álcool, a nicotina, a sífilis e outras doenças infecciosas.

Desta maneira, ao contrário dos países anglo-saxões que se apoiavam em concepções mendelianas de eugenia e em políticas mais radicais, “os eugenistas latino-americanos baseavam sua eugenia em uma corrente alternativa de noções neolamarckianas de hereditariedade, cujas concepções se apoiavam na idéia da transmissão dos caracteres adquiridos” (Souza, 2007, p. 515). Sendo assim, a eugenia latino-americana estava “muito mais preocupada com as reformas sociais e com a adaptação ao meio do que propriamente com as questões biológicas”. Todavia, isso não descarta totalmente políticas que dialogam diretamente com uma eugenia mais negativa. Apesar da esterilização dos inaptos não estar na pauta eugênica da América Latina, os teóricos eugenistas possuíam uma preocupação contumaz sobre a escolha de casamentos entre os mais aptos, visando melhorar a raça, mas também torná-la mais pura. Essa eugenia matrimonial, apesar de não cometer um assassinio direto daqueles considerados como inaptos, possibilitava o seu desaparecimento com o passar dos anos. Através do convencimento, “os eugenistas latino-americanos incentivaram o controle matrimonial por meio de exames médicos e de certificados pré-matrimoniais, restringindo ‘uniões inadequadas’ como entre indivíduos portadores de doenças consideradas hereditárias e ‘vícios sociais’” (Souza, 2007, p. 517).

Contudo, quando tratando de Brasil, mesmo dialogando diretamente com os demais movimentos da América Latina, a heterogeneidade teórica presente no movimento eugenista brasileiro faz com que seja necessário uma análise mais aprofundada de sua história.

2. 3 “A religião nova que dirige os destinos da raça humana”⁷: A história da eugenia no Brasil

Apesar de iniciar de um modo bastante homogêneo em relação aos demais países da América Latina, no Brasil, o movimento eugenista, com o passar dos anos, começa a apresentar algumas particularidades. A inserção da eugenia entre os assuntos debatidos pela intelectualidade no país “tem como marco a defesa da tese de Alexandre Tepedino, em 1914, intitulada ‘Eugenia’, orientada por Miguel Couto na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” (Silva, 2023, p. 22-23). Segundo Souza (2005, p. 1), “as discussões sobre a eugenia emergiram no Brasil durante as décadas de 1910 e 1920, associando-se diretamente às preocupações nacionais quanto ao estado de saúde, saneamento, higiene e da situação racial da população”, sendo assim, “um atrativo óbvio para uma elite convencida do poder da ciência para criar ‘ordem e progresso’ (lema da República) e perturbada pela composição racial do país” (Stepan, 2004, p. 339). Em um contexto que presenciou o início e o fim da Primeira Guerra Mundial, foi também um momento marcado “pela urbanização, industrialização, imigração, expansão do nacionalismo e ascensão das ideias reformistas que concebiam que a modernização do país só ocorreria mediante transformações na educação, na saúde pública e na composição racial da população” (Roitberg; Gomes, 2023, p. 2), desta forma, a eugenia surge “como sinônimo de evolução, progresso e civilização, a ‘nova religião da humanidade’ ou a ‘ciência do futuro’, que poderia viabilizar a regeneração física e mental do povo brasileiro” (Roitberg; Gomes, 2023, p. 2).

Entretanto, como visto anteriormente, no Brasil o movimento eugenista apresentou algumas diferenças em relação a outros países - inclusive americanos -, sendo assim, “a questão racial que havia norteado as narrativas identitárias europeias, no caso brasileiro, precisa ser entendida em suas especificidades, pois, a miscigenação da população colocava problemas intransponíveis para o discurso eugenista, entendido nos moldes europeus” (Silva, 2014, p. 909). Deste modo, segundo Schwarcz (1993, p. 65), no Brasil

[...] se fez um uso inusitado da teoria original, na medida em que a interpretação darwinista social se combinou com a perspectiva evolucionista e monogenista. O modelo racial servia para explicar as diferenças e hierarquias, mas, feitos certos rearranjos teóricos, não impedia pensar na viabilidade de uma nação mestiça.

⁷ Segundo Kehl (apud Silva, 2023, p. 23), “A eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torna-la mais bella, mais moralizada, mais inteligente”.

Sendo assim, a peculiaridade da composição étnico-racial do Brasil e as problemáticas em torno disso, faz com que haja uma readaptação de tais teorias - inclusive da eugenia - no contexto brasileiro, onde a análise de sua receptividade entre os teóricos da época “não está em procurar o uso ingênuo do modelo de fora e enquanto tal desconsiderá-lo”, mas sim “refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro que, em seu esforço de adaptação, atualizou o que combinava e descartou o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (Schwarcz, 1993, p. 19). Desta maneira, temos de estudar a eugenia no Brasil “não como pálido reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez ‘mal entendido’ ou ‘mal interpretado’, mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região” (Stepan, 2005, p. 40). Portanto, a nossa compreensão sobre a recepção e aplicabilidade dos discursos raciais no país não partem de uma simples transposição dos modelos de fora, mas sim, de considerar aquilo que fazia mais sentido para o contexto brasileiro de finais do século XIX e início do século XX. Conforme Silva (2023, p. 20), “a disseminação do racismo europeu e norte-americano encontra no Brasil uma recepção complexa, haja vista a miscigenação histórica e a escravidão que, mesmo cessada, legava ao país uma população que as elites temiam/abominavam”. Sendo assim, a eugenia, que prezava por uma pureza racial - especialmente na Alemanha e Estados Unidos -, no Brasil teve que se rearranjar teoricamente à realidade nacional. Desta forma, tivemos uma espécie de “eugenia à brasileira”, onde o seu principal foco era o mestiço.

Segundo Octávio Domingues (1938) - professor, geneticista e um dos diretores do periódico *Boletim de Eugenia* entre os anos de 1932 e 1933 (Roitberg; Gomes, 2023) - em seu artigo publicado na *Revista do Brasil* no ano de 1938, trazia que

A um exame ligeiro parecerá inconciliável a eugenia com o processo de povoamento vigente no Brasil: mestiçagem. Digo isso porque a propaganda eugênica, no mundo, tem sido orientada ultimamente no sentido de ligar a ideia de pureza racial à ideia de eugenia. Ora, se nos falta demais a pureza étnica, porque somos um caldeamento nunca visto na história, lógico será o inferir-se a impossibilidade de aplicação das sanções eugênicas entre nós: Não se compreende eugenia com raça pura (Domingues, 1938, p. 308)

Octávio Domingues, como inúmeros eugenistas da época, possuía uma concepção menos racializada da eugenia, dando um enfoque maior para a disseminação dos ideais eugênicos através de uma educação eugênica e uma consequente consciência eugênica que possibilitaria a melhora da raça. Todavia, nem todos seguiam esse mesmo pensamento.

Com o passar dos anos, além de publicações no âmbito científico, o movimento eugenista ganha um ideal político, aumentando os seus adeptos e a sua relevância no cenário nacional. Segundo Schwarcz (1993, p. 60),

[...] como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e - talvez o mais importante - desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade.

Com opiniões bastante divergentes entre si, especialmente sobre as condições sociais da população brasileira, o movimento recebe inúmeros autores de peso, como o médico Miguel Couto (1865-1934), o jornalista Azevedo Amaral (1881-1942), o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), o médico sanitário Belisário Penna (1868-1939), o literato Monteiro Lobato (1882-1948), o médico e farmacêutico Renato Kehl (1889-1978), entre outros. Inserido em relações de poder-saber, o movimento eugenista “procurou fazer de suas qualidades científicas algo inquestionável. Atribuindo-se um status científico, o discurso eugenista se constituiu, sobretudo, como discurso produtor de verdades” (Kern, 2016, p. 20). Desta forma, a eugenia, “como saber sobre a espécie e sobre as raças, atinge o corpo e revela suas verdades intrínsecas, inatas e biodeterminadas (Silva, 2014, p. 904), assumindo grande relevância no cenário nacional, mas também constituindo novas verdades sobre a população.

O movimento ganhou proeminência no país - seja cientificamente, seja como movimento social - após a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), em 1918, pelo emergente médico supracitado, Renato Kehl. Contando com inúmeros autores - inclusive prestigiados cientistas e intelectuais brasileiros -, esta instituição contabilizou 140 membros participantes durante a sua breve existência. Segundo Souza (2005, p. 2), “[...] esta instituição se considerava como uma associação científica de estudos e propaganda sobre a regeneração racial da população brasileira” (Souza, 2005, p. 2), sendo assim, “desde o início, a sociedade se definiu como organização científica, da qual fluíam estudos científicos, conferências e propaganda sobre o fortalecimento físico e moral do povo brasileiro (Stepan, 2004, p. 341).

Segundo Kehl (1918), a SESP tinha por função:

[...] divulgar, entre o público, conhecimentos eugênicos e higienicos, que o tirem da ignorância, no que se refere aos vícios sociais e às doenças infecciosas. Por meio de

conferencias publicas e nas escolas, sempre procurando mostrar o que é o alcoolismo, a syphilis, a tuberculose, ensinar como escapar ás duas garras (Kehl apud Silva, 2023, p.24)

Inicialmente os trabalhos da SESP, como grande parte dos eugenistas da época, estiveram bastante ligados ao movimento sanitarista-higienista, os quais acreditavam que “o meio ambiente influenciava a transmissão de características adquiridas às gerações futuras” (Silva, 2023, p. 29). Segundo Stepan (2004, p. 348), “estrutural e cientificamente, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene”. Portanto, em sua grande maioria, “os eugenistas entendiam que o ponto de partida de seus estudos deveria iniciar com as questões relativas à influência do meio sobre a saúde e a raça nacional” (Souza, 2005, p. 3), combatendo, especialmente, os “vícios raciais”⁸. Deste modo, as principais proposições e políticas levadas a cabo pelos eugenistas do início do século XX estavam diretamente ligadas ao processo de regeneração da sociedade através da melhora de suas condições de higiene e sanitárias, sendo assim, “a partir desse processo de medicalização da sociedade, a eugenia se tornou cada vez mais comum e naturalizada, permeando diversas áreas como a educação, que passou a ser guiada pelos ideais eugenistas/higienistas” (Silva, 2023, p. 30).

Todavia, a Sociedade Eugênica de São Paulo chega ao fim um ano após o seu início, em virtude da morte de seu presidente Arnaldo Vieira de Carvalho e com a ida de Renato Kehl - secretário geral - para o Rio de Janeiro (Stepan, 2004; Bonfim; Kuhlmann Jr., 2014). Desta forma, e com a vertente neolamarckiana tendo cada vez menos influência, durante a década de 1920 uma segunda corrente do movimento eugenista começa a se estruturar e ganhar importância. Especialmente após a adesão de Renato Kehl por tal interpretação, os eugenistas mendelianos ocupam um lugar de destaque entre os eugenistas brasileiros.

⁸ Segundo Renato Kehl (apud Souza, 2019, p. 136), enquanto Secretário Geral da Sociedade Eugênica de São Paulo, classificava a eugenia como “[...] a pesquisa e a aplicação dos conhecimentos úteis à reprodução, à conservação e ao aperfeiçoamento da espécie humana, cuidando, particularmente dos assuntos da hereditariedade e da seleção no que for aplicável à espécie; das questões relativas ao meio; da situação econômica; da legislação e dos costumes; sobre o valor das gerações sucessivas e sobre suas aptidões físicas, intelectuais e morais. [...] É, pois, uma ciência vasta e que compreende problemas dos mais importantes, biológicos, sociais, políticos, higiênicos e médicos [...]”.

2.3.1 Mendelianos e Neolamarckianos: Entre determinismo e regeneração.

O movimento eugenista no Brasil se tornou, com o passar dos anos, algo relativamente heterogêneo, acompanhado de diferentes interpretações e teorias correlatas. Apesar da eugenia ter recebido relevância científica através de um olhar mais determinista, especialmente após o resgate das descobertas sobre a hereditariedade realizadas pelo naturalista austríaco Gregor Mendel, no Brasil o movimento possuía uma compreensão menos fatalista, vide as condições precárias que uma boa parcela da população mais pobre tinha que conviver diariamente. Os eugenistas neolamarckianos dialogavam diretamente com o movimento higienista-sanitarista e enfatizavam a ambiência como fator crucial para a melhoria racial. Apesar de considerarem a hereditariedade em suas proposições, os eugenistas neolamarckianos acreditavam que o progresso da espécie humana se daria na herança de caracteres adquiridos pelos pais aos filhos, sendo essas qualidades adquiridas através de uma boa educação moral e sexual, boa higiene, condições de moradia e sobrevivência, além de bons hábitos. Nessa concepção, caracteres adquiridos equivaleriam a tudo aquilo que fosse desenvolvido por algum sujeito durante toda a sua vida (como conhecimento, melhores condições físicas, a inexistência de doenças hereditárias, bons hábitos e etc), o que seriam herdados pelos seus descendentes, ocasionando uma melhora da raça. Estes adeptos da teoria evolutiva do naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), tiveram bastante força até a década de 1920, auxiliando, inclusive, no financiamento da obra *Problema Vital* (1918) de Monteiro Lobato, a qual foi muito influenciada pelas interpretações sanitarista-eugenistas. A relevância que estes autores eugenistas receberam durante as primeiras décadas do século XX, deve ser creditada à sua estreita relação com o movimento sanitarista-higienista da época⁹. O mantra proferido pelo vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, Olegário Moura, “sanear é eugenizar” (Carvalho, 2022, 653), por exemplo, demonstrava a importância que o movimento sanitarista havia adquirido durante as primeiras décadas do século passado e a sua próxima relação com o incipiente movimento eugenista. Segundo Stepan (2004, p. 337)

⁹ Apesar de grande parte dos eugenistas do início do século XX se identificarem como sanitaristas e utilizarem os seus métodos como um modo de interpretar o Brasil, o contrário nem sempre se aplicava. Desta forma, realizo uma análise da estreita relação entre os dois grupos, todavia buscando diferenciá-los em alguns momentos.

O extraordinário sucesso das campanhas de saneamento contra a varíola, a peste bubônica e a febre amarela lideradas por Oswaldo Cruz entre 1902 e 1917 havia dado grande status às ‘ciências sanitárias’ e estimulava o crescimento de uma classe médica e profissional de orientação científica cada vez mais visível e integrada nas organizações federais e estaduais encarregados da elaboração de políticas.

Nesse sentido, a afirmação de Olegário Moura - segundo a qual o saneamento correspondia, em essência, ao que alguns denominavam eugenia, sendo esta uma designação ‘cientificamente’ mais adequada (Stepan, 2004) - evidencia a estreita articulação entre os discursos sanitaristas e eugenistas nas primeiras décadas do século XX. Mesmo sendo considerada como uma compreensão eugênica equivocada ou até mesmo errônea por parte de alguns eugenistas estrangeiros (especialmente ingleses e estadunidenses, adeptos da vertente mendeliana), a eugenia de vertente neolamarckiana aplicava-se de forma mais efetiva à realidade brasileira. A relevância dessa vertente teórica entre os eugenistas brasileiros, pode ser explicada através da forte influência que a ciência estrangeira, com destaque para a francesa, tinha sobre os cientistas brasileiros. Conforme Stepan (2004, p. 347),

“por tradição cultural, os cientistas brasileiros aprendiam sua ciência com a França [...]. A eugenia não foi exceção, como ficou claro quando, em sua primeira reunião, a Sociedade Eugênica de São Paulo tomou a sociedade francesa de eugenia como modelo de organização, reproduzindo seus estatutos palavra por palavra”.

Além da influência da eugenia francesa, estes eugenistas-sanitaristas também seguiam os pressupostos de algumas obras nacionais, como o relatório médico elaborado por Belisário Penna e Arthur Neiva (1916)¹⁰, o qual “tornou-se célebre nos meios intelectuais, médicos e políticos, pois caracterizava as populações do interior do país pela doença, pelo analfabetismo, pelo isolamento geográfico e cultural” (Silva, 2014, p. 43), além da obra *Os Sertões (1902)* de Euclides da Cunha, a qual também é vista “como um marco crucial de referência para os intelectuais da campanha do saneamento, que ao tema do isolamento do sertanejo, sugerido por Euclides da Cunha, associam o termo abandono - responsabilizando enfaticamente as elites intelectuais e políticas por essa situação” (Lima; Hochman, 1996, p. 29). Desta forma, e com um acentuado ideal positivista, a eugenia neolamarckiana brasileira se tornava um exemplo de ordem e progresso (Stepan, 2004), especialmente se considerarmos o seu ideal de regenerar a raça. Essa

¹⁰ Segundo Bonfim (2019, p. 5), o relatório publicado por Belisário Penna e Arthur Neiva sobre a expedição às regiões norte e nordeste do Brasil, fornecia “um retrato nacional alarmante ao descrever uma população fustigada pela pobreza, analfabetismo, moléstias e falta de higiene e saneamento”.

estreita relação entre os dois movimentos era tamanha, que no mesmo ano em que foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), também é inaugurada a Liga Pró-Saneamento no Rio de Janeiro.

Segundo Silva (2014, p. 44)

A Liga, assim como entendia seu presidente Belisário Penna, acreditava que a saúde era a base do rigor físico, da melhoria da raça, da riqueza e do progresso. De outro lado, a doença não só comprometia a saúde dos indivíduos, mas também a rigidez moral. Como o Brasil era um país de doentes, estava justificada a existência de crimes, cinismos, traições. Logo, o higienismo deveria anular os focos de doenças e regenerar a raça, constituir um povo.

Na obra de Lobato (1918), citada anteriormente e extremamente influenciada por tal corrente teórica, nasce um terceiro elemento na dualidade social do movimento eugênico, o regenerado. Entre o eugênico e o disgênico/degenerado, há o regenerado. Aquele que irá romper com o fatalismo social e racial até então designado a uma parcela da população brasileira, o qual poderá flutuar de uma esfera a outra, aquele que não “é assim”, mas “está assim”. Todavia, antes do surgimento desse sujeito “regenerado” na obra de Monteiro Lobato, este demonstrou como via o seu personagem em *Urupês* (1918). Nesta coletânea de histórias, publicada meses antes de *Problema Vital* (1918), o Jeca Tatu (personagem principal de ambas as obras) é visto como um caboclo simples, um pouco tolo e que é “bonito no romance e feio na realidade” (Lobato, 2012, p. 13). Sua vida é de simplicidade e extremamente laboriosa, onde Lobato, durante toda obra, assume uma visão fatalista sobre o personagem. Segundo Lobato (2012, p. 28), “Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive...”. Só ele, “entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade”, só “faz vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso” (2012, p. 12).

Essa concepção fatalista do sertanejo vem ao encontro da visão estabelecida por inúmeros teóricos da época, com destaque para Belisário Penna e Arthur Neiva através de seu relatório denominado “*Viajem científica ao norte da Bahia, sudeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goyas*”, destacando a sua viagem ao interior do país. De acordo com Penna (apud Rocha, 2010, p. 66)

Nós, se fôramos poetas, escreveríamos um poema trágico, como a descrição das misérias, das desgraças dos nossos infelizes habitantes sertanejos, nossos patrícios. Os nossos filhos, que aprendem nas escolas que a vida simples de nossos sertões é cheia de

poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo, e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas regiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito pelo Dante imortal.

Todavia, ironicamente, com a influência desses mesmos higienistas-sanitaristas - atravessados pela concepção eugenista de melhoramento da raça -, em *Problema Vital* (1918), ao contrário de *Urupês* (1918), as coisas mudam de panorama em torno do simples e místico personagem. Conforme Lobato (1918), ao falar do Jeca Tatu:

O caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o hespanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grande riqueza em forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e pela falta de assistência a terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, cachetizam o corpo e atrophiam o espirito. O caipira não “é” assim. “Está” assim. Curado, ocupará rapidamente o lugar que faz juz no concerto ethnologico (Lobato apud Kern, 2016, p. 150).

As “terríveis endemias” que o Jeca Tatu deveria se curar, era uma moléstia - que na visão sanitaria-eugenista - “depauperava” o sangue da população brasileira, fazendo do povo brasileiro (e neste caso em específico, o sertanejo) um conglomerado de pessoas fracas e sem contribuições efetivas para o progresso da nação. Para curar esse mal, segundo esses teóricos, deveria-se extinguir todas as condições que perpetuavam essa mazela (condições de moradia, saúde, acesso à educação moral e sexual e de tudo aquilo que perpetuava as condições insalubres de sobrevivência destes indivíduos). Desta forma, “o brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória do governo (Lima; Hochman, 1996, p. 23). Através dessa definição, era compreensível que “o que tornava o tipo mestiço incapaz de progresso não era sua constituição racial e, reconhecendo isso, o movimento sanitaria-higienista pretendia regenerar o corpo coletivo da nação através da ‘remoção do atributo que o identificava e o desqualificava: a doença’” (Lima; Hochman apud Kern, 2016, p. 151).

Figura 02: Jeca Tatu, o regenerado



Fonte: Almanaque Fontoura, 1935

Conforme Silva (2023, p. 29), ao falar da mudança de visão de Lobato (1918) sobre o seu personagem, coloca que

Diante do contexto de valorização do sanitarismo e da popularidade que Lobato já possuía na época, é compreensível porque a imagem que ele criou do Jeca como racialmente degenerado gerasse duras críticas. Sendo assim, atento às críticas, no mesmo ano em que “Urupês” foi publicado e fez sucesso, Lobato mudou a direção de suas reflexões sobre o Jeca na obra “Problema Vital” e, por conseguinte, sobre a interpretação do atraso brasileiro. Se até então, o Jeca era visto como símbolo do fatalismo racial (“Ele é assim!”), agora ele é percebido como produto do abandono e das precárias condições sanitárias (“Ele está assim!”).

Sendo assim, nessa perspectiva neolamarckiana, “curar” o degenerado significava mudar uma série de condições precárias que boa parte da população brasileira tinha que conviver diariamente e consequentemente auxiliar diretamente na manutenção da qualidade dos caracteres para as próximas gerações (seja os inatos, seja os adquiridos), melhorando assim o corpo-espécie da nação. Desta maneira, seguindo essa lógica, “nutrir e curar uma geração adoentada pode favorecer as novas gerações e, consequentemente, melhorar a raça, promovendo a eugenia” (Souza, 2018, p. 332).

Se os neolamarckianos acreditavam na regeneração do corpo-espécie por meio da

educação e do saneamento, visando tornar a sociedade brasileira mais eugenizada, os mendelianos, por outro lado, sustentavam uma visão mais determinista. Os discípulos teóricos do naturalista austríaco Gregor Mendel (1822-1884)¹¹, acreditavam que o mais importante eram os caracteres inatos, as boas sementes, as quais seriam transmitidas às proles futuras. Nessa perspectiva, os caracteres inatos seriam aqueles já presentes no nascimento de cada sujeito, os quais seriam herdados pelas gerações futuras (não necessariamente se apresentando na geração subsequente). Logo, na visão eugenista de vertente mendeliana, educação e ambiência - que auxiliariam para a obtenção de caracteres adquiridos na visão neolamarckiana - se tornavam secundárias à escolha de casamentos e esterilização dos inaptos. Desta forma, segundo Renato Kehl (1933, p. 18), em um texto denominado *Irmãos Gêmeos* no 42º exemplar do *Boletim de Eugenia*, está “estabelecido pela maioria que não são transmissíveis os caracteres adquiridos pela influencia do meio e da educação, que o meio não cria caracteres novos, mas os revela”. Todavia, apesar do ideal mendeliano ser a procriação daqueles considerados aptos, a educação não era de todo descartável para o movimento. A escolha destes casamentos considerados “eugenizados”, por exemplo, deveria partir da própria população, não havendo uma imposição legal para que tal ato ocorresse, mas sim através de uma conscientização por parte desses indivíduos (seja sobre as suas qualidades e as do seu parceiro, seja sobre os seus defeitos). Deste modo, para que isso fosse aderido por parte da população, dever-se-ia criar uma conscientização eugênica entre o povo (seja para a escolha de bons casamentos, seja para frear a procriação dos inaptos) através de uma educação matrimonial. Estes teóricos acreditavam que enquanto não se estabelecesse a “consciência eugênica”, o mundo continuaria o mesmo, “um paraíso perdido pelo genero humano, constituído por um amontoado amorfo de anormaes, parasitando um nucleo relativamente pequeno de equilibrados” (Kehl 1929, p. 2, grifos meus)¹².

Essa segunda vertente começa a ganhar proeminência no movimento eugenista brasileiro durante a década de 1920, especialmente após a compreensão de que a interpretação neolamarckiana seria insuficiente para depurar racialmente a população nacional. Segundo

¹¹ O autor, considerado como um dos fundadores da genética, influencia o movimento eugenista especialmente através do seu trabalho sobre a hereditariedade - o qual foi resgatado no início do século XX - através de um estudo com quase 30 mil plantas de ervilhas. Neste trabalho, Mendel (1866) propõe a manutenção de determinadas características inatas passadas de geração em geração (mesmo que algumas não se mantenham necessariamente na geração subsequente). Desta forma, Mendel traz uma base científica para os autores eugenistas defensores da passagem de apenas caracteres inatos às próximas gerações, além de possibilitar que aqueles consigam “anular” as afirmativas neolamarckianas sobre a herança de caracteres adquiridos.

¹² Texto denominado “Educação e Eugenia” do 9º Boletim de Eugenia, publicado em setembro de 1929.

Stepan (2004, p. 349), “Ainda que as causas abraçadas por eugenistas mendelianos e neolamarckianos fossem, às vezes, similares, as lógicas dos dois estilos eram consideravelmente diferentes e frequentemente levavam os eugenistas a conclusões distintas, até opostas”. Um excelente exemplo para perceber essa dualidade dentro do movimento eugenista brasileiro é a análise das discussões realizadas no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1929. Conforme Edgard Roquette-Pinto (apud CBE, 1929, p. 11), um exímio eugenista mendeliano - no discurso de abertura da sessão *Educação e Legislação* (na ocasião encontrando-se como presidente do evento)¹³ - “durante muito tempo, disse, supoz-se que o meio dominava os organismos, portanto a medicina e a hygiene resolveriam o problema da saude; mas a sciencia demonstrou haver alguma cousa que independe da hygiene: é a semente, a herança, que depende da eugenia”.

Sendo assim, conforme Kern (2016, p. 153),

Em favor de uma maior valorização do discurso eugenista, durante a década de 1920 começou a tomar corpo a percepção de que, embora o combate às epidemias e endemias decorrentes do modo de vida insalubre e incivilizado das populações urbanas e rurais tivesse tido enorme importância, a missão sanitaria-higienista havia se mostrado algo insuficiente.

Desta maneira, os “homens de sciencia” perceberam que independente das inúmeras reformas sanitárias e propostas realizadas no início do século, o “homem continuaria escravo de sua natureza particularíssima, indelével a simples influências morais e mentais, preso a uma força que o subjugaria biologicamente, que lhe imprimiria o temperamento, o caráter, de modo inexorável — a hereditariedade” (Mota, 2003, p. 48). Entretanto, a compreensão mendeliana não substitui por completo a visão neolamarckiana no país. Ao fazer essa afirmação, busco compreender que apesar de haver uma “alternância” de relevância teórica entre as duas vertentes, isso não significou o desaparecimento por completo daqueles que estavam “à beira” da obsolescência científica. Inclusive existindo inúmeros teóricos eugenistas que estavam bastante familiarizados com a utilização de ambas as vertentes em suas análises. Conforme Stepan (2004, p. 347),

¹³ Segundo Stepan (2004, p. 344), “sob a presidência de Roquette-Pinto, o congresso reuniu-se entre 1 a 6 de julho e contou com a participação de cerca de 200 profissionais, entre os quais médicos clínicos, autoridades das instituições e serviços estatais de psiquiatria e higiene, especialistas em medicina legal, jornalistas e diversos deputados federais”

Com frequência, os lamarckianos aceitavam as leis da hereditariedade de Mendel, deixando, no entanto, um espaço para a noção de que de alguma forma a influência do meio poderia alterar permanentemente o plasma germinativo. Desta forma, as linguagens dos dois tipos de hereditariedade confundiam-se, permitindo que os eugenistas se associassem ao mendelismo, ou que usassem as árvores genealógicas mendelianas para estudo da hereditariedade nas famílias, ou a teoria do cromossomo e a idéia de gene, sem abandonarem sua enraizada crença de que pelo menos algumas características adquiridas seriam herdadas.

Segundo Souza (2005, p. 5), isso ocorreu principalmente por dois fatores: “primeiro, porque o pensamento social brasileiro estava intimamente ligado a tradição científica ambientalista”, segundo, “porque a teoria neolamarckiana possibilitava aos intelectuais brasileiros atuar ativamente no combate aqueles que eram considerados os principais problemas nacionais: as péssimas condições ambientais, as doenças, a promiscuidade e a criminalidade, além da própria questão racial”. Desta forma, o movimento eugenista no Brasil se desenvolve através de duas vertentes teóricas que se sobrepõem uma à outra, entretanto sem jamais se anular. Um excelente exemplo disso, foi a permanência da concepção neolamarckiana entre os cientistas brasileiros muito depois de sua suposta substituição. Segundo Stepan (2004, p. 346), “alguns cientistas mantiveram sua crença em uma forma neolamarckiana de hereditariedade até quase o final da década de 1940, já na era da ‘nova síntese’ da biologia evolucionária com a genética mendeliana”. Portanto, segundo Bonfim (2019, p. 3)

Como consequência, o Brasil produziu um movimento eugênico polissêmico, abrigando concepções e projetos diversos, alguns mais inclinados à “eugenia negativa” - associada às expectativas de controle do matrimônio e da reprodução humana, à segregação racial e à esterilização eugênica -, outros às perspectivas “positiva” e “preventiva” - em relação direta com a educação, a higiene e o saneamento -, não obstante, vale ressaltar, o contexto interno tenha favorecido, em linhas gerais, o desenvolvimento de uma eugenia mais “branda”, mais alinhada às campanhas sanitárias e educacionais em evidência à época.

Busco fazer esta diferenciação entre mendelianos e neolamarckianos, pois o documento aqui analisado foi redigido e editado por um teórico adepto - ao menos após a segunda metade da década de 1920 - da segunda vertente. Apesar de Renato Kehl inicialmente ter se vinculado à uma corrente mais neolamarckiana - especialmente enquanto era idealizador da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) - mais ao final da década de 1920, o autor começa a compreender a eugenia por uma vertente mais mendeliana. Com um posicionamento cada vez mais radical e racializado - especialmente após o seu retorno da Alemanha em 1928 -, Kehl (1929, p. 1) traz no

artigo *Educação e Eugenia*, do 9º exemplar do Boletim de Eugenia, que o único recurso para o melhoramento do corpo-espécie da população, através da eugenia, seria “o melhoramento genetico da humanidade. [...] Tudo o mais, educação, conforto, progresso material, são apenas subsídios para a realização do grande ideal”, sendo assim, “os benefícios eugênicos da educação adviriam justamente do fato de que ela poderia ser compreendida como uma forma de extensão social da ação da eugenia sobre o fenômeno biológico da hereditariedade” (Kern, 2016, p. 171).

Desta forma, a educação passa a fazer parte de um termo utilizado pelo próprio Renato Kehl, o eugenismo. O eugenismo, o qual pode ser caracterizado como ações correspondentes à uma eugenia positiva¹⁴, é a aplicação social da eugenia, tudo aquilo que irá auxiliar na propagação dos ideais eugênicos, diminuição das mazelas que afligem o corpo-espécie e a criação de uma consciência eugênica na sociedade. Sendo assim, o eugenismo é “educação, é saneamento, é hygiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte directa ou indirectamente em benefício para a sua prole” (Kehl, 1929, p. 1)¹⁵. O eugenismo, especialmente se considerarmos a educação eugênica, servia inclusive para os disgênicos, visando com que àqueles adquirissem consciência de seus defeitos físicos e psíquicos, fazendo com que não se reproduzissem para o bem da espécie humana. Segundo Octávio Domingues (1930, p. 4), ao dissertar sobre a constituição de uma consciência eugênica nacional em um texto denominado *Saude, higiene e eugenia* presente no 18º exemplar do Boletim de Eugenia, trazia que enquanto não se pudesse exercer a eugenia através das leis, existiria “o recurso suasorio da educação”, o qual possibilitaria que “um homem culto, moralmente bem formado, em sendo instruído do mal que praticará, gerando uma descendencia tarada, não duvidará um momento em abster-se”. Essa conscientização, para a sua efetivação, necessitava do auxílio de um profissional bastante específico: o educador. Conforme John Edgar (1929, p. 2), em um artigo denominado *Eugenia e Patriotismo* presente no 3º exemplar do periódico eugenista, o educador - o qual irá auxiliar nessa construção de uma consciência eugênica nacional - criará “nos indivíduos, pela educação, um novo senso de responsabilidade para com a sociedade e a raça”, tendo, primeiramente, o dever de “confiar em seus atos” e secundamente “educar, concorrendo para a disseminação de fatos

¹⁴ “A eugenia positiva visa uma ação social que favoreça a fecundidade dos elementos normais, criando meios legais e humanitários que facilitem a vida familiar e aumentem os recursos indispensáveis á educação dos filhos. As medidas de ordem negativa são em geral de caráter proibitivo para os indivíduos portadores de um mal hereditário ou mesmo congênito, a fim de reduzir os elementos raciais inferiores” (Domingues apud Rocha, 2010, p. 50).

¹⁵ Trecho retirado do artigo “Eugenia e Eugenismo” presente no 8º exemplar do Boletim de Eugenia, de agosto de 1929.

verídicos e de princípios, no sentido de criar ideias e sentimentos, por meio das quaes se consegue melhorar a conducta dos indivíduos e das sociedades” (Edgar, 1929, p. 2).

Conforme Domingues (1929, p. 152), ao falar do papel do educador no livro *A hereditariedade em face da educação*,

O que não se puder fazer, em Eugenia, impondo, far-se-á convencendo. E quem vae convencer é o educador. [...] A educação peça-mos mais esse valioso auxilio em favor do bom êxito das medidas eugenicis. Pela educação, podemos ensinar a todos os humanos a belleza das uniões eugênicas, e pregar o horror á reprodução entre os typos cuja herança biológica claudicante fôr uma ameaça fatal á descendência.

Desta maneira, a educação eugênica para os eugenistas de vertente mendeliana - com destaque para Octávio Domingues (1897-1972) - “não significava educar os ‘degenerados’, mas sim fomentar a consciência eugênica para garantir a reprodução de uma prole sã e socialmente útil”, buscando “convencer sobre aquilo que não poderia ser imposto” (Roitberg; Gomes, 2023, p. 5). Todavia, apesar de haver uma compreensão distinta sobre a relevância da educação para o melhoramento racial da população brasileira, esta era vista como de suma importância para ambas as vertentes teóricas. Desta forma, “o campo da Educação constituiu, para as diversas vertentes desse movimento, um meio prolífico para a disseminação dos ideais eugênicos” (Roitberg; Gomes, 2023, p. 3), estando essa importância, quase que exclusivamente, em seu poder de subjetivar e conduzir as condutas dos sujeitos condizentes com aquilo que se desejava. Segundo Silva (2014, p. 901), a educação é

[...] uma das principais instituições articuladoras do poder-saber que atravessa a constituição dos sujeitos, é uma das instituições estruturantes na construção dos sistemas de “verdade” que articulam os saberes a partir dos quais os sujeitos possam ser objetivados.

Entretanto, apesar de ser o foco desta dissertação, o aprofundamento referente à relação entre educação e eugenia se tornará mais claro após esmiuçar detalhadamente as nuances, heterogeneidades e peculiaridades presentes no movimento eugenista brasileiro. Buscando compreender como essa relação se torna mais complexa conforme o objetivo almejado. Desta forma, na seção seguinte iremos nos debruçar sobre uma teoria que visava não somente a “purificação da raça”, mas também o seu branqueamento.

Com um ideal bastante racializado e através da crença na superioridade racial branca, aliada ao desejo de “depurar” a população brasileira de suas características consideradas

“indesejáveis”, os eugenistas começam a estimular a promoção de políticas que incentivassem a imigração europeia e a miscigenação controlada, com o objetivo de embranquecer e eugenizar a nação.

Sendo assim, a teoria defendida e desenvolvida por Sílvio Romero (1851-1914), foi aceita e incentivada por uma boa parte dos teóricos eugenistas, buscando a tão sonhada melhora da raça. Logo, o foco na educação eugênica - resultando em um inciso na Constituição Federal de 1934, onde trazia a sua obrigatoriedade - não pode ser compreendido de forma isolada. Esta educação, debatida por mendelianos e neolamarckianos, fazia parte de um projeto maior, que buscava não apenas melhorar as condições físicas e morais dos indivíduos, mas também transformar a composição racial do país. A ênfase na educação moral e sexual, na higiene e na formação de uma “consciência eugênica” se alinharam perfeitamente ao ideal de branqueamento da população, que via na mestiçagem uma etapa intermediária para a constituição de uma nação branca e “civilizada”. Assim, ao analisarmos a política de branqueamento no próximo capítulo, será possível perceber como as ideias eugênicas serviram de base teórica para justificar práticas que visavam não apenas à regeneração individual, mas à transformação racial da sociedade brasileira como um todo. A educação, nesse contexto, era um dos pilares desse projeto, atuando como um mecanismo de controle e conformação dos corpos e das mentes em prol de um ideal racial que, embora hoje nos pareça anacrônico e perverso, teve profundas repercussões na formação da identidade nacional.

2.3.2 Eugenia e Branqueamento: A Política Racial do Embranquecimento no Brasil

Em um dia qualquer, rotineiro e nublado, na segunda metade do ano de 2024, deparo-me com uma exposição nomeada “*200 anos da imigração alemã no Brasil*” na biblioteca central da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Presentes em tal exposição estavam diferentes colonos alemães, representados em tela e óleo, exaltando sua germanidade e cultura. Início este breve subcapítulo realizando a descrição de um momento corriqueiro ocasionado na Universidade de Santa Cruz do Sul, pois nesta seção gostaria de retornar um pouco no tempo, fazendo uma

breve digressão histórica para entender esse processo de imigração europeia para o Brasil e a sua importância social para o país, especialmente para o movimento eugenista brasileiro.

Tendo em vista que nas seções anteriores houve um enfoque maior referente ao próprio movimento eugenista e a sua heterogeneidade teórica, nesta seção iremos focar nas proposições desenvolvidas - e neste caso assumidas - pelo movimento. Desta forma, e focando naquilo que ficou conhecido como “projeto de branqueamento” da população brasileira, busco analisar algumas proposições eugênicas e os seus efeitos no país. Apesar de o ano de 1818 ser registrado como o primeiro ano de uma tentativa de colonização europeia no Brasil contemporâneo - através de “assentamentos de alemães no Nordeste e de suíços no Estado do Rio de Janeiro” (Seyferth, 1996, p. 44) - foi no ano de 1824 que essas imigrações começam de forma mais abundante e recorrente. Em julho de 1824 desembarcava em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, a primeira “leva” de imigrantes alemães ao sul do Brasil. Estes primeiros colonos tinham a função de habitar e produzir em longos territórios que possuíam pouco contingente populacional, os quais, nos anos e décadas seguintes, foram acompanhados por imigrantes italianos, poloneses, açorianos, japoneses e entre outros. Deparando-se com um país majoritariamente agrário, ao contrário da Prússia (posteriormente Alemanha) do século XIX, estes colonos tiveram que se adaptar a uma vida nova.

Em sua grande maioria, ao contrário dos escravizados negros no pós-abolição, receberam terras para a sua sobrevivência, como se fosse o sistema de sesmarias na contemporaneidade, porém essas seriam caucasianas¹⁶. Esse processo ocorre de forma mais efetiva especialmente após a promulgação da lei 601, mais conhecida como “Lei de terras”, promulgada em 1850, a qual regulamentou a concessão de terras públicas e tornou mais fácil a expedição de títulos de propriedade para estrangeiros (Seyferth, 1996). Todavia, a partir da década de 1850 a sua função ganhou um novo objetivo: substituir a mão de obra escrava que estava próxima do fim¹⁷. Com a diminuição gradativa da população escravizada no país, especialmente após a promulgação da lei Eusébio de Queiroz (1850) - a qual propunha o fim do tráfico de escravizados do continente

¹⁶ O termo “caucasianas” aqui empregado, parte da divisão social proposta por Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), o qual classificava o corpo-espécie da seguinte forma: caucasiana, etíope, mongólica, americana e malaia. O termo “caucasiano”, oriundo daqueles que habitavam a região do Cáucaso, surge para definir o branco europeu, logo se tornando o modelo de superioridade racial (Silva, 2022).

¹⁷ Apesar do modelo escravocrata brasileiro ter se findado somente no ano de 1888, houveram leis anteriores que já anunciavam a derrocada desse cruel sistema. Como é o caso das leis Eusébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885).

africano para o Brasil - era necessário encontrar um outro meio de mão-de-obra. Esta, ao contrário da anterior, seria assalariada, mas também preferencialmente branca. Se tornando bastante comum a presença destes trabalhadores nas lavouras de café no sudeste brasileiro, além é claro de sua forte presença na região sul do país, o Brasil ficava cada vez mais “europeizado”. Atrelado à essa imigração cada vez mais recorrente, há um último objetivo que a historiografia brasileira demorou a se debruçar: o branqueamento da população nacional.

Se no tópico anterior discutimos os fundamentos da eugenia no Brasil, agora nos voltamos a um de seus principais mecanismos de implementação: a imigração europeia como estratégia de branqueamento e de eugeniização da população brasileira. Segundo Seyferth (1996, p. 49), “os cientistas brasileiros encontraram meios para contornar a visão negativa mantida pelo racismo para a mistura de raças, ora classificadas como inferiores, ora como atrasadas: inventaram a tese do branqueamento e os mestiços ‘superiores’!”.

Sendo assim, a vinda destes imigrantes, especialmente europeus, não estava exclusivamente ligada a uma questão econômica, mas também social. Através de um processo contínuo de miscigenação entre as diferentes raças, o Brasil tinha no branqueamento de sua população o seu objetivo e destino final. Segundo Souza (2022, p. 97), “em linhas gerais, a tese postulava que a ampla mestiçagem entre brancos, negros e indígenas conduziria ao branqueamento racial, uma vez que, na compreensão social-darwinista do período, predominariam as características do europeu, visto como ‘raça superior’”. Todavia, a mestiçagem com o indivíduo considerado como “raça superior” (europeu), ocorria desde a colonização no país, entretanto este “ser superior” era português. Conforme Freyre (1975), a permanência e sobrevivência dos colonizadores portugueses nesta terra, ao contrário dos demais que aqui outrora estiveram, se deu quase que exclusivamente em virtude de sua capacidade de se reproduzirem com diferentes grupos de diferentes etnias, fazendo com que o pequeno contingente que aqui chegou logo fosse ocupando uma boa parte do território desta colônia com medidas continentais. Sendo assim, “a miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas” (Freyre, 1975, p. 9). Desenvolvido na mestiçagem, o país se moldou e se construiu como um país mestiço. Todavia, essa visão menos belicosa para com a mestiçagem, inclusive vendo-a como benéfica, se desenvolve, especialmente, durante a década de 1930 - já com o enfraquecimento da eugenia no Brasil -, com destaque para a obra

Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre. Com uma visão mais próxima do sanitismo-higienismo e substituindo a ideia de “raça” por “cultura”, Freyre estabelece uma visão diferente sobre a relação entre as três raças formadoras do país.

Entretanto, a constituição de uma nação mestiça não impossibilitou a criação de hierarquias sociais fortemente marcadas pelo marcador racial e por uma abominação, especialmente por parte da elite econômica e intelectual do país, daqueles classificados como “raças inferiores” (negros, mestiços e indígenas). Conforme Stepan (2004, p. 337), “tradicionalmente, as elites educadas receavam a violência e o perigo que representavam os negros e mulatos, retratados como preguiçosos, doentes, bêbados e em permanente estado de vagabundagem”. Essa divisão, especialmente durante os períodos colonial (1530-1822) e imperial (1822-1889) brasileiros, era bastante nítida. A população branca, comumente constituída por portugueses e seus descendentes, em sua grande maioria ocupavam as posições mais elevadas na pirâmide social brasileira, enquanto grande parte da população negra era escravizada em algum ramo econômico que demanda-se a sua mão de obra, acompanhada da população mestiça/parda que perambulava pela pirâmide social, podendo exercer inúmeras funções, conforme a sua descendência. No sistema escravista, por exemplo, “as pessoas mais claras, ou seja, pardas/mestiças, poderiam cuidar dos serviços domésticos e até galgar um cargo de confiança de seu proprietário, enquanto os africanos recém-chegados e os mais retintos eram colocados em serviços mais pesados, como nas lavouras” (Souza Júnior, 2025, p. 108). Transcendendo essa compreensão para a composição social brasileira, poderia-se inferir que “na medida em que mais bem sucedido socioeconomicamente fosse o sujeito, maiores seriam suas chances de classificação como sendo da cor branca” (Silva, 2014, p. 33).

Essa relação dúbia em torno da mestiçagem no país, acrescentado de um tratamento animalesco para com a população negra escravizada, deixava mais nítida a posição incerta do mestiço na sociedade (especialmente o de pele mais escura). Segundo Barros (2009)

‘ser escravo’ escurecia inevitavelmente a pele dos africanos que eram ambigualmente apodados de ‘negros de raça branca’, da mesma forma que ‘ser livre’ contribuía para a percepção social do clareamento, no caso mais específico dos mulatos nascidos na terra. [...] A questão é que estes últimos [mulatos de pele mais escura] eram vistos pela elite branca colonial não apenas como um meio caminho entre a diferença branca e a diferença negra, mas, sobretudo, como uma posição intermediária entre a desigualdade liberta e a diferença escrava. Ser ‘mulato’ no Brasil [...] significava estar localizado em uma categoria mais bem situada na escala social do que um escravo vindo da África, até mesmo se o último apresentasse eventualmente pele mais clara (Barros apud Souza Júnior, 2025, p. 120).

Essa visão paradoxal referente à mestiçagem, se tornava cada vez mais acentuada através das inúmeras expedições realizadas por naturalistas estrangeiros no país durante o século XIX - com destaque para o já citado conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882)¹⁸ e para o zoólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873) - e as suas recorrentes avaliações negativas sobre o povo brasileiro. “Segundo esses cientistas - e outros como eles - os cruzamentos ‘promíscuos’ que tinha ocorrido no Brasil desde os tempos coloniais até aquele momento haviam produzido um povo degenerado, instável, incapaz de desenvolvimento progressivo” (Stepan, 2004, p. 348). Um fiel adepto da teoria poligenista e um detrator ferrenho da miscigenação entre as raças, Agassiz (1868) - após uma expedição realizada no país em 1865-1866 - descrevia o Brasil da seguinte maneira:

[...] que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deteriorização decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (Agassiz apud Schwarcz, 1993, p.13)

Segundo Silva (2012, p. 196) essa aversão à miscigenação se faz presente, pois “a condição da nação se vincula à condição da raça, e toda a impureza e toda a disgenia deverão ser combatidas em nome da nação”. Desta forma, “a miscigenação se apresenta, nessa direção, como promotora de inúmeras degenerescências, fenômeno a ser combatido e evitado”. Todavia, apesar dessa visão dúbia - e muitas vezes negativa - em torno da mestiçagem no país, a política de branqueamento da população brasileira levada a cabo especialmente no final do século XIX e início do XX, utilizava-se do próprio processo de miscigenação para alcançar o seu objetivo. Com o acréscimo do surgimento da eugenia no país no início do século passado, o branqueamento da população, neste contexto, passou a ter como finalidade não apenas “europeizar” o Brasil, mas também melhorar (eugenizar) o corpo-espécie nacional, alvo de duras críticas externas, mas também internas. Segundo Silva (2023, p. 32),

Com a inserção da eugenia no país, no início do século XX, e a concepção de que precisava-se construir uma identidade nacional, visando um corpo-espécie forte e sadio para o progresso contínuo do país, o mestiço foi visto como um

¹⁸ Segundo Skidmore (1976, p. 46), Gobineau, em sua estadia no país em 1869, “desprezava os brasileiros, que via como irrevogavelmente manchados pela miscigenação. E vivia aterrorizado com a possibilidade de contrair a febre amarela antes de rever a França”. Essa visão belicosa e fatalista de Gobineau para com os brasileiros fez com que a sua estadia como diplomata francês no Brasil se tornasse um pouco mais curta.

elemento fundamental nessa construção ao lado dos programas de imigração que visavam aumentar a população “eugenizada” no país.

Desta forma, na concepção desses autores, a grande preocupação era “homogeneizar a ‘raça nacional’, ainda que fosse para criar uma identidade mestiça ou, para outros, uma nacionalidade em processo de branqueamento” (Souza, 2007, p. 517). Todavia, para os defensores dessa política de branqueamento da população nacional, eugenistas ou não, o objetivo era bem claro: embranquecer a população brasileira. Segundo Romero (apud Souza Júnior, 2025, p. 117), o mestiço “que é a genuína formação histórica brasileira”, durante esse processo de branqueamento e depuração da população, ficaria “só diante do branco puro, com o qual se ha de, mais cedo ou mais tarde, confundir”, resultando em uma população branca e depurada. Enquanto os demais grupos, negros e indígenas, “desapareceriam em um futuro próximo ‘consumidos na luta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento’ (Romero apud Souza Júnior, 2025, p. 117). Um dos principais ideólogos desta teoria era o professor da Escola de Direito de Recife-PE, Sílvio Romero. Com posicionamentos e proposições bastante peculiares e seletivas, visando adaptar teorias estrangeiras ao contexto brasileiro, Romero baseava-se

[...] em Auguste Comte na crítica à metafísica e à teologia, o que não o impediu de rejeitar a classificação positivista das ciências e a lei dos três estados. O evolucionismo de Herbert Spencer forneceu, por sua vez, os principais conceitos de sua história literária, mas criticou a hipótese monogenista e a lei da repetição abreviada da história. Recorreu, ainda, à distinção entre povos “comunitaristas” e “particularistas” da Escola de Ciência Social de Le Play, de modo a apreender o caráter específico da formação brasileira, não aceitando, porém, as ideias católicas e o conceito cultural de raça, em desacordo com seus próprios pressupostos racistas. Apoiou-se em Gobineau na glorificação da raça ariana, ao mesmo tempo que dele divergia a respeito da miscigenação. De Buckle e Taine, adotou o critério naturalista, mas rejeitou o privilégio do meio em Buckle e a exclusividade dos fatores naturais em Taine, cujo descaso pelos aspectos psicológicos da criação literária criticava (Ventura, 1991, p. 50).

Sendo assim, através desse olhar bastante seletivo sobre as teorias que vem de fora, visando adaptá-las à realidade brasileira, Romero “encontra justamente na miscigenação a solução para a construção da nacionalidade” (Silva, 2014, p. 29). Esse projeto de branqueamento, à época, recebeu inúmeros adeptos (mesmo com concepções diferentes entre si). Uma prova disso é a presença do médico e antropólogo, mas na ocasião como diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Baptista de Lacerda, no Primeiro Congresso Universal das Raças em Londres no ano de 1911. Segundo Silva (2014, p. 34), “esse Congresso se traduzia numa tentativa de diálogo internacional em prol da paz entre as nações - que estava prejudicada em decorrência do sistema colonialista - por intermédio de uma discussão à luz da ciência e da consciência moderna,

contando com representantes de todos os continentes”. Com um posicionamento bastante racializado e acompanhado da obra *A redenção de Cam*, do pintor Modesto Broccos, o discípulo teórico de Sílvio Romero apresentou um trabalho denominado *Sur les métis au Brésil* (*Sobre os mestiços no Brasil*), o qual propunha que em pouco menos de um século (ou “à la troisième génération” (Lacerda, 1911, p. 1)) o Brasil seria totalmente branco, um país europeu nos trópicos.

Figura 03: Pintura A redenção de Cam, 1895



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes
(MNBA)

Na pintura em questão, o processo de miscigenação entre as raças deixava de ser uma “maldição” para se tornar uma saída nacional. A seleção sexual, a constante entrada de imigrantes europeus brancos no país e a seleção de “imigrantes desejáveis” formavam os

principais fatores que auxiliariam nesse processo de branqueamento da população nacional (Silva, 2014; Rech, 2017). Todavia, ao contrário do lusotropicalismo freyriano, que posteriormente trouxe o processo de miscigenação - de forma um pouco romantizada - como um dos pilares da formação brasileira (dando abertura até mesmo para a consolidação da teoria da democracia racial no país), a política de branqueamento não visava uma “harmonia racial”, mas sim extinguir qualquer resquício de “raças inferiores”. Para apresentar a pintura do pintor Modesto Broccos em seu trabalho, e corroborar com a sua proposta, Lacerda (1911, p. 1) coloca a seguinte frase ao lado da imagem: “Le nègre passant au blanc, à la troisième génération par l'effect du croisement des races” (O negro passa a ser branco, na terceira geração pelo efeito do cruzamento racial), demonstrando o efeito que traria a entrada constante de imigrantes brancos europeus no país. A diferença entre a avó (à esquerda no quadro) e a neta (ao centro), faz com que percebamos como ocorreria esse branqueamento gradual da população brasileira, extinguindo mestiços (mesmo Lacerda não os qualificando como “raça inferior”), mas também negros e indígenas da população. A criança em questão, seria o resultado final desta série de relações interracialias. “O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco” (Schwarcz, 1993, p. 12).

Deste modo, a tão odiada, condenada e complexa miscigenação, “considerada como degeneração, foi revista, aceita, estimulada e, inclusive, virou projeto nacional” (Souza Júnior, 2025, p. 120), se tornando “o mote tanto do chamado projeto de branqueamento da população, como da construção do que ficou conhecido como ‘mito’ da democracia racial” (Silva; Skolaude, 2024, p. 270). Entretanto, a concentração de imigrantes - especialmente alemães - na região sul do país (decorrentes da política imigratória visando ocupar esses territórios) obteve um efeito, no mínimo, adverso na concepção de alguns autores defensores deste projeto de branqueamento. Com a criação de colônias relativamente “homogêneas” - mesmo que “na prática, colônias ‘homogêneas’ não existiam no final do século XIX: na maioria das regiões inicialmente povoadas por alemães e italianos, foram introduzidos imigrantes de outras etnias” (Seyferth, 1996, p. 49) -, surgia também um certo receio por parte de muitos intelectuais da época referente ao isolamento destes povos, medo daquilo que foi denominado por Romero como o “perigo alemão”. Desta forma, Sílvia Romero, em alguns de seus textos, propõe que os imigrantes fossem redistribuídos

por todo o território nacional, em particular na região em que chamou de “Brasil intermediário”¹⁹ (Romero apud Seyferth, 1996).

De acordo com Romero (1906),

[...] destarte, o erro gravíssimo, o erro inexplicável dos governos brasileiros, o erro que nos há de trazer a perda das belíssimas regiões do Sul, foi se haver consentido na formação lenta por 80 dilatados anos, de fortes grupos da população que ficou irremediavelmente germânica, sem a menor fusão com as populações brasileiras (Romero apud Seyferth, 1996, p. 50)

Todavia, apesar de alguns receios, a política de branqueamento ainda era vista de forma positiva por uma parte considerável da intelectualidade brasileira. Entretanto, como dito anteriormente, apesar do projeto de branqueamento da população utilizar a miscigenação como a sua principal ferramenta, isso não significou uma mudança de posição do mestiço - especialmente aqueles de pele mais escura - na hierarquia social brasileira. Entre uma boa parte dos intelectuais eugenistas, por exemplo, ainda havia uma condenação acentuada da mestiçagem no país. Segundo Renato Kehl (1929), em um texto denominado *Limitação da natalidade*, publicado em dezembro de 1929 no 12º *Boletim de Eugenia*, ao falar da política de branqueamento, fala que o Brasil

tem recebido, ultimamente, um numero mais ou menos consideravel de italianos, portugueses, alemães e hespanhóes, que vão, aos poucos, transfundindo o seu sangue nas veias do nosso povo, concorrendo, eficazmente, para que, dentro de algumas gerações, se modifiquem, de modo favorável, as condições da nossa nacionalidade, ainda composta, infelizmente, de innumeros elementos trefegos, indisciplinados, fracos e instaveis, como se verifica, mesmo entre os mestiços com destaque social e politico do paiz (Kehl, 1929, p. 2)

O projeto de branqueamento da população brasileira é um excelente exemplo para se perceber a relação complexa e heterogênea - especialmente referente ao mestiço - entre os autores que discutiam sobre raça no Brasil, com destaque para os eugenistas. Um caso paradigmático foi o estímulo à miscigenação visando o melhoramento racial do corpo-espécie da população, e o seu consequente branqueamento, ao mesmo tempo que aquela era desestimulada para aqueles considerados já “eugênizados”, visando não degenerá-los através da mistura com “raças inferiores”. Essa dualidade em torno da mestiçagem por parte desses intelectuais, demonstra como o movimento eugênico era bastante heterogêneo no país. Segundo Silva (2014, p. 911),

¹⁹ O “Brasil intermediário” era localizado do Maranhão ao Espírito Santo, considerada, conforme Romero, como a região com “maior mestiçagem”, concentrando as duas raças consideradas inferiores (negra e indígena) e predominantemente habitada por mulatos e caboclos (Seyferth, 1996).

[...] o branqueamento era assim uma solução que revelava também a heterogeneidade das posturas eugênicas nos trópicos, uma tradução teórica paradoxal, mas que demonstrava também um debate sobre a identidade nacional que procurava equacionar a conformação da população, diversa e mestiça, com as teorias raciais da época.

Por fim, além da preocupação em torno do “perigo alemão”, havia outras preocupações compartilhadas pelos defensores do branqueamento no Brasil, especialmente por parte dos eugenistas, referentes ao próprio imigrante que viria para o país. Grande parte desses debates - em torno da presença de imigrantes estrangeiros no país, e especialmente quais estrangeiros poderiam ser aceitos ou não - estavam muito mais envoltos da ideia de “eugênização” da população que propriamente uma justificativa racional e produtiva. A concepção de que entre os próprios estrangeiros haviam aqueles que eram racialmente superiores e outros racialmente inferiores, gerava bastante debates entre os intelectuais e parlamentares das primeiras décadas do século XX. A preferência de grande parte daqueles que compartilhavam de tal teoria, era o incentivo para a imigração de somente cidadãos europeus considerados brancos - de preferência do norte da Europa -, especialmente aqueles vistos como “raça superior”. Esse ideal fica mais claro ao analisarmos o projeto de seleção migratória proposto pelo deputado Fidélis Reis, em 1921, que propunha a restrição de “imigrantes indesejáveis”, especialmente africanos e asiáticos. Corroborando com o projeto apresentado pelo deputado, Azevedo Amaral (1929), “por razões de eugenia”, propunha que o governo brasileiro deveria dar preferência aos imigrantes alemães e de países escandinavos, vistos como exemplos de “raças superiores” (Amaral apud Souza, 2022).

Conforme Amaral (1929, p. 336), a finalidade de tal proposta “orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do tipo novo europeu e para atingir esse objetivo temos a necessidade de não agravar, com o acréscimo de elementos étnicos alheios à raça branca”. Desta forma, segundo Góes (2015, p. 128), citando Amaral (1929), a escolha de quais imigrantes deveriam desembarcar em terras tupiniquins era de extrema importância, pois

A imigração “promísqua” inflamaria o Brasil de pessoas com doenças transmissíveis obstaculizando a construção de homens eugenizados. A sua preocupação é com a formação de uma “raça superior”, mas que não seja apenas uma “raça superior” fisicamente, mas aquela com os atributos intelectuais necessários à “assimilação e ao desenvolvimento da cultura, de que dependem o progresso material da civilização, e estabilidade moral da sociedade e a segurança política do Estado”.

De acordo com Seyferth (1996, p. 46), a justificativa para a escolha de imigrantes preferencialmente brancos e a desqualificação dos não brancos, ocorre por “critérios de natureza

moral e pela suposta incapacidade de produzir num sistema de livre iniciativa", sendo assim, o branqueamento para a eugenia servia como um "processo civilizatório da nação", o qual "era tarefa da raça branca, logo, a solução para o Brasil estaria na arianização dos povos não brancos" (Goés, 2015, p. 100).

Desta forma, treze anos depois é aprovada a nova lei de imigração para o Brasil (conhecida como "Lei de Cotas", em 1934), limitando e proibindo a entrada de "elementos nocivos" no país (comumente imigrantes não europeus). Segundo o texto da lei, em seu art. 2º: "Não será permitida a entrada de estrangeiro imigrante, sem distinção de sexo, estando em alguma das condições seguintes: XII - De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional" (BRASIL, 1934). Apesar de não trazer explicitamente a questão étnico-racial em seu texto, na prática os "elementos nocivos" equivaliam a indivíduos considerados racialmente "inferiores", que reforçavam a visão fatalista das elites e que aparentemente não contribuiriam com o "progresso nacional".

Todavia, o decreto-lei 7.967 de 27 de agosto de 1945 - considerando o fim da Segunda Guerra Mundial - foi bem mais direto. Em seu art. 3º, o texto da lei dizia o seguinte:

A corrente imigratória espontânea de cada país não ultrapassará, anualmente a cota de dois por cento sobre o número dos respectivos nacionais que entraram no Brasil desde 1 de janeiro de 1884 até 31 de dezembro de 1933. O órgão competente poderá elevar a três mil pessoas a cota de uma nacionalidade e promover o aproveitamento dos saldos anteriores (BRASIL, 1945).

Apesar de parecer uma simples lei de restrição imigratória, considerando a imigração compulsória pós-guerra, aquela teve um objetivo muito bem definido. Como dito no início deste subcapítulo, a partir da segunda metade do século XIX, enquanto aumentava exponencialmente a vinda da população branca europeia para o país, a população negra africana diminuía vertiginosamente, considerando a lei de restrição do tráfico de escravizados para o país. Apesar de ser benéfica para o fim do tráfico de escravizados africanos no Brasil e consequentemente para a libertação da população negra outrora escravizada, essa acabou sendo lesada nessa nova lei imigrantista. Considerando a proporção de imigrantes advindos da Europa desembarcando anualmente no Brasil desde a segunda metade do século XIX, estes seriam certamente beneficiados a partir dessa nova determinação.

Renato Kehl, uma das figuras mais importantes do movimento eugenista nacional, também emitia a sua opinião sobre o assunto recorrentemente em seus artigos e livros. Segundo o

autor, em *Sexo e Civilização: Aparas Eugenicas (1933)*, ao falar sobre como a escolha de “bons elementos” era de suma importância para o desenvolvimento do país, coloca que

O Japão em pletora, a China em piores condições, a Índia [...]. Imagine-se estes países a nos expelirem seus rebutalhos multicolor e multiforme! [...] E há quem defenda a imigração, para nos trazer tais elementos. Se fossem suecos, noruegueses, ingleses e alemães, ainda se conceberia. A lavoura precisa de braços, eis o grito que se ouve e o governo que a atenda! Questão de raças? “Isto fica para mais tarde”, dizem os nossos pseudoestadistas (Kehl apud Diwan, 2013, p. 133)

Por fim, em meio a todo esse debate, gostaria de destacar a importância da educação - especialmente eugênica - no processo de branqueamento da população nacional. Esse branqueamento levado a cabo por inúmeros teóricos dos séculos XIX e XX, não se daria somente através da mestiçagem contínua entre raças, mas também através de uma conscientização eugênica da população brasileira, através do convencimento. Segundo Roitberg e Gomes (2023, p. 3)

[...] o projeto de branqueamento da nação foi respaldado pelas políticas educacionais do Brasil na primeira metade do século XX, contexto no qual os intelectuais conceberam a escola como meio de regeneração racial. Assim, a negritude foi associada à degeneração, a qual poderia ser mitigada por intermédio da mestiçagem, e as reformas no sistema de ensino foram conduzidas a partir de uma perspectiva nacionalista e eugênica.

Essa “conscientização do branqueamento”, através da educação, surtiu alguns efeitos na população brasileira do século XX como um todo. Um desses efeitos - e talvez seja o principal - é a percepção de como este movimento em prol de uma política de branqueamento da população brasileira afetou o modo como a própria população nacional se via. Manuel Alves de Souza Júnior (2025), ao fazer um levantamento sobre os censos demográficos realizados entre os anos de 1872 e 1940²⁰, considerando o marcador racial em sua análise, percebe que houve um aumento da população que se autodeclarou como branca, enquanto havia uma nítida diminuição daqueles que se declaravam como negros e mestiços. Esse aumento vertiginoso do primeiro grupo ocorre quase que exclusivamente em virtude de um estigma social destinado a negros e mestiços, fazendo com que uma boa parcela da população brasileira sentisse uma aparente “vergonha” em se autodeclarar parda/mestiça e negra. Da mesma forma, o autor traz a incongruência referente aos dados presentes nestes censos, tendo em vista a quantidade incerta de pessoas negras e pardas

²⁰ O autor realiza um recorte temporal entre os censos de 1872 e 2022, enfatizando inúmeras problemáticas como: o processo de branqueamento da população brasileira através dos censos, a diminuição gradativa da população negra no país, o estigma em torno das raças não-brancas e a sua autodeclaração, além da incongruência e imprecisão dos números em censos dos anos de 1872 e 1890.

resultado de um processo errôneo de autodeclaração, vide que ao invés de ocorrer uma diminuição das populações negras e mestiças (como os censos apontavam), o que acontecia era um aumento da população que se declarava cada vez mais branca (pretos se declarando como pardos e pardos se declarando como brancos).

Conforme Souza Júnior (2025, p. 141),

[...] os censos demográficos de 1872, 1890 e 1940 indicam que o impacto da migração europeia realmente causou um branqueamento na população, pelo menos na autodeclaração para os censos. A população branca passou de 38,1% em 1872 para 63,5% em 1940 e, em oposição, a população negra (pretos e pardos) regrediu de 58% para 35,8% no mesmo período.

Desta forma, e como visto no decorrer deste capítulo, apesar de aparentemente contraditória, a miscigenação foi reinterpretada como uma estratégia para alcançar o branqueamento da população, ao mesmo tempo em que mantinha e reforçava hierarquias raciais profundamente enraizadas, fazendo com que ocorresse a eugeniação da população. Sendo assim, e considerando o movimento em prol de uma eugeniação da população brasileira, a política de branqueamento no Brasil não pode ser compreendida apenas como um projeto isolado do passado, mas como um dispositivo articulado ao longo do tempo, fundamentado em premissas eugenistas e sustentado por estratégias biopolíticas de gestão da população (com destaque para as proposições educacionais). Segundo Silva (2014, p. 27)

[...] de um lado, não era possível contornar a constatação de que se era um país mestiço. De outro, tornava-se premente constituir um corpus homogêneo à nação. E essa passava necessariamente pela gestão da população, pela gestão da multiplicidade étnica que compunha o povo brasileiro, por estratégias biopolíticas, portanto.

Todavia, antes de adentrar a relação entre eugenia, educação e biopolítica, considero necessário compreender o que foi o objeto de análise dessa dissertação, sua importância e a relevância de seu autor para o movimento eugenista brasileiro.

3. ENTRE CIÊNCIA E IDEOLOGIA: RENATO KEHL E O *BOLETIM DE EUGENIA* (1929–1933)

21



²¹ Fonte: Chão Editora, 2022.

3. 1 Renato Kehl, o “pai” da eugenia brasileira

“Renato, tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró eugenia” (Lobato apud Diwan, 2007, p. 8)²².

Renato Ferraz Kehl (1889-1978) foi um médico e farmacêutico paulista com bastante destaque no movimento eugenista, chegando inclusive a ser considerado como o maior expoente do movimento no Brasil. Nascido ao final do regime imperial no país, mais especificamente na cidade de Limeira, interior paulista, foi um autor de extrema importância para a eugenia brasileira, mas também para a psicologia social. Tido como um dos pioneiros da psicologia social no país, Kehl é o 13º patrono da Academia Paulista de Psicologia, com a alcunha de ser o “pioneiro da psicologia da personalidade”. Formado em farmácia pela Faculdade de Farmácia de São Paulo em 1909 e em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915, Kehl teve contato com a eugenia durante a sua segunda graduação. Segundo Souza (2019, p. 118), durante o período em que permaneceu na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, Renato Kehl “travou contato com a obra de biólogos e naturalistas como Lamarck, Darwin, Spencer, Broca, Lapouge, Agassiz, Dechambre, Galton e Weismann”, iniciando as suas teorizações sobre a ciência de Galton. A sua efetiva inserção como um autor que tratava sobre a teoria que buscava o “melhoramento da raça humana” se deu através de uma conferência realizada na Associação Cristã dos Moços (ACM), em abril de 1917, intitulada “Eugenia”.

Conforme Souza (2019, p. 123)

A preocupação do conferencista consistiu numa rápida digressão sobre as principais questões que envolviam, em sua concepção, o conhecimento eugênico, sobretudo as discussões relacionadas à hereditariedade e aos fatores disgênicos. Renato Kehl procurava ressaltar, ainda, a importância de se estudar a eugenia no Brasil - “até agora quase que completamente descurada entre nós” -, num momento em que as ideias nacionalistas encontravam-se em pleno desenvolvimento, em que se despertam as “forças regeneradoras” em defesa da nacionalidade.

Após essa conferência, que constituiu um marco importante em sua trajetória intelectual, Renato Kehl começa a sua carreira como um teórico eugenista de viés mais positivo e sanitarista, inclusive prefaciando a obra *Problema Vital* (1918) de Monteiro Lobato. No ano seguinte à conferência, ao lado de Arnaldo Vieira de Carvalho, Kehl funda a primeira sociedade eugênica da

²² No respectivo trecho Monteiro Lobato lamuriava-se por não dedicar o livro *Guerra das Raças* (1926), ou *O Presidente Negro*, a Renato Kehl, considerado, nesta frase, como o “pai da eugenia no Brasil”.

América Latina em São Paulo: A Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP). Conforme Kehl (apud Silva, 2023, p. 23-24), na sessão solene de inauguração realizada em 15 de janeiro de 1918 - visando trazer a importância da criação de tal instituição, além da busca por novos adeptos -, traz que

Um dos fins, de resultados práticos mais palpáveis desta agremiação e ao qual dou a maior importância, é o de divulgar, entre o público, conhecimentos eugênicos e higienicos, que o tirem da ignorância, no que se refere aos vícios sociais e às doenças infecciosas. Por meio de conferências públicas e nas escolas, sempre procurando mostrar o que é o alcoolismo, a syphilis, a tuberculose, ensinar como escapar às suas garras.

Demonstrando a relevância que o movimento eugenista adquiriu já em seu início, muito em virtude de sua relação com o higienismo-sanitarismo, “compareceram a essa sessão mais de uma centena de médicos, jornalistas, juristas e autoridades políticas, curiosos por ouvir o que a ciência de Galton poderia lhes oferecer como mecanismo para melhorar o vigor físico e intelectual do homem brasileiro” (Souza, 2019, 128). Um pouco mais de um ano após o seu início, a Sociedade Eugênica de São Paulo chega ao fim, decorrente da morte de seu presidente e a ida de Renato Kehl - à época secretário geral - para a capital Rio de Janeiro. No Distrito Federal, Kehl teve o seu ápice profissional e adquiriu uma maior relevância como uma figura influente no meio intelectual.

Em sua primeira fase²³, Kehl publicou inúmeros livros, como *Eugenia e Medicina Social* (1920), *Melharemos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem* (1923), *A Cura da Fealdade* (1923), *Como escolher um bom marido* (1924) e *Formulário de beleza – fórmulas escolhidas* (1927). Em sua segunda fase, além de exercer inúmeras funções administrativas, colaborou com a organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE) em 1929, fundou, em 1931, a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE)²⁴ e publicou inúmeros livros, como: *Lições de Eugenia* (1929), *Sexo e Civilização: Aparas Eugenicas* (1933), *Por que sou eugenista? 30 anos da campanha eugênica* (1937) e *Pais, médicos e mestres: problemas de educação e hereditariedade* (1939), além de tantos outros que serão analisados posteriormente.

²³ Irei tratar sobre a vida e obra de Renato Kehl em duas fases: A primeira será dividida de 1917 a 1927 e a segunda de 1928 a 1939.

²⁴ Segundo Goês (2015, p. 131-132), “a comissão foi um meio de articulação do movimento eugenista no Brasil e dos movimentos eugenistas dos EUA, Alemanha, entre outros. A comissão Central servia como um veículo de articulação do movimento em nível mundial, sendo o Brasil o país que melhor expressava os anseios do movimento eugenista do mundo”, cujos membros, “na sua maioria, eram oriundos da Saúde Pública, Higiene Mental, das Ciências Biológicas e da Medicina” (Goês, 2015, p. 131).

Por fim, neste mesmo período, redigiu e dirigiu o periódico *Boletim de Eugenia* (1929-1933)²⁵, principal veículo dos ditames eugênicos à época. A importância de seus inúmeros trabalhos, fez com que o autor ganhasse relevância nacional, inclusive entre o governo Vargas²⁶. Segundo Diwan (2007, p. 6), “por meio da CCBE, Kehl se aproximou de Oliveira Vianna, então consultor jurídico do governo provisório de Getúlio Vargas, e integrou um grupo designado pelo recém-fundado Ministério do Trabalho para pensar os problemas da imigração no Brasil a partir de 1932”. O que auxiliou diretamente na promulgação da lei de restrição a imigração no Brasil, em 1934. Além disso, segundo Souza (2019, p. 114), Renato Kehl também participou como membro da

Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia e da Liga Brasileira de Higiene Mental, Renato Kehl foi membro titular da Academia Nacional de Medicina, eleito em 1933, para ocupar a cadeira de número 48. Seu nome consta, também, na relação de membro correspondente de várias sociedades científicas estrangeiras, como da Academia Nacional de Medicina do Peru, Sociedade Mexicana de Eugenia, Société Française d'Eugénique, Sociedade de Antropologia-Etnologia do Porto, Eugenics Education Society de Londres, Instituto de Eugenia de Berlin, Instituto de Eugenia e Biologia Racial de Uppsala e da Eugenics Record Office de Nova York.

Após ir à Alemanha, em 1928, como diretor da Bayer do Brasil, regressa com ideias um pouco mais radicais, demarcando o início de sua segunda fase. Afirmando de forma acentuada as diferenças entre as raças, via no eugenismo um meio de propagandear as ideias eugenistas entre a população²⁷. Conforme Souza (2016, p. 96-97), “embora tivesse iniciado sua carreira no interior do movimento sanitarista, cujos integrantes aderiram a um modelo de ‘eugenia preventiva’ muito próximo da medicina social, a trajetória de Renato Kehl caracterizou-se pela defesa de uma eugenia mais dura, ao estilo da ‘eugenia negativa’”, fazendo com que suas propostas se tornassem cada vez mais radicais, incentivando medidas, inclusive, “de controle matrimonial e esterilização”. Durante finais do decênio de 1920, “passou inclusive a fazer defesas entusiasmadas das políticas de segregação racial que vinham sendo aplicadas em países como os

²⁵ “Além do *Boletim de Eugenia*, Renato Kehl dirigiu, durante as décadas de 1920 a 1940, a *Revista Terapêutica*, *Vida Rural* e *O Farmacêutico Brasileiro*, editadas e financiadas pela Casa Bayer do Brasil, da qual Kehl foi seu diretor entre 1927 a 1944” (Souza, 2019, p. 114).

²⁶ “Ao longo da década de 1920, a eugenia esteve associada a patriotismo e à reivindicação de um papel mais importante para o Brasil nos assuntos internacionais” (Stepan, 2004, p. 336)

²⁷ Considerando que nesse momento estou tratando da segunda fase de Renato Kehl, a sua concepção de eugenismo é diferente da apresentada em sua primeira fase. Segundo Souza (2019, p. 134, grifos nossos), “nesse período (primeira fase), Renato Kehl utilizava o termo eugenismo de maneira indistinta. [...] a partir do final dos anos 1920, o autor distinguiria o conceito de eugenia de eugenismo”.

EUA e a Alemanha nazista” (Souza, 2016, p. 96-97)²⁸. Essa concepção eugênica cada vez mais radical de Renato Kehl, através da defesa de esterilização para aqueles considerados “disgênicos”, surge como uma forma de combater a população definida como uma “sub-raça”, a qual, “sem que se queira, inadvertidamente, prolifera por entre a parte supostamente sadia do corpo social, contaminando-a e pondo em risco seu brioso futuro” (Gadelha, 2009, p. 108).

Conforme Souza (2016, p. 100)

Apoiado em argumentos racistas e biologicamente deterministas, Kehl explicava que não haveria solução para os problemas nacionais sem o desenvolvimento de uma “política biológica” radical, inspirada nos ditames da higiene racial alemã. Em sua interpretação, como o grande mal do país era um “mal de raça”, o governo deveria impedir urgentemente a proliferação de indivíduos racialmente “indesejáveis”, mesmo que para isso tivesse que utilizar medidas extremas como a segregação racial, a esterilização eugênica e a eutanásia.

Alguns meses antes do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), ocorrido no centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro em julho de 1929, Kehl inicia a publicação mensal de um novo periódico - visando, acima de tudo, candidatar-se como principal expoente do movimento eugenista no Brasil e se alçar como um forte candidato ao cargo de presidente do CBE - : O *Boletim de Eugenia* (1929-1933). Juntamente com inúmeros autores, em sua grande maioria europeus, o boletim se constitui como um documento multifacetado, abordando inúmeros assuntos importantes para o movimento eugenista, mas também visando uma maior presença entre a população²⁹.

3.2 O Boletim de Eugenia: da ciência à propaganda eugênica (1929–1933)

Constituindo-se, acima de tudo, como um documento que visava propagandear o imaginário e almejado *Instituto Brasileiro de Eugenia*, o Boletim de Eugenia constituiu-se como um dos principais veículos de propaganda dos ideais eugênicos entre a população nacional durante as décadas de 1920 e 1930. Visando tornar mais compreensível a função deste novo periódico na sociedade, especialmente entre as classes mais abastadas, Renato Kehl (1929, p. 1) -

²⁸ Conforme Souza (2016, p. 101), “a exemplo do que ocorrera nos movimentos eugênicos desses países, o autor entendia que o governo brasileiro deveria impedir a reprodução dos indivíduos indesejáveis, criando políticas eugênicas rigorosas que limitassem o nascimento de degenerados, delinquentes e doentes mentais”.

²⁹ Visando um maior aprofundamento sobre a vida e obra de Renato Kehl, vide Souza (2019).

na breve introdução do primeiro volume do Boletim de Eugenia -, explica o porquê do nascimento de tal publicação e quais artigos serão publicados no mesmo. Segundo o autor, o surgimento deste documento ocorreu em virtude de que “depois da publicação dos Annaes de Eugenia, em São Paulo, não appareceu no paiz qualquer outra publicação especializada sobre esta sciencia”. Publicação, aliás, também de sua autoria, pertencente à findada Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP). Conforme Bonfim e Kuhlmann Jr. (2014, p. 6), ao falar do retorno da viagem realizada por Renato Kehl à Europa em finais do decênio de 1920, este “teria regressado convicto da necessidade de imprimir um novo ritmo à divulgação e institucionalização da Eugenia no Brasil, tal como se experimentava em países como a Alemanha e Inglaterra”, surgindo assim uma justificativa mais plausível para o surgimento deste novo periódico naquele momento. Sendo assim, ainda de acordo com Bonfim e Kuhlmann Jr. (2014, p. 7)

Em síntese, o periódico refletiu as inclinações de Kehl após o retorno da viagem que realizou a Europa, em 1928, momento em que se aproximou de uma perspectiva eugênica mais severa, atenta à “boa procedência das sementes”, pela qual as ações educacionais agiriam na socialização das medidas adequadas à geração de bons descendentes, principalmente através de uma educação moral, rigidamente orientada por preceitos eugênicos, que na prática atuaria de forma a perpetuar preconceitos, inculcando, desde cedo, a ideia de superioridade racial do tipo caucasiano sobre os demais, principalmente em relação aos mestiços.

Todavia, a criação de um documento que visava uma maior propagação dos ideais eugênicos entre a população, tendo em vista os seus pequenos textos acompanhados de uma escrita mais acessível, além de sua inicial gratuidade, não foi algo relativamente novo no movimento eugenista. Essa ideia de propagar os ideais eugênicos era algo compartilhado pelo próprio “pai” da eugenia e seguido por inúmeros movimentos eugenistas espalhados pelo mundo, inclusive pelo próprio Renato Kehl já há um bom tempo. Segundo Kern (2020, p. 6), citando Galton (1988, p. 170),

Nas formulações seminais do próprio Galton, considerado o “pai” da eugenia, já estava presente esse traço característico dos diferentes movimentos eugenistas que, posteriormente, surgiram em diferentes países, qual seja, a enorme importância da propaganda. A propaganda, foi a principal forma de legitimar politicamente a aplicação das ideias eugenistas, pois, através de sua permanente divulgação pública, os pressupostos do melhoramento racial se tornariam socialmente aceitáveis: “Primeiramente, deve-se ser familiarizada como questão acadêmica, até que haja sido compreendida e aceita, de fato, em sua exata importância; segundo, deve ser conhecida como matéria cujo desenvolvimento prático merece uma séria consideração; terceiro,

deve ser introduzida na consciência nacional como nova religião”³⁰.

Esse ideal de propaganda da eugenia entre a população, como supracitado, era algo bastante recorrente nos movimentos eugenistas, inclusive no brasileiro. Segundo Bonfim (2019, p. 9), Renato Kehl, além da criação de inúmeros eventos e instituições visando a propagação dos ideais eugênicos - como a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP) e posteriormente a Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE) - “destacou-se na publicação de numerosos livros voltados à divulgação da eugenia e da higiene, obras escritas em estilos variados, contemplando um público amplo: intelectuais diversos, pais, educadores e estudantes”.

Conforme Góes (2015, p. 97), Renato Kehl acreditava que a eugenia, “para obter sucesso, deveria ser propagandeada como se fosse uma religião e, nesse sentido, pulverizada por meio de diversas formas: cartaz, panfletos informativos, livros, artigos, revistas, teses e tantos outros meios. O que lhe interessava era propagandar e convencer”. Entre as inúmeras obras de autoria de Kehl que possuíam esse ideal de propagandar a teoria eugênica, destaco às voltadas para o público infanto-juvenil, como é o caso dos livros *A Fada Hygia* (1923), *Bíblia da Saúde (Higiene)* (1926), *Cartilha de Higiene: Alfabeto da Saúde* (1936) e *Educação Moral: Falando aos jovens da Minha Terra* (1937), os quais visavam uma maior propagação dos ideais eugênicos entre a população em idade escolar, resultando em uma conscientização por parte dos próprios alunos sobre a sua condição biológica³¹. Essa necessidade de propagandar a eugenia acompanhava Renato Kehl desde sua primeira aparição como um intelectual eugenista, em sua palestra na ACM. Segundo Kehl (apud Kern, 2020, p. 6), a “campanha eugenica deve ser uma das preocupações da imprensa do nosso paiz”, o que justifica as suas inúmeras aparições em jornais e revistas de ideologia eugenista, mas também em veículos “tradicionais” de comunicação. Conforme Stepan (2004, p. 334), “entre as duas guerras mundiais, a eugenia esteve associada a uma série de congressos e conferências e a legislação social sobre bem-estar infantil, saúde materna, direito de família, controle de doenças infecciosas e imigração”, justificando tanto

³⁰ Essa ideia de equiparar a eugenia à uma espécie de religião do melhoramento da humanidade, como citado anteriormente, é bastante recorrente, também, nos escritos de Renato Kehl, principal expoente do movimento eugenista brasileiro. Segundo Souza (2019, p. 130, grifos nossos), “A existência de uma tradição cientificista, especialmente no campo da medicina, permitia que o discurso da ciência fosse assimilado profeticamente como a salvação para os problemas nacionais, se não como uma religião, ao menos como panaceia”. Inspirado por uma ideia salvacionista e redentora “ia ainda mais longe, afirmando, [...] que a eugenia ‘é mais que ciência, é religião, religião da saúde, do corpo e do espírito – a verdadeira religião da humanidade’”.

³¹ Independente de qual fase Renato Kehl se encontrasse, a importância da educação eugênica continuava a mesma, visando, acima de tudo, convencer a população nacional de seus defeitos e qualidades.

o ideal de propaganda de Kehl, quanto esse foco constante sobre o ensino dos mais jovens.

Figura 04: Preceitos de pratica quotidiana para a conservação da saúde



Fonte: Fada Hygia (1923)

32

A obra *Educação Moral: Falando aos jovens da Minha Terra* (1937) é classificada como uma das mais completas nesse sentido, sendo dividida em duas partes denominadas como “palestras”. A primeira parte se atém a algumas virtudes consideradas como importantes para Kehl, como delicadeza, respeito, bons modos, disciplina, obediência, aplicação, ordem, bondade, honestidade e vontade (Bonfim, 2019). Já na segunda parte do livro, o autor recorre às práticas reprováveis, censuráveis, como a construção do sujeito imprudente, mentiroso, brigão, irresoluto, moleirão, preguiçoso, desordenado, estragador, protelador e o gastador (Bonfim, 2019). Além disso, mais ao final desta segunda seção, o autor traz um alerta para aqueles que seguirem as suas diretrizes: “alcançam a vitória os esforçados, os compenetrados, os que levam suas obrigações a

³² Nesta página da obra *A Fada Hygia* (1923), como em todo o livro, Renato Kehl recorre ao recurso visual trazendo 12 práticas de higiene para que as crianças e adolescentes mantenham a sua saúde e consequentemente permaneçam “eugenizados”. Com uma linguagem didática e acessível às crianças, Kehl construía uma imagem terrível do mundo sem os hábitos higiênicos, visando fazer com que através de exemplos, como a peste negra, as crianças se conscientizassem do seu dever para com a sua higiene pessoal e com a sociedade.

sério" (Kehl apud Bonfim, 2019, p. 11). Em seguida, Kehl (1937) traz um tópico denominado “civildade”, onde apresenta-se “vinte e quatro sentenças morais acompanhadas de seus respectivos ‘comentários’, como um livrinho de regras, uma espécie de guia de conduta” (Bonfim, 2019, p. 12). Por fim, finalizando o livro, há uma cartilha de boas maneiras, a qual deverá ser acompanhada pelo professor e destinada a acompanhar o progresso de cada aluno, visando “acostumar as crianças a um ‘exame de consciência’” (Kehl apud Bonfim, 2019, p. 12), fazendo com que o docente, ao observar as reações psicológicas da criança, ao expressarem “aceitação, indiferença ou rejeição às lições ensinadas”, pudesse subsidiar um diagnóstico “acerca da normalidade ou não de cada aluno” (Bonfim, 2019, p. 12). Desta maneira, é possível compreender como “o projeto de formação de homens fortes, saudáveis e vigorosos encontrou na publicação de pequenos livros e cartilhas de higiene um importante recurso pedagógico, cuja elaboração envolveu médicos, professores, editores e ilustradores” (Pimenta apud Bonfim, 2019, p. 9). Auxiliou, também, na constatação de como a ideia de propaganda estava no cerne do discurso eugênico, visando uma maior compreensão da sociedade sobre a eugenia, logo possibilitando uma melhor aplicabilidade dos ideais eugênicos entre a população. Sendo assim, conforme Kehl (apud Souza, 2019, p. 129), quando a eugenia entrasse “como o abc nas escolas, como o catecismo nas igrejas, como os romances nas mãos dos moços e das moças e a bíblia ou o manual culinário nas casas de família, saberão todos os princípios da higiene individual”.

Todavia, juntamente a relevância destinada à propaganda por boa parte dos eugenistas, a escolha por um periódico também está condicionada à importância que tais documentos possuíam à época. Segundo De Luca (1999, p. 36-37),

O jornal, principal mercadoria da nascente indústria cultural, ditava modas e estilos, impunha ao cotidiano seu ritmo nervoso, apressado e superficial. Consagrava certos autores e relegava outros ao ostracismo. Nas primeiras décadas do século XX, parte considerável da vida intelectual brasileira gravitou em torno da imprensa, encarada como uma atraente oportunidade de trabalho para os homens de letras.

Sendo assim, a escolha por um formato que circulava diariamente entre o meio popular, mas também acadêmico, era um excelente modo de “naturalizar” as ideias eugenistas entre a população e consagrar o seu idealizador. Visando conformar a população nacional através do convencimento, a publicação fora concebida “enquanto meio de ação por um grupo que se considerava capaz de colocar o país no rumo certo. Esclarecer, ensinar, arregimentar e ordenar

forças, formar opinião, tendo por arma a palavra escrita, eis o projeto ilustrado dessa elite decidida a exercer aquela que acreditava ser sua missão suprema: conduzir” (De Luca, 1999, p. 47). Entretanto, considerando que a produção mensal de um periódico recente, com poucos assinantes, se tornava algo relativamente caro à época, o ideal propagandista, inclusive considerando a sua gratuidade, do *Boletim de Eugenia* foi esvaindo com o passar dos meses. A sua circulação de forma gratuita, por exemplo, durou apenas seis meses, onde no exemplar de número 6 (o qual foi aglutinado com o de número 7 e coincidentemente o mês de integração do periódico à revista Medicamenta) a sua assinatura anual passou a custar 5000 réis (Kehl, 1929), demonstrando a sua incompatibilidade com a realidade da população³³. Desta forma, vagarosamente a presença do periódico eugenista foi mais recorrente entre a elite econômica e intelectual do país, os quais seriam vistos como os responsáveis pelo melhoramento racial da população nacional. De fato havia uma acentuada preocupação dos autores eugenistas em como convencer os cidadãos sobre suas debilidades, entretanto, o que o periódico eugenista nos mostra também é que a preocupação a priori desse conjunto de autores fora convencer a elite nacional de sua função patriótica e salvacionista antes mesmo que induzir os demais.

O Boletim era composto de um exemplar que possuía entre 4 e 10 páginas, em uma versão monocromática e com poucas imagens, trazendo inúmeros assuntos e autores (com destaque para artigos sobre a escolha de casamentos - o que incluía inúmeros textos sobre educação sexual, matrimonial e moral -, exame pré-nupcial, imigração e a função da eugenia para com a sociedade brasileira, destacando o seu suposto benefício como a “ciência do melhoramento humano”), sendo escolhidos conforme o tema abordado no periódico daquele mês.

Segundo Léo Neto (2021, p. 5),

No boletim eram veiculadas divulgações de livros escritos por membros das Sociedades Eugênicas, comunicações de pesquisas (com temas que abarcavam questões sobre educação, psicologia, hereditariedade, zoologia e botânica) e notícias pontuais (traduções de pequenos comunicados veiculados em outras publicações estrangeiras, convites para os concursos de Eugenia, listas das sociedades eugênicas existentes em outros países, acontecimentos políticos, opiniões e até mesmo pequenas crônicas).

Inicialmente a sua publicação foi realizada de forma independente e mensal, sendo

³³ Além da incompatibilidade financeira, o periódico eugenista encontrava empecilhos entre os próprios leitores. Grande parte da população nacional, considerando as décadas de 1920 e 1930, era analfabeta (70% eram analfabetos em São Paulo em 1920, acompanhados de 42% no Rio de Janeiro no mesmo ano). Desta forma, “esse quadro nada promissor impunha limitações à imprensa como um todo, mas certamente afetava mais profundamente as revistas de caráter exclusivamente literário e cultural” (De Luca, 1999, p. 59).

financiada pelo seu próprio editor e criador. Todavia, a partir de julho de 1929 e “por convite de Theophilo de Almeida, [...] Kehl aceitou incorporá-lo à Revista Medicamenta, como uma separata, preservando, contudo, a propriedade sobre o periódico, bem como a tiragem avulsa de mil exemplares” (Bonfim; Kuhlmann Jr., 2014, p. 6). Durante os três primeiros anos de existência, o periódico manteve-se com uma tiragem mensal e com poucas páginas, entretanto, a partir de 1932 - sob direção de Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., sendo editado em Piracicaba - SP - passa a ser publicado trimestralmente, aumentando, por consequência, o seu número de páginas e diminuindo o seu caráter propagandista³⁴. Essa mudança se dá após o anúncio de Kehl sobre a sua nova viagem à Europa, onde este envia uma carta convidando Octávio Domingues a assumir o Boletim, visando não deixar o periódico à mercê.

De acordo com Góes (2015, p. 133), a carta dizia o seguinte:

O Boletim era distribuído mensalmente. Tinha uma lista de assinantes fixos: associações de eugenia estrangeiras, associações científicas nacionais e estrangeiras e pessoas de representação e intelectuais do país. Fazia todo o interesse para despertar o interesse, na nossa elite, pelos problemas eugênicos, enviando o boletim e outras publicações avulsas. Creio que as informações acima são suficientes para demonstrar ao amigo a possibilidade de editar o Boletim ai. Esta carta servirá de autorização ampla nesse sentido, podendo desde já dar inicio de vez em quando um ou outro artigo. Ficaria muito grato de no cabeçário do boletim declarasse que esta é uma segunda fase da referida publicação e que a mesma continuará como órgão oficial da Comissão Central Brasileira de Eugenia. Agradeço-lhe muito pelo esplendido artigo que me enviou. Veio muito a proposito. Ele será publicado, brevemente, junto a um trabalho meu, num folheto intitulado “Educação Eugênica” que desejo tinha a maior circulação possível. Espero que me de essa autorização. 17/fevereiro/1932.

Seguindo as sugestões de Renato Kehl, a partir de 1932 o Boletim de Eugenia inicia uma nova fase. Desta forma, o periódico eugenista pode ser dividido em dois momentos: De 1929 a 1931, sendo editado e dirigido por seu fundador (na Capital Federal), Renato Kehl, mantendo o seu ideal propagandista e com uma tiragem mensal; e os dois últimos anos, onde aquele foi dirigido e editado por Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. no interior paulista, com uma tiragem trimestral e ganhando um caráter mais científico em suas publicações.

³⁴ Segundo Léo Neto (2021, p. 5), “inicialmente com tiragem de 1.000 exemplares e distribuição gratuita, a assinatura anual do Boletim passou a custar dez mil réis (o preço da assinatura anual subiu a cada ano, sendo este o preço da assinatura no ano de 1933)”. Caso o leitor optasse por adquirir um exemplar avulso, o valor era de três mil réis em 1932 (Boletim, 1932). Corroborando com o autor, é perceptível que essa cobrança de valores cada vez maiores começam já na direção de Renato Kehl, mas se tornam mais recorrentes durante a gestão de Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Júnior, confirmando essa relação cada vez menor com o povo, circulando somente entre a elite e meios acadêmicos.

Figura 05: “Galton: Sabio Constructor”



Fonte: Boletim de Eugenia, Nº 20, 1930

Durante todo o período de sua existência, o periódico eugenista também foi marcado por alguns aspectos que demonstravam as ambiguidades, dissonâncias, atritos, afinidades e até mesmo o aparente declínio do movimento eugenista brasileiro com o passar dos anos. Um desses aspectos foi referente aos nomes dos autores. Conforme ocorre a leitura de cada exemplar do periódico, é bastante perceptível a presença recorrente de pseudônimos como “E. R.”, “João do Norte”, “João Sem Nome”, entre tantos outros, que demonstram algumas peculiaridades presentes no movimento eugenista. A primeira peculiaridade refere-se à heterogeneidade teórica. Como abordado anteriormente, o *Boletim de Eugenia* era um periódico eugenista de vertente mendeliana, todavia isso não significava que todo e qualquer eugenista - inclusive os de vertente mendeliana - podia e queria escrever para o periódico. Apesar de ser declaradamente um eugenista mendeliano, ter presidido o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e compartilhar da ideia de Renato Kehl referente à importância ímpar da genética para o conceito de eugenia³⁵,

³⁵ “Para eles, educação, higiene ou qualquer outra política de assistência social e melhoria das condições do meio poderiam, sim, contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos e da nação”, entretanto “nenhuma relação teria com a eugenia ou a genética mendeliana praticada pelos principais pesquisadores do mundo” (Souza, 2016, p. 100).

Edgar Roquette-Pinto (1884-1954) jamais escreveu para o jornal criado por Renato Kehl, e o motivo era bastante conhecido: a raça. Segundo Souza (2016, p. 97),

Embora Renato Kehl e Roquette-Pinto estivessem imbuídos desse ideal modernizador, bem como da crença na possibilidade de aperfeiçoamento racial pela ciência, seus projetos de intervenção eugênica partiam de princípios bastante antagônicos. Enquanto o primeiro defendia medidas radicais ligadas à “eugenia negativa”, sugerindo a imposição de barreiras raciais e sociais a partir de uma rígida seleção eugênica, o segundo não pensava a eugenia como uma ferramenta de seleção ou segregação racial. Para este, importava antes pensar em medidas educativas e de aconselhamento eugênico, tal qual propunham os adeptos da “eugenia positiva” proposta por Francis Galton.

Enquanto Kehl era assumidamente contrário à mistura de raças, alegando haver uma degenerescência com o passar das gerações (considerando que a miscigenação possibilitaria ao feto gerado a herança de somente os defeitos, e não as qualidades, de seus pais), Roquette-Pinto não via um problema na miscigenação, inclusive - ao menos enquanto auxiliava João Baptista de Lacerda - incentivando-a através de seu ideal de branqueamento da população nacional. Conforme Souza (2016, p. 97-98), “ao contrário de Renato Kehl (1929, 1933), para quem o grande problema do país estava relacionado à miscigenação racial, o antropólogo do Museu Nacional defendia a perfectibilidade eugênica dos ‘mestiços do Brasil’, empregando a antropologia física justamente para negar o determinismo racial”.

De acordo com Goés (2015, p. 126),

Para Roquette-Pinto, a expressão “mistura de raças” não tinha base científica, não passava de um conceito absurdo, pois, a mestiçagem era combinação, que, caso haja alterações, não são maléficas, como queriam os adeptos da “raça pura”, atribuir os problemas existentes, tanto físicos e morais à mistura entre os povos, visando alocar características no âmbito racial; tal afirmação não passava de uma proposição anticientífica.

Essa disputa em torno da influência dos marcadores raciais para o almejado melhoramento da raça humana, também influenciava a elaboração de políticas públicas, como é o caso das leis imigrantistas. Para Roquette-Pinto, “os problemas que impediam o progresso do país e o melhoramento dos aspectos físico e mental de parte de sua população não estariam relacionados à miscigenação, nem à herança biológica, mas sim à desorganização da política nacional, à falta de instrução e saúde” (Souza, 2016, p. 100-101), logo, e tratando do debate em torno da seleção de imigrantes, Roquette-Pinto entendia que a seleção deveria ser pautada nas condições físicas, intelectuais e na saúde do imigrante, independente de sua origem racial. De acordo com Roquette-Pinto (2010, p. 14), “o problema nacional não é transformar os mestiços do

Brasil em gente branca”, o problema do país, segundo o autor, “é a educação dos que ahi se acham, claros ou escuros. Eis ahi a grande illusão de Euclydes, considerou inferior, gente que só era atrasada; incapazes, homens que só eram ignorantes”. Esse trecho de *Seixos Rolados* (1927) demonstra brevemente a posição de Roquette-Pinto referente à mestiçagem do povo brasileiro, onde o autor complementa:

Do ponto de vista intelectual, os mestiços não se mostram, em coisa alguma, inferiores aos brancos. É verdade que eles não são tão profundos, embora sejam, às vezes, mais brilhantes. Mas ainda aí é possível citar exemplos denunciando que, sobretudo, uma questão de cultura, orientada segundo qualidades que os povos latinos prezam de modo particular. Os mestiços que recebem instrução técnica (mecânicos, operários especializados, etc.), são tão bons quanto os europeus (Roquette-Pinto, 2010, p. 90)

Já para o grupo liderado por Renato Kehl, o problema do Brasil estava relacionado diretamente à raça, logo, a questão era racial. Justificando ações mais radicais para o suposto bem da espécie, Kehl defendia veementemente uma seleção rígida e calcada em aspectos raciais para a entrada de novos imigrantes, alegando a degenerescência de povos não brancos e defendendo a entrada de cidadãos do norte da Europa. Outro assunto que demonstrava a divergência teórica entre Roquette-Pinto e Renato Kehl era referente à esterilização daqueles considerados “degenerados”. Após a promulgação da lei eugênica de esterilização dos inaptos na Alemanha nazista, o jornal “O Globo” realizou um inquérito sobre a opinião dos mais variados eugenistas brasileiros sobre o assunto, incluindo Kehl e Roquette-Pinto, em janeiro de 1934. De acordo com Roquette-Pinto (apud Souza, 2016, p. 104), “o problema da esterilização deveria ser visto como um assunto ‘extremamente complexo’, uma vez que a ciência ainda não conseguia identificar com clareza os indivíduos portadores de ‘boa’ e da ‘má herança’”. Em alguns casos, seguia o autor, “esterilizar um degenerado poderia significar ‘privar a humanidade futura de alguns homens de gênio’, na medida em que um suposto degenerado poderia carregar a herança da genialidade”. Todavia, Renato Kehl não pensava da mesma maneira. De acordo com Souza (2016, p. 104), aquele alegava não ter dúvidas quanto “à importância da esterilização eugênica no aperfeiçoamento das futuras gerações, demonstrando-se um entusiasta convicto da política eugênica alemã. Segundo ele, sua opinião sobre o assunto já era conhecida com clareza no livro *Sexo e civilização: aparas eugênicas*, que publicava após viagem ao norte do continente europeu”.

Essas divergências apenas serviam como exemplo “do que ocorreu durante o Congresso de Eugenia, o movimento eugênico ficaria dividido entre os que apoiavam medidas eugênicas

mais duras e aqueles que se opunham a projetos radicais” (Souza, 2016, p. 104). Sendo assim, Roquette-Pinto jamais escreveu no Boletim de Eugenia, juntamente com inúmeros outros eugenistas “mais brandos”, demonstrando a heterogeneidade de ideias até mesmo entre autores de uma mesma vertente teórica. Tendo isso em vista, proponho uma segunda função para esses pseudônimos utilizados no periódico: a radicalidade eugenista. O próprio Renato Kehl - juntamente com Octávio Domingues e outros autores - utilizavam alguns pseudônimos para demonstrar uma aparente adesão para com o recém criado periódico, criando uma visão homogênea sobre as questões da raça, mas também trazendo textos cada vez mais radicais.

Sendo assim, o segundo ponto a ser considerado é o declínio, ou a pouca aceitação social, da eugenia conforme as suas proposições se radicalizavam. Apesar de defenderem arduamente que o estudo da eugenia tratava-se de uma saída nacional, sendo concebida como um ato patriótico e até salvacionista, muitos autores preferiram o anonimato ao escreverem certos assuntos no periódico eugenista. O pseudônimo “João do Norte”, por exemplo, tratava-se de Gustavo Barroso (1888-1959), “um membro da Academia Brasileira de Letras, o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional (1922-1930), líder da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, conforme Maio (1992), o maior teórico do antissemitismo no Brasil” (Roitberg; Gomes, 2023, p. 13). Conforme a biografia que consta na Academia Brasileira de Letras (ABL), a utilização de pseudônimos, especialmente “João do Norte”, por Gustavo Barroso, não era algo novo, tendo em vista que o autor “estreou na literatura, aos 23 anos, usando o pseudônimo de João do Norte, com o livro Terra de sol, ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense”, além de utilizar outros termos, como “Nautilus, Jotanne e Cláudio França” (Rocha, 2010, p. 70). Os textos de Gustavo Barroso, ou nesse caso “João do Norte”, como de grande parte dos pseudônimos, comumente eram carregados de afirmações preconceituosas e cada vez mais radicais, muitas vezes reafirmando os posicionamentos trazidos por Renato Kehl. Em um texto carregado de afirmações sobre a “péssima condição racial” da população brasileira, denominado *O Brasil e a Raça* presente no exemplar de número 8 do Boletim de Eugenia, João do Norte, ao reafirmar os posicionamentos de Kehl, coloca que

Nenhum paiz precisa mais de melhorar a sua raça do que o Brasil e, como elle hoje se curva para si proprio, interessamdo-se pelos seus problemas vitaes de toda a ordem, serão benemeritos todos os esforços por uma cruzada pró-melhoramento da espécie.

(Norte, 1929, p. 4)³⁶

Juntamente com a heterogeneidade e conflitos presentes no movimento eugenista brasileiro, o periódico demonstrava também a forte relação com autores e instituições do exterior, com destaque para Estados Unidos e Alemanha, estes estando presentes em praticamente todos os volumes. Discutindo sobre inúmeros assuntos, mas com posicionamentos bastante parecidos, os autores estrangeiros que escreveram para o periódico eugenista foram muitos. Desta forma,

O Boletim trazia mensalmente uma profusão de artigos e notas cujas fontes eram as mais diversas. Com tom erudito, boa parte do material publicado se referia a notícias, comentários e eventos ligados à eugenia em outros países e no idioma original. Além do Brasil, Espanha, França, Itália, Inglaterra e principalmente Alemanha e Estados Unidos estavam representados, assim como suas instituições (Diwan, 2022, p. 112).

Visando compreender e demonstrar a estreita relação de Renato Kehl com autores e instituições estrangeiras, criei uma tabela com os autores e seus textos, destacando a frequência destes no periódico, além de analisar quais assuntos eram tratados. Seguindo uma ordem de publicação, apresento a tabela a seguir:

Autor	Título	Nacionalidade	Qualificação	Instituição	Nº/ano
Albert Govaerts	Conferencias escolares sobre eugenia* ³⁷	Bélgica	Médico e Diretor	Escritório Nacional de Eugenia da Bélgica	1/1929
John Edgar	Eugenia e patriotismo	Escócia	Professor	Universidade de St. Andrews	3/1929
Herman Muckermann	Eugenia e Catolicismo (1ª parte)	Alemanha	Antropólogo e Diretor	Instituto Nacional de Eugenia de Berlim	4/1929
Sebastian Recasens	Eugenia e procreação	Espanha	Médico e Catedrático	Universidade de Madrid	4/1929

³⁶ Finalizando a sua afirmação e corroborando com os ideais defendidos por Renato Kehl, Norte (1929, p. 4) complementa dizendo o seguinte: “[...] contrário as mestiçagens de raças diferentes, pois os seus productos - mestiços ou híbridos - são typos intermediarios desharmonicos, desequilibrados em consequência do conflicto dos caracteres incompativeis daquelles que lhes deram origem. Ao seu ver, o mestiço é fraco, feio, inferior aos individuos puros que o formaram”.

³⁷ Todos os textos que falarem sobre educação e eugenia, será acrescido um asterisco (*) ao lado do título.

Herman Muckermann	Eugenia e Catolicismo (2ª parte)	Alemanha	Antropólogo e Diretor	Instituto Nacional de Eugenia de Berlim	5/1929
Ernst Kretschmer	Genealogia de homens eminentes	Alemanha	Psiquiatra	Universidade de Marburg	5/1929
Herman Muckermann	Fundamentos hereditários e eugenia	Alemanha	Antropólogo e Diretor	Instituto Nacional de Eugenia de Berlim	6-7/1929
Luiz Jiménez de Asua	Aspecto jurídico da maternidade consciente	Espanha	Catedrático de Direito penal	Universidade de Madrid	6-7/1929
Luis Huerta ³⁸	Exploração desumana de menores	Espanha	Polímata eugenista espanhol		6-7/1929
K. Gerum	A hereditariedade na epilepsia	Alemanha	Médico	Universidade de Frankfurt	6-7/1929
Luis Huerta	Os fundamentos científicos da eugenia	Espanha	Eugenista espanhol		8/1929
Herman Muckermann	Eugenia e alcoolismo	Alemanha	Antropólogo e Diretor	Instituto Nacional de Eugenia de Berlim	8/1929
Francisco Nitti	Preconceitos e erros acerca da população: a ilusão do número	Itália	Ex-presidente do Conselho de Ministros da Itália		8/1929
M. T. Nisot	Malthusianismo na Asia	França	Médica	“Mercure de France”/ Associação internacional pela proteção da infância	9/1929
O. Decroly	A seleção dos bem dotados	Bélgica	Professor e Médico	Universidade de Gante	10/1929
Francisco	Aumentar a população ou	Itália	Ex-presidente do		11/1929

³⁸ O nome do autor eugenista espanhol, nos diferentes exemplares do Boletim de Eugenia, é grafado tanto com a letra “s” quanto com a “z” ao final, desta forma irei assumir a primeira grafia estabelecida pelo periódico eugenista e como é representado pelos diferentes artigos sobre o autor escrito em seu idioma.

Nitti	diminuí-la?		Conselho de Ministros da Itália		
E. S. Gosney	Sterilization for human betterment	Estados Unidos da América	Filantropo e Presidente da "The Human Betterment Fondation"	The Human Betterment Fondation	11/1929
Victor Delfino	Atestado medico pré-nupcial	Espanha	Professor	Universidade de Medicina de Madrid, Rio de Janeiro e Lima.	12/1929
E. S. Gosney	A proposito de esterilização	Estados Unidos da América	Filantropo e Presidente da "The Human Betterment Fondation"	The Human Betterment Fondation	12/1929
Herman Lundborg	Biologia racial (perspectivas e pontos de vista eugenicos)	Suécia	Médico	Instituto de Eugenia de Upsala	14/1930
W. Schraenen	A eugenia como sciencia e como ideal social	Bélgica	Assistente de antropologia	Escritório Nacional de Eugenia da Bélgica	15/1930
Herman Lundborg	Eugenia, hereditariedade e meio	Suécia	Médico	Instituto de Eugenia de Upsala	17/1930
E. Apert	A hereditariedade em pathologia	França	Médico	Hospital Andral e Sociedade Eugênica da França	21/1930
Julius Bauer	As leis mendelianas	Áustria	Professor e médico	Faculdade de medicina de Vienna	23/1930
Julius Bauer	As leis mendelianas (continuação e fim)	Áustria	Professor e médico	Faculdade de medicina de Vienna	23/1930
Paulina	Educação sexual*	Uruguai	Médica escolar		24/1930

Luisi ³⁹					
W. T. J. Gun	O parentesco do genio - um estudo sobre a familia de grandes homens	Estados Unidos da América	Eugenista		26/1931
P. J. Cammidge	Hereditariedade do diabetes	Inglaterra	Médico		26/1931
Lucien Viborel	O papel da educação no combate as doenças venéreas*	França	Secretário geral	Companhia de Propaganda do Escritório Nacional de Hygiene Social (“La race et les mœurs”)	26/1931
Giuliano Perondi	O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia	Itália	Professor	Universidade de Florença	27/1931
Giuliano Perondi	O problema da tuberculose do ponto de vista da eugenia (continuação e fim)	Itália	Professor	Universidade de Florença	28/1931
Leonard Darwin	A eugenia no futuro	Inglaterra	Político e economista	Sociedade Eugênica Britânica	31/1931
Leonard Darwin	A eugenia no futuro (continuação e fim)	Inglaterra	Político e economista	Sociedade Eugênica Britânica	32/1931
Jon Alfred Mjoen	Cruzamento de raças	Noruega	Polímata		32/1931
American Eugenics Society	Os principais propositos de uma associação eugenica americana	Estados Unidos da América		American Eugenics Society	33/1931

³⁹ A médica e ativista uruguaia Paulina Luisi (1875-1950) é um excelente exemplo, juntamente com a espanhola Hildegart Rodrigues (1914-1933), de como a eugenia dialogou diretamente com movimentos considerados como conservadores e ultraconservadores (como o nazismo), mas também com movimentos que denominaríamos como mais progressistas (como o socialismo e o feminismo). Essa relação ocorre em virtude da heterogeneidade teórica da “ciência de Galton” pelo mundo. Sendo considerada como uma ciência para o melhoramento da humanidade, essa foi assumida e incentivada por diferentes grupos sociais e políticos, conforme a realidade de cada nação. Tanto Paulina Luisi, quanto Hildegart Rodrigues, reivindicavam por mais direitos para as mulheres, como o acesso ao voto, liberdade sexual e uma educação sexual de prevenção. Esta última permitia com que esses grupos dialogassem diretamente com a eugenia, defendendo uma conscientização sexual, especialmente por parte das mulheres, através de uma educação sexual empreendida nas escolas primárias e secundárias (Luisi, 1930).

H. Werner Siemens	O que todos precisam compreender (trechos da obra Hygiene des races)	Alemanha	Dermatologista	Universidade de Munique	33/1931
George W. Bray	Hereditariedade como fator de asma e outras alergias	Estados Unidos da América	Veterano de guerra e eugenista		33/1931
Herman Lundborg	Cruzamentos de raças	Suécia	Médico	Instituto de Eugenia de Upsala	34/1931
Eldon Moore	A eugenia na Inglaterra	Inglaterra	Diretor da revista de eugenia de Londres	Revista de eugenia de Londres	35/1931
Ervin Baur	Importância da genetica para a patologia humana (I)	Alemanha	Geneticista	Instituto Kaiser Wilhelm para Pesquisa de Melhoramento	38/1932
R. Rugles Gates	Eugenia e educação*	Canadá	Botânico	Royal Society	39/1932
Leopoldo Bard	Resenha: A proposito do certificado pré-nupcial	Argentina	Docente-livre de higiene médica		39/1932
Torsten Tjögren	Pesquisas medico-heredologica e clinicas sobre oligofrenia numa população camponeza do norte da Suecia	Suécia	Psiquiatra	Universidade de Lund	39/1932
Arthur Schopenhauer	Amor e eugenia (notas de um precursos da ciencia e da boa geração)	Alemanha	Filósofo		40/1932
Archibald Henderson	Darwin, uma das maiores figuras do século 19				40/1932
Bruno Schulz	A proposito da heredopatologia da esquizofrenia	Alemanha	Assistente da Secção de Genealogia	Instituto Alemão de Pesquisas Psiquiatricas de Munique	40/1932

Considerando as similaridades entre o movimento eugenista brasileiro, de vertente mendeliana, com movimentos eugenistas estrangeiros, trago uma segunda tabela com a

quantidade de autores estrangeiros por nação, destacando a proximidade com alguns movimentos, especialmente aqueles mais radicais.

Nação	Quantidade de autores	Número de textos	Textos sobre educação	Textos sobre esterilização/ controle matrimonial
Alemanha	7	10	1	9
Estados Unidos da América	5	5	0	5
Espanha	4	5	0	3
Inglaterra	3	4	0	0
Bélgica	3	3	1	1
França	3	3	1	0
Suécia	2	4	0	0
Itália	2	4	0	0
Áustria	1	2	0	0
Argentina	1	1	0	1
Canadá	1	1	1	0
Uruguai	1	1	1	0
Noruega	1	1	0	0
Escócia	1	1	0	0

Desta forma, é perceptível que há uma relação muito próxima do movimento eugenista brasileiro - com destaque para Renato Kehl - com movimentos estrangeiros. Inclusive aquele fazendo parte de inúmeras instituições internacionais como destacado anteriormente. Portanto, a importância do periódico reside tanto em seu conteúdo quanto em sua autoria, uma vez que, além de Renato Kehl, contou com a colaboração de cientistas, médicos, educadores e intelectuais nacionais e internacionais. A legitimidade do interlocutor fazia com que o periódico ganhasse

cada vez mais relevância, sendo já em seu primeiro ano (julho de 1929) incorporado à revista *Medicamenta* - “uma das mais acatadas e apreciadas revistas medicas brasileiras” (Kehl, 1929, p. 1)⁴⁰, - além de sua permanente ligação com a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Segundo Souza (2005, p. 4), “devido as possibilidades que a eugenia oferecia como um instrumento para regenerar a saúde física, mental e moral da população, os médicos psiquiatras associados a Liga Brasileira de Higiene Mental assumiram o ideário científico da eugenia como discurso fundamental de seus projetos”.

Desta forma, a circulação do periódico eugenista ocorreu especialmente entre o meio acadêmico, justificando a presença constante de artigos de estudantes e professores universitários, sejam eles nacionais ou internacionais, entretanto com rápida presença entre a elite econômica e política do país. Segundo Léo Neto (2021, p. 5)

Seu público leitor era constituído por médicos, farmacêuticos, geneticistas, zoólogos, antropólogos, botânicos, agrônomos, diretores de museus científicos, inspetores de serviço sanitário, professores, literatos (a própria vinculação de Monteiro Lobato à Sociedade Eugênica de São Paulo nos demonstra essa capilaridade entre diversas áreas), políticos, mas também uma elite intelectual branca (ou que se esforçava em construir seu processo de racialização mais próximo da brancura europeia).

Portanto, e como explicitado por Léo Neto (2021) no trecho anterior, a eugenia - através de suas publicações, com destaque para o *Boletim de Eugenia* (1929-1933) - “atraía uma classe média em expansão, cujos membros ansiavam promover seu papel como especialistas na conformação da vida social e nutriam um ingênuo otimismo sobre sua capacidade de fazer o bem” (Stepan, 2004, p. 337-338). Desta forma, a relação entre raça e classe era bastante nítida. Esse periódico, bastante apreciado pela elite econômica e intelectual do país, tinha por função, segundo Kehl (1929, p. 1) em um texto denominado *O nosso boletim* presente no 1º exemplar do *Boletim de Eugenia*, “investigar o papel representado pela educação, costumes, emigração, imigração, mestiçagem, e todos os demais factores que atuam sobre os nossos semelhantes”, visando não só derivar novos conhecimentos sobre a raça e dialogar com diferentes campos de saber, mas também “estabelecer valiosos ensinamentos e regras praticas para a regeneração continua da espécie” .

Por fim, para finalizar esse terceiro capítulo, gostaria de evidenciar o modo como o

⁴⁰ Trecho do texto “Boletim de Eugenia e ‘Medimenta’” do 6º/7º exemplar do *Boletim de Eugenia*, momento em que o periódico é incorporado à revista.

documento eugenista foi concebido e analisado metodologicamente na respectiva pesquisa, considerando as suas similaridades, heterogeneidades, além de seus resquícios na contemporaneidade.

3.3 O documento como monumento

No subcapítulo anterior houve um enfoque mais aprofundado nas características do documento analisado, destacando a grande presença de autores estrangeiros e a homogeneidade dos assuntos tratados, todavia, nesta seção se faz necessário uma análise mais minuciosa referente à metodologia utilizada para analisar o objeto de estudo mencionado. Conceitualmente, o periódico eugenista será compreendido dentro da definição de *discurso-monumento* (Dias, El-Jaick, 2021) concebida por Michel Foucault (1926-1984), o qual será analisado como uma construção discursiva do passado - através de uma pluralidade de discursos e ações, presentes em uma determinada episteme, constituindo diferentes regimes de verdade - revelando as relações de saber-poder, intenções que constituíram o documento, além de suas reverberações no presente. Indo de encontro ao documento histórico concebido dentro de uma linearidade causal e comumente visando uma origem para determinado acontecimento ou movimento, a concepção arqueogenealógica de monumento visa problematizar o documento e os discursos que emanam deste, fazendo com que se perceba e problematize a manifestação das relações de saber-poder presentes em tais discursos, além do contexto de sua produção, os quais visam produzir novos modos de subjetivação e consequentemente sujeitos almejados. Desta forma, “em vez de interpretado em termos de não-ditos ou de gênese autoral, o discurso deve ser tratado em sua irrupção histórica e material” (Dias; El-Jaick, 2021, p. 12), preservando-se “a positividade própria de tudo o que é dito, ou escrito, evitando o apagamento da materialidade discursiva em busca de uma causa, de uma regra anterior à prática discursiva” (Dias; El-Jaick, 2021, p. 25).

Segundo Foucault (2015, p. 21),

A história, genealógicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam.

Assim sendo, “não teria sentido buscar nos documentos-acontecimentos vestígios de culturas anteriores para costurar uma linha reta do tempo, apontando as continuidades de certas tradições ao longo da história, querendo rebater as multiplicidades que proliferam em categorias agrupadas por semelhanças” (Lemos; Cardoso Júnior, 2009, p. 356), mas sim identificar as relações de saber-poder imanentes desses documentos e as suas possíveis reverberações, com suas continuidades e descontinuidades, na sociedade contemporânea. Desta maneira, considerando-o como um discurso produtivo e não repressivo, compreendo que o discurso eugênico produzia regimes de verdades, dialogando com inúmeros campos de saber (como os campos da medicina, educação e psiquiatria), capazes - ou ao menos, era o seu objetivo - de constituírem a população brasileira almejada: branca e eugenizada. Portanto, “a eugenia brasileira fez da miscigenação uma forma de intervenção sobre a cultura nacional, e, nesse sentido, se constituiu numa rede discursiva com efeitos significativos na constituição de regimes de verdade sobre a população e a ‘identidade nacional’” (Silva, 2012, p. 202).

De acordo com Foucault (apud Azevedo, 2012, p. 156), discurso pode ser concebido como um conjunto de “regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Sendo não apenas “aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo”, mas também “[...] aquilo que é o objeto do desejo”, não sendo somente “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10). Em outras palavras, de acordo com Silva e Júnior (2014, p. 9), “o discurso, enquanto um enunciado verdadeiro torna-se um mecanismo de exercício do poder sobre outro indivíduo, tendo em vista que cabe ao sujeito (e às instâncias e/ou polos de produção) desse discurso julgar o que é ou não verdadeiro”.

Desta forma, segundo Fernandes (apud Silva e Júnior, 2014, p. 3), o discurso é um conjunto de “proposições que adquirem caráter de verdadeiras passando a constituir princípios aceitáveis de comportamento”. Sendo assim, ao mesmo tempo que o discurso é produzido - especialmente por dispositivos e instituições - também produz sujeitos e comportamentos ideais através de novos regimes de verdades. Portanto, vejo a relevância do discurso eugênico não apenas na sua relação com grandes autores acadêmicos e literários da época, mas também nas suas proposições (e ações) visando subjetivar a população brasileira para o progresso da raça humana, as quais buscavam “docilizar o indivíduo de forma a torná-lo produtivo ou portador de

posturas e condutas desejáveis” (Silva; Júnior, 2014, p. 12). Desta maneira, conforme Silva (2012, p. 202),

[...] a eugenia pode ser entendida como uma prática discursiva (baseada em saberes biológicos sobre a raça e sua pureza, científicos ou não) e/ou não discursiva (as estratégias de intervenção) que procurou redesenhar a população com o objetivo de fundar uma identidade nacional baseada nos critérios clássicos da categoria Estado-nação, conforme a tradição europeia.

Portanto, a escolha pela análise do periódico eugenista *Boletim de Eugenia (1929-1933)*, se dá em virtude da compreensão de vê-lo como um produto constituído pelas diferentes matizes de sua época, mas que ao mesmo tempo se torna um objeto, algo que visa subjetivar a população, onde algumas de suas marcações permanecem até os dias atuais.

De acordo com Cima (2024, p. 19),

Eles são tomados como produtos, pois emergiram como verdades dizíveis, legitimadas, validadas metodologicamente e institucionalmente. São resultados de demandas políticas, governamentais e populares; objetos, pois produzem campos de ações possíveis e desejáveis, que colocam em circulação os saberes, estratégias, táticas e práticas que as constituem e são constituintes.

Além disso, valho-me do periódico *Boletim de Eugenia (1929-1933)* como uma fonte primária em minha análise, verificando suas proposições, contexto e influência sobre os marcos legais do século passado. Poderia também, conforme Peter Burke (2004) - e considerando suas permanências na atualidade - tratá-lo como um componente dentro de uma série de vestígios históricos. Segundo Burke (apud Silvera; Ramos, 2016, p. 16),

[...] convendría sustituir la idea de fuentes por la de “vestígios” del pasado en el presente. El término “vestígios” designaría los manuscritos, libros impresos, edificios, mobiliario, paisaje (según las modificaciones introducidas por la explotación del hombre), y diversos tipos de imágenes: pinturas, estatuas, grabados, o fotografías.

Por fim, referente à análise dos 42 exemplares do periódico eugenista, o foco da investigação se deu sobre os artigos que abordam diretamente a educação, atentando-se especialmente para três núcleos discursivos: (1) o papel do educador, (2) a função da educação na constituição de uma “raça purificada”, e (3) as concepções de educação eugênica defendidas pelo periódico. A análise buscará problematizar como o discurso eugênico, ao se articular ao campo educacional, produziu efeitos de verdade sobre os sujeitos, instituindo modos de normalização, práticas pedagógicas e expectativas de conduta. Visando realizar uma pesquisa mais aprofundada,

foram utilizados os seguintes recortes temáticos: “educação moral”, “educação sexual”, “educação physica”, “educação eugênica”, “consciência eugênica” e “papel do educador para a eugenia”, além da observação de seus efeitos normativos e prescritivos no interior do discurso educacional da época. Esse movimento permitirá evidenciar os cruzamentos entre saber, poder e verdade, demonstrando como a eugenia se articulou à educação para forjar um ideal de nacionalidade racialmente hierarquizado. Nessa perspectiva, a escola e o educador são compreendidos como agentes centrais de um projeto biopolítico, voltado à gestão e melhoramento da população.

Assim, pretende-se compreender como a educação era representada como um dispositivo de subjetivação e de engenharia social, capaz de atuar sobre o corpo-espécie da população brasileira por meio da moralização, da higiene, do controle da sexualidade e da promoção de uma “consciência eugênica”.

4. EDUCAR PARA EUGENIZAR: O PROJETO EUGÊNICO DE FORMAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XX

41



⁴¹ Adenir, vencedora do primeiro Concurso Brasileiro de Eugenia realizado em São Paulo (Boletim de Eugenia, 1929).

4.1 “A educação como complemento primacial da eugenia”: A função eugênica da educação

Como abordado até o presente momento, a eugenia brasileira era dividida em uma vertente mais branda e sanitaria, composta pelos neolamarckianos, e uma segunda vertente mais radical e invasiva, composta por mendelianos. Todavia, apesar do movimento eugenista - de vertente mendeliana - buscar a pureza racial da população brasileira, especialmente através da esterilização e eliminação daqueles considerados “disgênicos”, havia também o processo de conscientização eugênica da população nacional, a qual estava diretamente conectada a um processo de subjetivação e condução de condutas através de um viés eugênico. Essa mudança da mentalidade social, que no fim também buscava a eliminação do “degenerado”, se dava através de inúmeras formas, como publicações, congressos, eventos e periódicos; entretanto, a educação, especialmente a escolar, se tornou um de seus principais focos e meio de aplicação. Considerando a instituição escolar como “o espaço por excelência da circulação de verdades sobre o sujeito” (Silva, 2014, p. 903), no caso eugenista, verdades sobre a raça, através da educação criava-se “novos aportes para a construção de sujeitos eugênicos” (Silva, 2014, p. 904). Nesse sentido, e em um “período marcado por iniciativas voltadas à expansão do ensino primário, as escolas constituíam um mercado considerável no comércio de livros didáticos, estimulando a elaboração de manuais escolares” (Kinoshita apud Bonfim, 2019, p. 10), a intervenção da eugenia na educação escolar se tornou de suma importância para o movimento, fazendo com que

[...] os manuais escolares, bem como a literatura infantil, deveriam constituir o veículo de pedagogização eugênica no Brasil. Daí o investimento em conferências em escolas e instituições educacionais, a publicação em jornais e livros de acesso mais amplo da população escolar (Silva, 2014, p. 913).

Esse enfoque acentuado na educação eugênica, entretanto, não é algo inerente apenas ao movimento eugenista brasileiro. Segundo Kern (2020, p. 10)

De forma muito peculiar, os teóricos eugenistas insistiram recorrentemente sobre a necessidade de valer-se de medidas educativas para vulgarizar os conhecimentos sobre a ciência do melhoramento racial para um público mais amplo, possibilitando que os ensinamentos da nova ciência fossem incorporados ao modo de vida da população brasileira. [...] Daí a centralidade que a educação eugênica prontamente assumiu nas reflexões dos teóricos locais, constituindo-se em um elemento estratégico para o sucesso da campanha eugenista posteriormente empreendida no Brasil.

Todavia, visando compreender de forma mais nítida essa relação entre educação e eugenia no país, se torna necessário analisarmos os trabalhos e proposições elaborados pelos próprios eugenistas para a propagação e aplicação de uma educação eugênica, a qual preferencialmente deveria fazer parte do currículo escolar. Conforme Domingues (1930, p. 2), ao falar da educação eugênica em um artigo denominado *Os programmas de ensino e a Genetica* - o qual fazia parte do 13º Boletim de Eugenia, publicado em janeiro de 1930 - colocava que “não é possível falar de eugenia, convencer um povo das vantagens que advirão á raça, com a applicação de medidas eugenicis, se o auditorio onde se faz a propaganda, se esse povo desconhece as bases mesmas dessa sciencia e dessas medidas”. Sendo assim, e sendo retomado por Kehl (1931, p. 5) no texto denominado *O ensino da Eugenia nas escolas secundárias*, a obrigatoriedade da educação eugênica no ensino regular se tornou “imprescindível para o progresso biologico, moral e social dos homens, devendo figurar, obrigatoriamente, no programma dos cursos gymnasiaes e normaes, como materia á parte ou, não sendo possível, como parte da historia natural ou da hygiene”. Portanto, um dos meios de fazer a eugenia progredir seria através da educação. Essa preocupação em torno da inviabilidade da educação eugênica entre a população nacional, estava assentada na concepção de que esse ensino designava, grosso modo, “os usos sociais dos novos conhecimentos da ciência sobre evolução e hereditariedade a fim de se obter o aperfeiçoamento racial na população humana” (Bonfim, 2017, p. 77), além de servir como suporte para futuras intervenções consideradas mais radicais.

Todavia, as afirmações trazidas por Octávio Domingues (1930) e Renato Kehl (1931) nos artigos supracitados, eram apenas resultados de uma série de debates realizados durante toda a década anterior e que permaneciam durante o decênio de 1930. Um dos modos de compreender a importância dada à educação pelo movimento eugenista brasileiro, seja por aqueles que seguiam uma vertente neolamarckiana seja pelos mendelianos, é analisando os debates e trabalhos realizados na seção *Educação e Legislação*, ministrada por Levi Carneiro no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, sendo essa considerada a única seção “verdadeiramente de Eugenia, porquanto só pela resolução dos problemas a ella attinentes se encaminhará o aperfeiçoamento da raça (Roquette-Pinto apud CBE, 1929, p. 12).

Considerando a relevância adquirida por esta seção durante o decorrer do evento, torna-se plausível a passagem presente no documento *Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, justificando a escolha do presidente desta sessão de tamanha importância.

No trecho em questão, trazia-se que Levi Carneiro foi escolhido para presidir e mediar os debates eugênicos em virtude de ser considerado como um “homem reconhecidamente interessado pelos problemas de educação que tem movimentado e dirigido na qualidade de presidente da Associação Brasileira de Educação” (CBE, 1929, p. 12), logo, um excelente nome para presidir, mas também para expandir as ideias eugênicas no ensino regular. Com teses propondo a obrigatoriedade da educação eugênica nas escolas e de forma mais aprofundada nas faculdades de medicina, além de debates sobre a importância e função da educação física - tendo em vista que estavam presentes autores adeptos de ambas as vertentes - a seção se desenrola através de debates bastante acalorados (CBE, 1929). Um excelente exemplo são as discussões em torno das teses de Achilles Lisboa (1929) e A. C. Barbosa (1929), ambas denominadas *Educação moral e Eugenia*, as quais tiveram como comentário final a recomendação da “necessidade da divulgação e do ensino especializado da Eugenia” (CBE, 1929, p. 14), sendo complementado pelo presidente Levi Carneiro, ao falar da educação moral, através da recomendação “aos poderes públicos que desenvolvam essa educação na escola primaria e particularmente na secundaria (Carneiro, 1929, p. 14). Portanto, é compreensível que “para além das diferentes perspectivas de compreensão da eugenia em disputa, os teóricos eugenistas formavam consenso ao reconhecer a necessidade da promoção de práticas educativas adequadas ao projeto eugenista” (Kern, 2016, p. 190), tendo em vista que “a educação foi a principal ferramenta para divulgação e implementação das políticas higienista-eugenistas no Brasil” (Silva, 2023, p. 40).

Esse debate torna-se tão importante durante a virada da década de 1930, que na Constituição Federal de 1934, em seu artigo 138, inciso b, é estabelecida a educação eugênica no país. Através de um documento organizado e veiculado pela Comissão Central Brasileira de Eugenia (CCBE) - o principal órgão de diálogo entre os eugenistas e o governo - são propostas para a Assembleia Constituinte algumas diretrizes eugênicas que deveriam constar na Constituição Federal que estava sendo elaborada. Apesar de grande parte de seus ideais não serem inseridos como um artigo da constituição, a educação eugênica se fez presente. Segundo o texto da constituição: "Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas. b) estimular a educação eugênica” (BRASIL, 1934). Segundo Kehl (apud Diwan, 2020, p. 117), ao lembrar dos “feitos” realizados pela CCBE, após o seu findar, em um texto denominado *A eugenia no Brasil: registro de uma data comemorativa*, exaltava a conquista desse momento

Realizou inquéritos sobre imigração, povoamento, natalidade; fez intensa propaganda pelo rádio e pela imprensa; apresentou à Assembleia Constituinte de 1932 um longo memorial e sugestões que foram lidas e discutidas, tendo o então deputado paulista prof. A. C. Pacheco e Silva conseguido a aprovação do art. 138b que dispunha: “incumbe a União, os Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas estimular a educação eugênica”.

Segundo Goés (2015, p. 135), considerando a obrigatoriedade da educação eugênica em todo o país, “para Kehl, o ensino secundário deve ter em seu programa os princípios eugênicos, explicitando as leis biogenéticas, a lei da conservação do ‘tipo ancestral’, a lei da evolução orgânica e da hereditariedade e, por fim, a lei de atavismo de Galton”. Apesar dessa obrigatoriedade permanecer somente durante três anos - sendo retirada na constituição seguinte, a qual instaurou a ditadura varguista do Estado Novo -, a respectiva pesquisa buscou compreender que educação era essa, suas principais características e a sua finalidade para o movimento eugenista brasileiro. Conforme Rocha (2011, p. 169), ao falar da finalidade da educação eugênica (especialmente a educação sexual) para Renato Kehl, coloca que essa servia para

evitar a má formação e a ignorância por parte dos estudantes sobre orientação sexual, relações conjugais e criação dos filhos. As meninas deveriam ser preparadas para as futuras obrigações do lar e da maternidade, compreendendo a nobreza de uma maternidade sadia onde as boas características seriam transmitidas às futuras gerações.

Sendo assim, o interesse eugênico na educação, com destaque para a educação sexual, “pouco tinha a ver com visões radicais sobre sexualidade ou papéis sexuais. Pelo contrário, a eugenia brasileira vinculava-se estreitamente a uma ideologia conservadora, familiar” (Stepan, 2004, p. 352), focando, quase estritamente, no papel reprodutivo da mulher. Desta forma, “percebe-se que a eugenia, no caso à brasileira, possuía estreitas relações com o ideal de família da época, leia-se, família tradicional, heterossexual e com casamento indissolúvel” (Rech, 2017, p. 62). Entretanto, como dito anteriormente, essa educação será compreendida através de âmbitos distintos, mas complementares, como: A educação sexual (o que incluía a educação matrimonial), educação moral, educação higiênica e educação física. Visando o melhoramento da população nacional, foram propostas inúmeras ideias, nos diferentes âmbitos, de uma educação considerada eugênica.

4.2 “Instruir é eugenzar”⁴²: Proposições educacionais no Boletim de Eugenia

Ao tratar da educação eugênica, foco desse trabalho, deve-se, primeiramente, ter em mente de que forma essa educação seria implementada para posteriormente compreendê-la em sua integralidade. Compreendendo que o Brasil, na visão eugenista da época, vivia em uma constante degenerescência, a principal tarefa desses eugenistas seria alcançar a regeneração do país a todo custo. Neste trabalho, “a educação e a legislação cumpririam papel de destaque, por exemplo, ao impedir os casamentos entre tipos ‘inaptos’, garantindo-se, dessa forma, as condições para o desenvolvimento eugênico da nação” (Bonfim, 2019, p. 6). Todavia, para isso, deveria-se ter de forma bem definida de qual modo essa educação seria aplicada. Tendo isso em vista, é bastante nítido, entre os mais variados artigos que compunham o Boletim de Eugenia, que havia um foco bastante acentuado em duas instâncias distintas, mas muitas vezes complementares, que poderia auxiliar nessa aplicabilidade: escola e família. Considerando a importância de ambas as instituições na formação dos estudantes, foram realizados inúmeros debates referentes à qual entidade deveria ser responsável pela educação eugênica dos educandos. Alguns autores traziam que a escola deveria complementar a educação - especialmente sexual e moral - realizada pela família (comumente desenvolvida pela mãe), outros que a escola tinha uma função primordial nesses aspectos, enquanto a família exercia apenas um trabalho secundário e de acompanhamento dos estudantes. Nos artigos desenvolvidos pelo primeiro grupo, era bastante comum a existência de “dicas” para os (a) educadores (a), ou ao menos uma tentativa de estabelecer as suas funções dentro da educação eugênica, tendo em vista que aqueles (as) deveriam complementar a educação realizada pela família. Esse ensino deveria ser, preferencialmente, realizado por gêneros e em diferentes etapas. Para esses eugenistas, a educação realizada em gêneros separados se dava em virtude dos meninos serem compreendidos como sujeitos fortes, sadios e provedores, enquanto para as meninas a educação eugênica “significava maternidade ‘digna’, com ênfase na saúde materna e no cuidado pré-natal” (Stepan, 2004, p. 352). Nesta concepção, portanto, o principal meio de divulgação e aplicação plena de uma educação eugênica (com destaque para a educação sexual e moral) “é o lar, visto estar comprovado que cabe aos pais grandes responsabilidades nos desregramentos sexuais de seus filhos. O lar é o meio mais adequado para a formação do caráter da infância e da mocidade, cuja

⁴² Kehl (1919c, p. 222)

integridade moral depende dos paes” (E. R, 1930, p. 2)⁴³.

Já aqueles autores que traziam que a família possuía um papel básico e inicial sobre esses assuntos, sendo o (a) educador (a) - muitas vezes acompanhados do médico familiar - o (a) maior responsável pelo convencimento de cada aluno sobre as suas responsabilidades perante à raça, criando uma grande responsabilidade sobre os docentes, tendo em vista que esses teriam um papel crucial nessa empreitada visando o melhoramento da raça. Desta forma, e havendo um diálogo constante entre as duas instituições, “os cuidados com a família e a infância assumiam centralidade na perspectiva de um saneamento moral para o qual convergiam propostas diversas que viam na escola um espaço privilegiado para inculcar hábitos de higiene e valores morais relacionados à família e à nação (Bonfim, 2019, p. 9). Segundo Renato Kehl (1919, p. 182-183), ao falar da importância da eugenia para a sociedade no texto *Darwinismo Social e Eugenia*, trazia que

A sciencia de Galton, para atingir a sua meta, precisa, sim, de proselytos apaixonados que lhe emprestem suas luzes para tornar o “ideal eugenico” uma parte do systema de educação. Será com o auxilio de apaixonados por esta doutrina, que, pregando no lar, na escola, em toda parte, os “sentimentos de responsabilidade racial”, poderá atingir o aperfeiçoamento physico e moral da especie humana. A Eugénia muito precisa e muito espera dos médicos. São estes que, aliados aos educadores e legisladores, constituem a plêiade principal da eugenisção.⁴⁴

Essa dualidade sobre a função de cada uma dessas instituições, se dá muito em virtude da importância delegada à ciência, mas também à posição da família moderna nessa nova sociedade, especialmente da “mãe moderna”, a qual

[...] passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação (Rago, 1985, p. 80)

Desta maneira, “a mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico”. Sendo assim, “tradicionalmente presa ao serviço do

⁴³ Trechos do artigo “Lar e a Educação sexual das creanças” do 22º exemplar do Boletim de Eugenia.

⁴⁴ Apesar deste texto ser encontrado nos Annaes de Eugenia (1919) e fazer parte da primeira fase de Renato Kehl, a preocupação em torno do educador como intermediário se manteve durante toda a sua carreira como escritor.

marido, da casa e da propriedade familiar, a mulher ver-se-à, repentinamente, elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado” (Costa apud Rech, 2017, p. 63), concebendo a família como a “‘dobradiça’ entre o indivíduo e a sociedade” tornando-a “estratégica para a governamentalidade biopolítica da população” (Rech, 2017, p. 62). Essa nova posição da mãe moderna nessa nova sociedade faz com que a professora também seja deslocada socialmente, especialmente para os defensores de uma educação eugenizada. A professora, ao contrário do professor, seria a mais indicada - para ambos os gêneros - para realizar a educação de conscientização eugênica, tendo em vista que essa possui um “instinto feminino e maternal” (Serafim, 1931, p. 8)⁴⁵. Desta forma, considerando a preocupação de boa parte dos eugenistas sobre qual instituição deveria ser responsável por essa instrução, a educação eugênica era almejada na escola, mas também no lar, visando inculcar nos jovens educandos a sua responsabilidade, desde muito cedo, perante a raça. Essas ações tinham como objetivos buscar “alcançar não apenas as crianças, mas também as famílias; pela escola, visava-se sanear o espaço doméstico, estendendo a influência higienizadora dos professores que, partindo das experiências domésticas de seus alunos, indicariam boas condutas, ‘as formas corretas de viver a vida cotidiana’” (Pimenta apud Bonfim, 2019, p. 9). Sendo assim, os eugenistas brasileiros tinham como objetivo “ensinar nas escolas, no lar, em propaganda constante, o combate aos erros causadores de doenças nervosas e mentais (A. Austregesilo apud Kehl, 1929, p. 2)⁴⁶, melhorando assim a raça. Desta maneira, a educação para os eugenistas deveria ser “intellectual, physica e moral”. Incentivada na escola e fora da escola, aquela deveria ser ensinada “no lar domestico e na vida publica”. Visando “esclarecer, orientar, punir, premiar, remunerar. Ha de ser para a creança, para a mãe, para o adulto. Curar os doentes, nutrir os debeis, corrigir os viciados, fortalecer os bons” (Carneiro, 1929, p. 115).

Apesar de não possuir uma visão “regenerativa” da educação, o movimento eugenista - de vertente mendeliana - via a educação como algo complementar para esse melhoramento do povo brasileiro. Portanto, esse ensino, e como tratado nas seções anteriores, tinha como principal função a constituição de uma conscientização eugênica nacional, a qual ocasionaria a tão almejada eugeniização da população. Conforme Bonfim (2019, p. 14)

⁴⁵ Texto denominado “Um inquérito interessante”, presente no 25º exemplar do Boletim de Eugenia.

⁴⁶ O artigo denominado “O médico de família e a eugenia” presente no primeiro exemplar do Boletim de Eugenia, é um texto desenvolvido por Renato Kehl, utilizando um conglomerado de recortes de obras estrangeiras sobre a atuação do médico da família e a eugenia. Citando Apert e A. Austregesilo, Kehl finaliza suas teorizações.

A educação não sai de cena no pensamento de Renato Kehl, mas é reavaliada em função das novas concepções eugênicas adotadas. Se de um lado, os esforços em instrução lhe parecem apenas paliativos, sem alcance sobre a raça, de outro, a educação, eugenicamente orientada, desempenharia um papel importante ao inculcar, desde a infância, os valores e responsabilidades eugênicas dos indivíduos em relação à família, à pátria e à raça - numa perspectiva conservadora e profundamente atravessada por preconceitos diversos, principalmente o racial -, garantindo, ao longo das gerações, a perpetuação cultural desses valores e princípios que se traduziriam em uma certa visão de mundo hegemônica.

Entretanto, para compreender como essa educação realizaria esse processo de conscientizar eugenicamente a população nacional, se faz necessário analisar cada aspecto que compõe essa instrução, visando entender o seu modo de ação e o seu objetivo. O ensino eugênico, o qual teria como uma das principais funções criar uma responsabilização, sobre a condição biológica de cada indivíduo, através da escola e da família, abarcaria quatro âmbitos distintos para a sua efetivação: a educação sexual, moral, higiênica e física. O maior enfoque de grande parte dos autores eugenistas de vertente mendeliana referia-se às duas primeiras, com destaque para a educação sexual, onde era compreendido que “necessariamente, o futuro do país seria construído pelas mãos das crianças que, orientadas, disciplinadas e educadas sexualmente nas escolas brasileiras, receberiam o aporte educacional necessário para a constituição do ideal de nação” (Rech, 2017, p. 57), sendo assim, a educação sexual constituiria “uma das questões principais da campanha em prol da defesa humana, porque ella tem por fim incutir na consciencia popular a responsabilidade de cada individuo para consigo mesmo, para com os outros, em particular para com a familia” (Kehl, 1930, p. 1)⁴⁷.

4.2.1 “Importancia eugenica da educação sexual”⁴⁸

A acentuada preocupação dos autores eugenistas em torno da educação sexual dialogava diretamente com a sua preocupação referente às futuras gerações, considerando que essas somente iriam “melhorar” a partir de escolhas matrimoniais eugenicamente aceitas e através da luta contra os “venenos raciais”. Segundo E. R (1930, p. 1), em um artigo denominado *Causas da desorganização matrimonial: falhas da educação moderna* presente no 19º exemplar do periódico eugenista, “pela educação sexual e por um perfeito conhecimento dos seus deveres

⁴⁷ Artigo denominado “Inquérito sobre Educação Sexual”, presente no 24º exemplar do Boletim de Eugenia.

⁴⁸ Kehl, 1930, p. 1

perante a raça, os homens saberão um dia orientar, conscientemente, os seus instintos em benefício da colectividade”. Essa preocupação era recorrentemente trazida à tona pelos mais variados autores, com destaque para o próprio “E. R”. O autor, cujo o nome é uma incógnita, escreveu alguns artigos, entretanto o artigo supracitado estava carregado por uma visão mais conservadora sobre a relação matrimonial e apontando os “erros” presentes na educação sexual nos Estados Unidos da América. Conforme E. R (1930, p. 3),

Grande parte, pois, da depravação moral ou, ao contrario, da ingenuidade ou innocencia da mocidade americana, é o resultado da ignorancia ou educação deficiente sobre assumptos referentes á sexualidade. Esta ignorância reflecte-se, principalmente, "sobre a organização familiar, abalada em suas bases pelas falsas interpretações sobre suas finalidades e pela erronea comprehensão dos deveres matrimoniaes de cada cônjuge.

Lidando diretamente com a hereditariedade da população nacional, a educação sexual (juntamente com a moral) se tornou o principal foco dos eugenistas quando se fala em educação eugênica. Essa preocupação sobre a descendência da população nacional através de uma instrução sexual, especialmente para crianças e adolescentes no âmbito escolar, visava a cura de doenças hereditárias e a consequente melhora da raça, portanto, um processo que legitimava discursos de verdade “que instruem e firmam os parâmetros de governo dos sujeitos de sua normalidade e de sua anormalidade” (Silva apud Rech, 2017, p. 57). Segundo E. R. (1930, p. 1), em um texto denominado *Lar e a Educação sexual das crianças* presente no 22º Boletim de Eugenia,

Encarando a questão sob o ponto de vista eugenico, torna-se evidente a necessidade de uma propaganda intensa, entre nós, da maneira de se proceder esta educação, afim de que seus resultados immediatos revertam em benefício da geração que surge. A disseminação assustadora dos males venereos no seio da mocidade e a crescente desorganização matrimonial têm por causa principal a ignorancia sobre questões do sexo.

A preocupação dos autores eugenistas em torno desse aspecto era tamanha, que no exemplar de nº 19 (julho de 1930) Renato Kehl realiza uma espécie de inquérito juntamente com os seus leitores, colocando-se à disposição para possíveis dúvidas e dicas sobre o assunto. Focando bastante no debate de quem deveria ensinar esse assunto às crianças e como, Kehl (1930, p. 4), traz as seguintes questões

1.º) Conhece livros de educação sexual que possam ser indicados ás mães e aos professores? Quaes? 2.º) Será mais conveniente que as mães tratem da educação sexual das crianças, de acordo com as perguntas curiosas e inocentes que ellas fazem sobre o assumpto, ou deixar aos mestres a incumbencia de ensinar-lhes de um modo didactico? 3.º) No caso dessas incumbencias caber ás mães, poderá V. S. dar um eschema ou exemplo do modo de proceder essa educação? 4.º) Na escola, depois de que idade devem os professores iniciar o ensino das questões de reproducção vegetal, animal e humana? 5.º) De que fôrma? (Conferencias, projecções luminosas, apresentação de imagens, visita aos museus, leitura;) 6.º) Deverá esse ensino ser ministrado aos meninos e ás meninas separadas ou conjunctamente? 7.º) A quem confiar o ensino? Ao professor, a uma professora ou ao medico inspector escolar? 8.º) Deve a educação sexual fazer parte obrigatoria do programma de ensino aos professores, (ensino normal)?

Visando justificar a necessidade da elaboração de um inquérito sobre educação sexual, no mesmo exemplar Kehl (1930, p. 4) traz que “não é necessário justificar a importancia da educação sexual. Todos os nossos leitores a reconhecem e a proclamam. Só um ponto (e que ponto!) mantém-se ainda em discussão: é o que diz respeito ao modo de se fazer esta educação”. O que, ainda de acordo com o autor, seria “o motivo por que organizamos este inquérito, pedindo aos leitores do Boletim de Eugenia que nos enviem, resumida ou detalhadamente, sua opinião a respeito”. Essa pesquisa foi retomada constantemente nos volumes posteriores, resultando, inclusive, em um volume completo tratando exclusivamente do assunto (exemplar de nº 24, de dezembro de 1930). No início da publicação supracitada, Kehl (1930, p. 1) começa justificando o porquê de dedicar um exemplar completo somente para o debate sobre tal assunto, onde este alegou que recebeu “pouco mais de 30 respostas, muitas dellas inexpressivas ou inaproveitaveis, o que demonstra o lamentavel descaso sobre o problema que, entretanto, devia merecer mais atenção dos nossos patricios e patricias”, sendo um resultado - na visão do autor - de um problema nacional pouco debatido. Um dos questionamentos, como mencionado, foi referente a quem deveria realizar o ensino da educação eugênica e se esses deveriam, em suas formações, possuir alguma disciplina de orientação eugênica. John Edgar (1929, p. 2, grifos nossos), autor escoces, emite a sua opinião sobre o assunto em um artigo chamado de *Eugenia e Patriotismo*, presente no volume dois do periódico. Trazendo novamente a dicotomia entre escola e família, o autor coloca que “como educador, eu gostaria de fortalecer a idea em ambos (formação de pais e professores), e que fossem aumentados os efeitos práticos da propaganda de que, só atravez de boa natureza e boa instrução, poderão ser colhidos os melhores resultados”. Apesar de tratarem de assuntos distintos em seus textos, John Edgar é corroborado um ano depois por E. R (1930), em seu artigo *Causas da desorganização matrimonial: falhas da educação moderna*, o qual trazia que

“A sexualidade está em tão intimas relações com todos os actos da vida humana, que não faltam ocasiões para uma bôa orientação neste sentido”. Para isto é preciso, inicialmente, que o professorado seja educado, pois, mesmo entre os educadores reina, em geral, falsa idéa sobre o casamento. “De um lado excesso de romantismo; do outro, exagero quanto às responsabilidades que tal acto acarreta, levando innumeras pessoas á pratica do celibato” (E. R, 1930, p. 2).

Esse enfoque em uma educação sexual, segundo Silva (2014, p. 905), se dá em virtude da sexualidade ser considerada como “o fio condutor da gestão eugênica, até porque a regulação das relações sexuais, a escolha de parceiros e, por consequência, a procriação, constituem a base a partir da qual a coletividade, enquanto espécie é construída”. Sendo assim, “o papel da educação seria assim evitar a má formação e a ignorância por parte dos estudantes sobre orientação sexual, relações conjugais e criação dos filhos” (Schneider; Meghioratti, 2012, p. 9).

Desta forma, e a partir da educação sexual, surgiria um aspecto complementar desta: a educação matrimonial. Esse ensino visava uma conscientização dos indivíduos sobre as suas qualidades e defeitos, juntamente com as do seu parceiro, fazendo com que a escolha amorosa fosse direcionada através da eugenia, a qual preconizava “as bôas uniões matrimoniaes e desaconselha ou proíbe as uniões más que devem ser evitadas afim de que não nasçam seres doentes e desgraçados (Kehl, 1929, p. 3). Sendo ensinada pelos pais e na escola, essa educação matrimonial possibilitava “aos futuros pais tomarem conhecimento dos cuidados a serem observados para evitar que os fatores disgênicos - causadores de degenerescência racial - fossem transmitidos às novas gerações (Kern, 2020, p. 10-11). Todavia, apesar de focar no ensino de crianças e adolescentes, é interessante perceber, também, que as propostas também se direcionaram aos seus pais, visando com que estes auxiliassem no processo de conduzir as atitudes de seus filhos ao lado dos educadores. Desta maneira, para os eugenistas tornava-se “mister uma immediata e intelligente campanha popular, intensa e continuada, que propocione aos paes menos instruidos os ensinamentos de que carecem. Folhetos, conferencias, prelecções, cursos especializados, que possam apagar das mentalidades atrasadas os perniciosos efeitos da rotina” lar (E. R, 1930, p. 3)⁴⁹.

Tendo isso em vista, a educação matrimonial destinada a pais e filhos busca com que “todo individuo que pretender se casar deve preoccupar-se em escolher sua ‘metade’ dentro do circulo de sua communidade, tendo em mente garantir não só a felicidade do casal como o futuro

⁴⁹ Trecho do texto “Lar e a Educação sexual das creanças” do 22º exemplar do Boletim de Eugenia.

vível intellectual e social da prole” (Kehl, 1929, p. 8). Portanto, o casamento realizado entre diferentes classes sociais e raças era completamente desaprovável, tendo em vista que ia contra os preceitos eugênicos. Um excelente exemplo desta instrução matrimonial foi a situação trazida pelo eugenista Luiz L. Silva, em um texto do volume de número 30 do Boletim de Eugenia, denominado *Cruzamento do Branco com o Preto*, ocasionada no estado da Paraíba através do padre/monsenhor Salles, pároco de Campina Grande. Segundo Silva (1931, p. 4), após o religioso deparar-se com dois casamentos interracialis, este “tomado de uma natural revolta, gesto evidente de sua superioridade physica e moral, o illustre prelado, antes de applicar aos dois casaes as leis da igreja applicou, talvez inconscientemente, as leis eugenicis”. Desta forma, e “como num tablado de jogo das Damas, separa os brancos e os pretos e diz com solemnidade: branco com branco, preto com preto”.

Através de uma afirmativa racista e segregacionista, o eclesiástico applicava as leis da educação matrimonial. Desta forma, o “remédio” para a melhora social, na visão eugenista, estava na orientação matrimonial/sexual, a qual “permitirá ao individuo reproduzir-se em boas condições. Quando assim acontecer não haverá mais razão para discussões, e ninguém mais exigirá a limitação ou abolição da prole nos tarados de qualquer especie” (Farani, 1931, p. 5). Sendo assim, era preciso “agir no sentido de uma fecundidade mais generosa por parte dos que têm boas qualidades e, por outro lado, uma reforma social e moral para todos, uma reforma geral. Assim é que se conseguirá a regeneração racial” (Farani, 1931, p. 5). Todavia, nem todos os autores eugenistas pregavam essa separação racial dentro dos casamentos. Roquette-Pinto, adepto de uma eugenia positiva, por exemplo, também “apostava na educação eugênica como forma de estimular os matrimônios e a reprodução humana conscientes, calcada no compromisso de gerar ‘proles saudáveis’”, porém, “independentemente de suas origens raciais” (Souza, 2016, p. 107). Entretanto, apesar das diferenças em relação aos marcadores raciais, havia algumas características comuns nessas políticas matrimoniais, como o papel das mulheres na sociedade. Sendo assim, essa educação matrimonial concentrou, especialmente, “sua atenção sobre o gênero feminino, pois era por intermédio da educação, dos conselhos morais e da higiene sexual feminina que se poderia garantir uma prole saudável e uma ‘nação eugênica’” (Souza, 2005, p. 517), focando, novamente, no aspecto reprodutivo das mulheres. Um segundo aspecto comum a grande parte dos teóricos da instrução matrimonial estava relacionado à reprodutividade daqueles considerados disgênicos. Grande parte dos autores eugenistas, especialmente aqueles da ala mais

radical e racializada, pregavam que os disgênicos se reproduziam muito mais que os considerados eugênicos, desta forma, a eugenia completa da população seria praticamente impossível enquanto essa desproporcionalidade se mantivesse. Sendo assim, segundo Rocha (2010, p. 52)

[...] seria necessário que os jovens contraissem matrimônio de forma antecipada, concorrendo para a formação de uma elite nacional. Ou seja, os jovens considerados eugenicamente sadios, deveriam ter filhos logo no início do matrimônio, de forma que o número de filhos fosse maior do que em casais degenerados, contribuindo assim para a formação do país.

Um último aspecto presente na educação matrimonial, o que dialogava diretamente com o ponto anterior, estava na impossibilidade da aplicação de proposições mais radicais. Apesar do país ser calcado em diferenças sociais e raciais, ocasionadas por uma diferença abissal entre ricos e pobres, além da permanência por quase quatrocentos anos do regime escravocrata, o período republicano - de certa forma - impossibilitava a aplicação de políticas mais radicais e segregacionistas contra a população considerada “degenerada”. Todavia, isso não significava que os debates sobre ações mais severas não ocorriam, especialmente durante a ditadura varguista do Estado Novo. Conforme Renato Kehl (1930, p. 3), reafirmando a função da educação matrimonial na sociedade brasileira, “não é por simples meios legais e educativos e nem sempre por processos correctivos, que se obtem typos fortes, belos e moralizados de homem, mas sim pelos fructos de uniões matrimoniaes entre indivíduos sadios, portadores, portanto, de sementes eugenizadas”, juntamente a isso, continua o autor, era necessário haver uma “protecção pré-natal dos mesmos”. Todavia, caso essa educação não surtisse o efeito desejado, a política de esterilização em massa estava constantemente sendo teorizada nas páginas do periódico eugenista.

O autor alemão Hermann Muckermann (1877-1962), nos artigos *Eugenia e Catolicismo* presente no exemplar de número 4 (abril de 1929) e *Fundamentos da Hereditariedade* no exemplar de número 6 e 7 (junho e julho de 1929), por exemplo, propunha uma educação matrimonial em contraponto à esterilização dos considerados “degenerados”. Segundo o autor (1929, p. 3), “o essencial, antes de tudo, é oppor dique ás fontes de degeneração, é educar, convenientemente, os adolescente para uma escolha matrimonial que, pelo menos, não arrisque a saude dos porvindouros”. Lançando mão de uma educação sexual e matrimonial como fonte para a melhora das gerações futuras, e consequentemente como uma prevenção contra a união de disgênicos, o autor visava melhorar a raça através da escolha de casamentos considerados

eugênicos, não optando pela esterilização naquele momento. Entretanto, caso fosse necessário, a eugenia deveria, através de sua vertente negativa, “procurar quanto possível remover as inferioridades das linhas de herança actuaes, para bem da população futura” (Muckermann, 1929, p. 5)⁵⁰. Desta forma, essa educação também servia como um fertilizante social para pavimentar políticas eugênicas mais radicais.

Assim sendo, a ênfase em uma educação sexual demonstra uma das principais preocupações do movimento eugênico mundial: o melhoramento hereditário. Tendo em vista que os teóricos de vertente mendeliana, presentes recorrentemente nas páginas do periódico eugenista, seguiam a compreensão de apenas caracteres inatos serem transmitidos para as gerações futuras, a educação assumia um papel de conscientizar a população sobre o seu dever eugênico para com a sociedade, vide poder reprodutivo⁵¹. Seja para procriar, seja para se abster sexualmente. Deste modo, explica-se - além da insistência na obrigatoriedade de uma educação sexual em nível escolar - a busca por uma obrigatoriedade do exame pré-nupcial para noivos, visando verificar o seu “nível eugênico”. Buscando legitimar as suas afirmativas, essa educação sexual - sendo preferencialmente obrigatória - era corroborada e complementada através do ensino da genética, “visto que essa área do conhecimento era fundamental para a compreensão dos heredogramas, das transmissões de caracteres e de outros princípios científicos a partir dos quais a Eugenia sistematizava suas interpretações” (Léo Neto, 2021, p. 15). Sendo assim, a genética deveria ser ensinada desde a escola primária, por ser considerada como a “sciencia mater” da eugenia, tendo em vista que era a ciência que ensinava a apurar as “boas qualidades”, à luz da biologia (Kehl, 1929).

Por fim, apesar da educação eugênica para os considerados “degenerados” ser considerada como “dispendiosa” por muitos autores eugenistas, recorrentemente haviam proposições problematizando a sua obrigatoriedade para todos, especialmente referente ao âmbito da sexualidade. Em um texto denominado como *A humanidade cresce em quantidade mas decai em qualidade* do exemplar de número 37, o qual não há uma identificação explícita sobre o seu autor, trazia que “as pessoas eugenicamente aptas devem ser estimuladas a produzir mais filhos.

⁵⁰ Artigo “Fundamentos hereditários e eugenia” presente nos exemplares 6-7, do Boletim de Eugenia.

⁵¹ Segundo Ruggles Gate (1932, p. 60), em um artigo denominado *Educação e eugenia: As praticas da Sociedade, antiga, primitiva e Medieval*, “A ignorancia dos efeitos biologicos das leis e da urgencia dos problemas da raça não se limita aos parlamentares, porém é geral em toda a população. A ilustração em tal ordem de conhecimentos pode vir somente por meio de uma forma de educação que dê á geração nova uma especie de vigilancia biologica (biological outlook). O homem é um ser organico e fálhará no seu destino, como fálhou tantas vezes antes, se recusar a reconhecer as applicações das leis biologicas de sua propria especie”.

Paralelamente acham eles que devem ser desestimuladas dessa produtividade os seres humanos inferiores, que insistem em fornecer prole e são incapazes para a luta pela vida” (Boletim, 1932, p. 13). Para isso, e segue o autor, “só encontram à mão a propaganda educativa” (Boletim, 1932, p. 13). Desta forma, segundo Kern (2020, p. 11), citando Kehl (1929), “desde a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, os teóricos do melhoramento racial insistiram no princípio galtoniano de que seria primordial realizar “a educação eugenica dos ignorantes, que são victimas de tantos males perfeitamente evitáveis”. Portanto, a educação sexual, a qual buscava o melhoramento das futuras gerações, deveria ser naturalmente incluída no ensino regular e ter por foco “o ensino sobre o mecanismo da reprodução, a verdadeira significação do casamento, o combate às doenças venereas, o problema da prostituição, hygiene social, etc.”, a qual exigiria, “para ser efficiente a cooperação dos lares, das escolas, das igrejas, da imprensa, das instituições publicas e particulares” (E. R, 1930, p. 2)⁵².

Por fim, gostaria de elucidar novamente algumas dissonâncias presentes no movimento eugenista, neste caso no campo da educação, demonstrando que um âmbito da educação eugênica estava conectado ao outro, mas que ao mesmo tempo exerciam um controle restritivo um sobre o outro. Paradoxalmente, do mesmo modo que ocorria com as teorizações sobre a política de branqueamento no país, havia um incentivo à educação sexual, com um ideal moral e atrelada à uma função reprodutiva, porém também não se falava em excesso da sexualidade, visando não gerar uma “perversão” nas crianças. Conforme E. R (1930, p. 22) no artigo *Lar e a Educação sexual das creanças*,

Uma vez esclarecidos, rapazes e moças, sobre seus deveres sexuaes, convém desviar-lhes a atenção de taes assumptos, evitando leituras excitantes e maus espetaculos, attrahindo-os para a pratica dos esportes e dos divertimentos sadios. Educados desta forma, atravez da infancia e da mocidade, os jovens adquirem um cabedal de conhecimentos proveitosos e uteis, que serão o esteio de sua moralidade e norma de uma conducta recta e honesta.

Deste modo, e estando atrelada ao próximo âmbito, creio que seja necessário analisar o segundo aspecto da educação eugênica: a educação moral.

⁵² Trecho do artigo “Lar e a Educação sexual das creanças” do 22º exemplar do Boletim de Eugenia.

4.2.2 Educação Moral

Juntamente com essa educação sexual e matrimonial, havia um ensino complementar que era denominado como educação moral, a qual deveria ser propagada e ensinada nas escolas e universidades. Conforme Bonfim e Kuhlmann Jr. (2014, p. 8), o investimento em uma educação moral nas escolas tratava-se de uma forma “de combater a proliferação dos ‘venenos da raça’, privilegiando as uniões entre indivíduos considerados ‘eugenizados’ e desestimulando, pelo convencimento do ‘mal’ que transmitiriam à sua descendência, os casamentos com pessoas consideradas ‘inaptas’”. Sendo assim, e como supracitado, a sua função era complementar às duas anteriores, agindo por um viés mais conservador e incentivando os casamentos entre a elite econômica do país. Apesar de ser aplicada de forma complementar, a educação moral recebeu um olhar bastante atento por parte dos eugenistas, especialmente por aqueles que buscavam manter uma visão mais conservadora das relações sociais. Essa preocupação era tamanha, que durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE) foi solicitado, inclusive, a obrigatoriedade da educação moral nas escolas: “O Primeiro Congresso Brasileiro, reconhecendo o alto valor da educação moral como factor eugenico, pede aos poderes publicos que desenvolvam essa educação na escola Primaria e particularmente na Secundária” (CBE, 1929, p. 14). Desta forma, é perceptível como os debates sobre a educação sexual eram acompanhados de uma educação moral, ambas visando um convencimento social almejando a “melhora da raça” através da escolha consciente de casamentos e a supressão dos “venenos raciais”. Tendo isso em vista, a educação sexual com o acréscimo da educação moral, visava ensinar “ao homem o verdadeiro ideal virial e a mulher o authentic fim feminino”, tornando “mais homens os varões e mais femininas as mulheres” (Asua, 1929, p. 1). Lutando contra “o donjuanismo e a prostituição regulamentada, e o combate contra o desdobramento do amor, que leva os homens a polygamia, depositando na esposa o carinho puro e reservando para as amantes os arrebatamentos da paixão” (Asua, 1929, p. 1)⁵³.

Juntamente a isso, é perceptível como a educação era vista como de suma importância para os eugenistas brasileiros, mesmo alguns a considerando apenas como uma ação paliativa. A sugestão de uma obrigatoriedade de uma educação moral através do maior evento eugenista do Brasil, demonstra um foco bastante acentuado dos eugenistas sobre a educação, tendo em vista que esta era compreendida como “a ‘arma’ mais poderosa de divulgação e implementação de

⁵³ Artigo “Àspecto jurídico da maternidade consciente” presente no 6-7 exemplar do Boletim de Eugenia.

políticas eugenistas/higienistas” (Silva, 2013, p. 214), pois, aquela se instala “como uma das melhores formas de controlar os discursos de verdade, além de ser, também, o meio privilegiado em que saber e poder estão mais explícitos para a implantação de uma técnica institucional de vigilância, de hierarquia, de disciplina e de controle” (Jardim, 2006, p. 105).

Acompanhando esses dois âmbitos da educação eugênica (considerando que estou analisando a educação sexual e a educação matrimonial dentro de um mesmo conceito), havia um terceiro, de vertente neolamarckiana, a educação higiênica. A educação higiênica defendia o melhoramento das condições higiênicas e sanitárias da população, logo, melhorando o corpo-espécie através do findar de condições insalubres de sobrevivência. A sua ação adquiriu bastante relevância durante os primeiros anos da eugenia no país, especialmente em virtude da relevância que médicos sanitárias haviam adquirido na época.

4.2.3 Educação Hygienica

Apesar das instruções sexual e moral serem vistas como os aspectos mais importantes de uma educação eugênica almejada, havia um terceiro eixo que adquiriu muita relevância entre os eugenistas, especialmente entre os de vertente neolamarckiana, que era a educação higiênica. Este ensino compreendia uma instrução voltada, como o seu próprio nome já supõe, para uma mudança comportamental da população referente aos hábitos de higiene, visando com que houvesse uma regeneração racial e conseqüentemente um melhoramento social, sendo acompanhada de ações sanitárias auxiliando nesse processo. Desta forma, “para que o melhoramento racial pudesse ser realizado, não bastaria aperfeiçoar a constituição biológica da população; seria necessário também transformar radicalmente o meio em que esse corpo coletivo vivia, ou seja, a sociedade” (Kern, 2020, p. 8), seja através de ações governamentais de melhoria das condições sociais, seja através de ações individuais no âmbito da higiene.

Tendo isso em vista, o movimento sanitarista empreendido durante as primeiras décadas do século XX auxiliaram diretamente nessa mudança social de condições e de mentalidade. Portanto, a educação higiênica era bastante defendida pela ala sanitarista do movimento eugenista brasileiro, onde era acordado que “o saneamento, a hygiene, a medicina social e a educação hygienica para implantação da consciencia sanitaria”, constituiriam o “alicerce da eugenia, sem o

qual ella não poderá ser praticada senão de modo deficiente, em ambito muito limitado” (Penna, 1929, p. 3)⁵⁴. Sendo assim, e através da obrigatoriedade da educação eugênica nas escolas, “as teorias eugênicas que lançavam mão da retórica de fortalecimento da ‘raça’ via todo um processo de inculcação de valores e hábitos’, desde a implementação da ginástica, da higiene, dos trabalhos manuais, das prendas domésticas, da Educação Física, do desenho e do canto orfeônico como saberes escolares” (Oliveira apud Rech, 2017, p. 66) indispensáveis para o melhoramento da raça.

Como abordado anteriormente, apesar da educação higiênica possuir adeptos de uma vertente mais sanitarista, Renato Kehl, mesmo apresentando um posicionamento cada vez mais radical, apresentou inúmeras propostas sobre uma educação higiênica, especialmente em sua primeira fase, através de livros direcionados à crianças e adolescentes.

Por fim, juntamente a essa instrução que visava uma mudança nas condições de higiene da população e conseqüentemente a melhora social da raça, havia um quarto elemento que focava ainda mais no corpo físico da população: a educação física.

4.2.4 Educação physica

Com um viés neolamarckiana, e dialogando diretamente com uma educação higiênica e moral, esse melhoramento racial poderia ser realizado, também, através do fortalecimento do corpo físico do corpo-espécie da população. Segundo Diwan (2007, p. 7), “os padrões de beleza física da Grécia antiga, assim como os exemplos de força dos exércitos de Esparta e, séculos antes, as regras de higiene dos hebreus e sua profilaxia também inspiraram os teóricos eugenistas da segunda metade do século XIX e princípios do século XX”. Evitando a manutenção de qualquer “defeito físico”, a educação física visava uma melhora na saúde da população nacional, a qual tinha como função eliminar as moléstias e tornar as pessoas “normais” (Mendes; Nóbrega, 2008). Nesse sentido, para esses teóricos “de nada valia uma inteligência superior num corpo doente, debilitado” (Camargo, 2010, p. 65), deste modo, a educação física tinha como objetivo “corrigir ‘defeitos’ posturais, curar certas anomalias que o exercício poderia intervir, e ainda eliminar vícios. De uma forma geral melhorar o homem” (Camargo, 2010, p. 68). Sendo assim, e dialogando diretamente com a eugenia neolamarckiana, através da educação física “era possível alcançar o necessário para a regeneração da raça, já que caracteres selecionados poderiam ser

⁵⁴ Texto “Eugenia e eugenismo” presente no exemplar de número 10.

herdados pelos filhos” (Mendes; Nóbrega, 2008, p. 214-215). Deste modo, ao contrário da vertente mendeliana que prezaria pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados “defeituosos”, os neolamarckianos, através da educação física, buscavam regenerar a população nacional. Desta forma, “uma vez introduzida pela educação nos hábitos do país, a prática dessa cultura *physica*, sustentada durante uma longa série de gerações, depuraria a nossa raça de diatheses morbidas, locupletando-a, progressivamente, pela criação incessante de indivíduos robustos” (EDUCAÇÃO PHYSICA, n. 5, 1936, p. 14).

Fernando de Azevedo (1894-1974), um dos defensores da educação física e de sua função para o melhoramento da raça, trazia que

O exercício – esta maravilhosa ação mecânica, é que corrige e modela a estrutura humana. Quando, pois, persistindo a causa durante várias gerações, a herança fixa definitivamente os caracteres adquiridos, as modificações anatômicas assim produzidas tornam-se permanentes e chegam à constituição de espécies novas, de maneira que uma adaptação a uma função útil pode definitivamente fixar-se sob forma de um caráter *ethnico*, assim como a atrofia de certos órgãos pode chegar ao desaparecimento *ethnico* (Azevedo apud Mendes; Nóbrega, 2008, p. 214-215).

Desta maneira, a educação física era “um elemento extremamente importante para regenerar a raça brasileira”, servindo “para modelar os indivíduos e alcançar uma nação perfeita, bela, sem defeitos ou doenças” (Mendes; Nóbrega, 2008, p. 215), porém, para que isso ocorresse, deveria-se, portanto, direcionar suas ações através da educação. Deste modo, segundo Rech (2017, p. 68), “a educação física é vista como uma das disciplinas imprescindíveis para a formação física, cívica e moral do homem brasileiro”, ocasionando uma regeneração física na sociedade brasileira, considerando que aquela seria “incontestavelmente um dos maiores fatores do progresso, se não for, talvez, este próprio progresso” (EDUCAÇÃO PHYSICA, n. 5, 1936, p. 13). Tendo isso em vista, justifica-se a relevância que essa matéria adquiriu nas décadas de 1920 e 1930, mas também a sua forte relação com a eugenia. Um bom exemplo foi a Revista Educação Physica, a qual se tornou uma “estratégia de divulgação sobre modelos de corpos saudáveis, eugênicos e úteis, sobre saúde e lazer, e sobre os saberes da Educação Física que orientarão as práticas educacionais no momento em que a construção da nação estava em pauta” (Rech, 2017, p. 68). Desta forma, ainda de acordo com Rech (2017, p. 68), citando o periódico,

As pretensões eugênicas da revista ficam explícitas nas suas finalidades e objetivos, como na edição de número 04, de 1934, quando é declarado em seu Editorial: “Educação Physica surgiu para apostolizar no Brasil e em Portugal a beleza desse ideal de uma raça

mais completa e mais nobre, desenvolvida ampla, simultaneamente, em todas as suas possibilidades”.

Todavia, apesar de seu nome e de estar explicitamente conectada à eugenia, a revista não esteve destinada somente ao âmbito da educação. Segundo Schneider e Toledo (2009, p. 199), a revista *Educação Physica* foi

[...] um empreendimento comercial de circulação mais ampla do que o campo educacional, ela é produzida para ser lida por pessoas não somente preocupadas com as questões pedagógicas do ensino da educação física e do esporte, mas também por aquelas interessadas em outros temas, como informações sobre as competições esportivas, endereços de lojas sobre produtos variados como casas de câmbio, livrarias, novos romances publicados no mercado editorial, alfaiataria, restaurantes, hotéis e manuais de higiene. Nesse sentido, ela pode ser considerada um impresso de entretenimento, cujo público não é o do leitor especializado.

Desta maneira, a revista se tornava um excelente meio de subjetivação da população nacional, pois através de sua variedade de temas, facilitava a sua circulação entre os mais variados meios sociais. Entretanto, mesmo abordando inúmeros assuntos, a revista foi um excelente meio de popularizar a educação física e apresentar modelos de corpos eugenicamente aceitáveis. Sendo assim, em meio ao discurso de valorização da educação física, esta também foi, juntamente com a educação moral, sugerida como obrigatória no CBE. De acordo com Jorge de Moraes (1929, p. 28), nas conclusões de sua tese apresentada no evento, denominada *Da educação physica como factor eugenico e sua orientação no Brasil*,

[...] a bem da saúde e desenvolvimento da raça, o 1º Congresso Americano de Eugenia apella para a classe medica afim de aprofundar a cultura nacional no que diz respeito às bases e orientação scientificas da Educação Physica a começar pela escolha do methodo apropriado aos brasileiros e ao seu clima.

Sendo assim, o autor continua, o governo brasileiro deveria organizar “escolas superiores de educação physica para conveniente preparo dos professores, indispensável á Cultura physica nacional” (Moraes, 1929, p. 28). Desta forma, o debate em torno da obrigatoriedade da educação física nas escolas brasileiras se tornou tamanha, que na Constituição Federal de 1937, no artigo 131, foi instituído que “A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência” (BRASIL, 1937). Portanto, inferimos que, de acordo com Léo Neto (2021, p. 19), a eugenia,

através da educação física, se tornou “um discurso científico que educa para a exclusão de certos corpos, há um padrão de corpo que é projetado socialmente como o desejável”. Tendo isso em vista, a função das instituições educacionais “seria a de propiciar as formas de sua estruturação”.

De acordo com Camargo (2010, p. 76), o debate em torno do tema “educação física” era tamanho, que

[...] foram criados, segundo Goellner (2008), o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública (1931); Escola de Educação Física do Exército (1933); Divisão de Educação Física do Departamento Nacional de Educação (1937); a obrigatoriedade da prática da educação física em todos os níveis educacionais via Constituição Federal (1937); Escola Nacional de Desportos junto à Universidade do Brasil (1939), que foi o primeiro curso superior de formação de professores de educação física. E, por último, a criação do Conselho Nacional de Desportos (1941).

Desta maneira, e por isso trago constantemente a eugenia como uma manifestação biopolítica, juntamente ao melhoramento físico havia também o poder de disciplinamento oriundo dessa nova educação, justificando a sua forte presença entre os meios militarizados. Segundo Rech (2017, p. 66), “desde o século XIX, com a criação da Escola Militar (1810), a Educação Física esteve presente na formação dos militares que viam nas associações civis, a disciplina como nada educativa” (Rech, 2017, p. 66). Todavia, mesmo sendo considerada como “nada educativa” por essa emergente instituição, essa sociedade do biopoder lançou mão desse micropoder como meio de controlar corpos e torná-los mais úteis. Sendo assim, a eugenia pressupunha a constituição de corpos saudáveis e disciplinados. Deste modo, juntamente aos militares, estavam os médicos sanitaristas, os quais entendiam a educação física “como elemento para formar o indivíduo forte e saudável, indispensável ao desenvolvimento do país. Para isso, os médicos atuavam junto às famílias ditando-lhes os fundamentos para a reorganização social” (Rech, 2017, p. 67).

Sendo assim, compreende-se que através de sua relevância no cenário nacional e o seu ideal de regeneração da raça, “o processo de legitimação da disciplina Educação Física no Brasil é coevo ao movimento higienista/eugenista e contou com a sistemática defesa de seus atributos na melhoria da população” (Silva, 2014, p. 915). Desta forma, a promulgação dessas leis - juntamente com outros projetos debatidos pelos parlamentares da época (muitos desses simpatizantes da ciência de Galton) - “tratava-se de um projeto pedagógico que articula o saber higienista-eugênico com a política de estado, no caso a educacional, que visava a conformação do corpo-espécie da população (Silva, 2014, p. 917).

Por fim, visando finalizar esse breve subtítulo, gostaria de problematizar sobre a dualidade dos debates eugênicos em torno dessa disciplina. Apesar das teorizações sobre a educação física serem concebidas dentro de uma vertente neolamarckiana, a popularidade em torno desta instrução fez com que mendelianos também teorizassem sobre o assunto. Enquanto os neolamarckianos defendiam a hereditariedade de caracteres adquiridos - logo, o findar de doenças e limitações físicas pelos pais fariam com que os filhos não herdassem tais condições -, os mendelianos acreditavam que a condição inata dos pais não seriam acabadas através de ações físicas e higiênicas, fazendo com que essas mesmas condições fossem herdadas pelos filhos. Deste modo, quando se tratando de atributos físicos - como os adquiridos através de exercícios físicos - o debate se mantém em mesmo tom. A “melhora física” dos pais, na visão mendeliana, portanto, não faria com que os filhos herdassem a mesma condição, da mesma forma que uma limitação física apresentada nos progenitores não necessariamente irá se manifestar em seus herdeiros. De acordo com Domingues (1932, p. 6), em um artigo denominado *A eugenia e os esportes*, “um casal de indivíduos fisicamente defeituosos - por falta de exercício corporal - será capaz de dar origem a filhos robustos, fortes, fisicamente desenvolvidos”. Desta forma, e segue Domingues (1932, p. 6),

Daí a ideia de que o atletismo é caminho andado para a conquista do ideal eugenico. É que ninguém se lembra que o atleta já nasce feito... e sua robustez é uma consequencia também do vigor do seu corpo, da boa conformação de seus raios osseos, da proporcionalidade desejavel das diversas partes do seu corpo - qualidades essas inatas, herdadas fatalmente. O que o exercicio fez foi pô-las á mostra, desenvolvê-las.

Esse índice de “robustez” abordado por Domingues, mas também problematizado pelos defensores da educação física, “indicava a aptidão teórica, ou seja, o valor funcional do organismo” (Mendes; Nóbrega, 2008, p. 216). Acompanhando essa aptidão teórica denominada como “robustez”, estavam as provas atléticas, as quais serviam para medir “a aptidão prática, denominada de valor dinâmico do organismo. Desse modo, percebemos que o nível da aptidão física designava o de saúde e era estabelecido pelas variações quantitativas entre o normal e o patológico”. Entretanto, como mencionado por Domingues (1929), essa robustez também seria oriunda dos pais, fazendo com que ações sanitárias e físicas não possibilitassem uma mudança de perspectiva sobre o degenerado, tendo em vista que esse não teria condições inatas para ser considerado “robusto” e saudável. Portanto, “os indivíduos que se dedicam aos esportes, sem haver herdado aquelas qualidades acima, também aproveitam, também desenvolvem seus

musculos, sua conformação corporal, mas esse ganho não interessa à prole”, da mesma forma, e o autor segue, “a <<regeneração>> de um tarado mental será de todo incapaz de elevar o senso moral da sua descendência” (Domingues, 1932, p. 6).

Sendo assim, na visão mendeliana - especialmente a ala mais radical - a eliminação do disgênico era a solução mais plausível. Portanto, para os mendelianos, a regeneração física de nada servia se não houvesse uma condição a priori que auxiliasse na regeneração do sujeito, pois, segundo Domingues (1932, p. 12), “a eugenia não é o culto da beleza do corpo”⁵⁵. Todavia, isso não significava que a educação física não possuía valia para os mendelianos. Focando na função reprodutiva da mulher e visando na consequente “melhora” da raça, na resenha sobre o seu livro *Educação Physica Feminina*⁵⁶, Orlando Rangel Sobrinho (1930, p. 6) chegou a conclusão que “a pedra angular de toda regeneração physica nacional está na educação da mulher. E' cuidando dela, diz o erudito autor, que se chega a obter uma ‘raça forte, sadia e bella’”. Portanto, e visando uma conscientização da população nacional através da escola e da família, “um bom livro, que merece divulgação, sobretudo entre as professoras e directoras de cursos gymnasticos”.

Essa preocupação entre os eugenistas em torno do “valor reprodutivo” da mulher era tamanha, que os próprios neolamarckianos também a debatiam, demonstrando como a educação sexual, moral e higiênica também faziam eco na educação física, enfatizando a relação entre os diferentes âmbitos da educação eugênica. Desta forma, essa educação que dialoga com os campos da psiquiatria e da medicina, visava conformar corpos eugênicos em sua totalidade, seja fisicamente, seja conscientemente. Portanto, e de acordo com Foucault (2015, p. 144), “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. [...] O corpo é uma realidade biopolítica”. E considerando a relevância que a medicina - especialmente a sanitaria - possuía dentro da eugenia, esta era “uma estratégia biopolítica”.

Segundo Azevedo (1919a, p. 150-151), ao tratar da educação física como fator crucial na educação feminina,

A regeneração physica da mulher brasileira é certamente o meio mais logico, mais seguro e mais direto de obter-se de futuro uma geração sadia e robusta, em substituição a esta de hoje, que, em geral, se ankysola em atitudes scolioticas e enfezadas, estiolado-se

⁵⁵ Trecho do artigo “Limalhas de um eugenista” escrito por Octávio Domingues para o 38º boletim de eugenia.

⁵⁶ O modo como ocorria a divulgação de obras eugenistas no Boletim de Eugenia variava bastante, sendo em alguns momentos acompanhadas de resumos sobre o seu conteúdo e em outros momentos havendo somente os títulos dos livros. A obra de Sobrinho (1930) obteve uma pequena resenha acompanhando-a.

nos rebentos de uma próle franzina, que surge muitas vezes sobre as ruínas da saúde das mães, quando não seja sobre o sacrifício de sua própria vida. Que podemos de facto esperar de meninas fracas, para quem a maternidade seja uma catástrofe, sinão uma floração cada vez mais raquítica e doentia?

Todavia, mesmo ambas as vertentes focando na reprodução feminina a partir da educação física, a corrente neolamarckiana acreditava na função regeneradora daquela, enquanto os mendelianos viam apenas como algo paliativo, tendo em vista que a ação direta no corpo-espécie da população, como a esterilização - acompanhada de uma educação sexual/matrimonial -, seria mais efetiva. Portanto, e se tratando da heterogeneidade presente no movimento eugenista brasileiro, segundo Bonfim (2019, p. 8-9),

Num esforço de síntese, podemos dizer que o movimento eugênico brasileiro, de forma geral, manteve forte relação com as campanhas sanitárias e educacionais - valorizando as iniciativas nessas áreas como medidas eugênicas - e difundiu-se principalmente em perspectivas de caráter “preventivo” e “positivo”, não obstante comportasse propostas que se encaminharam por uma eugenia “negativa” - concepção que secundarizava os investimentos em educação e higiene por julgá-los insuficientes, já que apenas tangenciam o problema do revigoramento humano - para muitos uma questão racial - sem atacá-lo diretamente.

Deste modo, a eugenia pode ser dividida em ações mais positivas e sanitárias, mas também em proposições mais restritivas e radicais. Todavia, isso não impedia que houvesse uma teorização sobre a educação por ambos os grupos, a qual seria dividida em educação moral, sexual, física e higiênica (figura 06), compondo aquilo que denominavam como “educação eugênica”. Essa educação, como problematizada até o presente momento, visava construir uma consciência eugênica na sociedade, a qual tinha por fim melhorar racialmente aquela, enfim, realizando uma eugeniização social.

Figura 06: Educação eugênica e suas ramificações



Fonte: Imagem gerada com auxílio de Inteligência artificial (IA)

Portanto, e como mencionado durante todo esse trabalho, o principal foco da educação eugênica - e de suas mais variadas ramificações -, era a busca por uma conscientização social da população sobre a sua própria condição como “degenerada”. Deste modo, todas as “versões” da educação eugênica trabalhadas até o momento direcionam para um mesmo caminho: conscientizar e melhorar a população brasileira. Essa compreensão de sua condição, faria com que o povo brasileiro aderisse mais facilmente a ações mais radicais e invasivas, caso fosse necessário. Segundo o prof. Victor Delfino (1929, p. 3), em um texto denominado *O attestado Medico pre-nupcial*,

[...] mediante uma educação adequada, uma propaganda séria e tenaz, se chegue a modificar esses estado de causas, fazendo a nova consciencia eugenica e incorporando ao acervo de nossa legislação civil, ainda demasiado rigida e atrasada para dobrar-se as magnificas conquistas das sciencias biologicas, o attestado medico pre nupcial.

Neste trecho a educação novamente tem o viés de conscientização eugênica. Tendo em vista que a obrigatoriedade de tal ato se aplicaria e seria visto de modo impopular, a

conscientização por parte dos noivos para a realização do exame pré-nupcial faria com que esse movimento se tornasse mais naturalizado. Todavia, este ideal poderia ser aplicado a qualquer aspecto defendido pela eugenia. Através de ações consideradas “construtivas”, os eugenistas iam moldando a mentalidade social inserindo aspectos da ciência do melhoramento humano no cotidiano da sociedade. Essas ações, conceituadas, inclusive, por um eugenista, pressupunham propostas mais positivas e menos invasivas. Conforme o prof. F. Figueira de Mello (apud Kehl, 1929, p. 6), em um artigo denominado *II Concurso de Eugenia*,

Ha dois meios de acção nos quaes se divide a eugenia: a acção restrictiva e a acção constructiva. A accção restrictiva é a que tem por fim coibir pela legislação adequada a proliferação de elementos maus genitores. A acção constructiva é a que tem por fim conseguir esse desiderato pela formação da consciencia sanitaria, pela educação hygienica do povo e larga diffusão dos principios da eugenia.

Esse objetivo de constituir uma consciência coletiva que possuísse aspectos eugênicos era tão presente entre os eugenistas, que o pseudônimo “E. R” (1930, p. 1)⁵⁷, em um texto que visava estabelecer as diretrizes do imaginário *Instituto Brasileiro de Eugenia*, colocava que este buscava “Firmar, em summa, no meio nacional, a consciência eugenica, pela educação galtoniana”, demonstrando a obsessão desses autores por uma mudança de mentalidade social. Renato Kehl, por exemplo, ao solicitar que Octávio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. assumissem o *Boletim de Eugenia* em meados de 1932, colocava que um dos seus objetivos seria alcançar a tão sonhada consciência eugênica. De acordo com Kehl (1932, p. 3),

Seguindo a norma dos que lutam para subsistir, sendo a vida uma renovação constante de valores - impunha-se á nossa publicação receber nova orientação, melhores influxos para assegurar decidido rumo no proposito de difundir ainda mais os ensinamentos de Galton, firmando no país a <<consciencia eugenica>> ou <<consciencia da responsabilidade geradora>>, unico recurso para a melhoria genetica, somato-psiquica e consequente elevação da estrutura media do contingente humano.

Sendo assim, é possível inferir que ambas as correntes, embora divergentes em suas abordagens sobre hereditariedade e ambiente, convergiam na ideia de que a educação era um instrumento fundamental para o “melhoramento racial” da população brasileira. Seja através da promoção de hábitos higiênicos, físicos e morais, como defendiam os neolamarckianos, ou da conscientização eugênica e da seleção de casamentos, como pregavam os mendelianos, a

⁵⁷ Artigo denominado “Instituto Brasileiro de Eugenia” presente no 19º exemplar do Boletim de Eugenia.

educação era vista como um meio de regenerar o corpo-espécie do país. Visando conduzir as condutas da população por um viés eugênico, a educação eugênica é um excelente exemplo de uma manifestação biopolítica buscando a construção de uma nação “almejada”. Desta forma, através dessa conscientização, seria possível normalizar corpos e espíritos condizentes com o ideal eugênico (Kern, 2020), a qual “só poderia surgir de uma ampla ação educativa voltada para o ensino dos preceitos eugenistas ‘em toda a parte’”. Iniciada nos lares, tendo em vista que aos pais “cabe a maior responsabilidade na organização moral e intelectual dos filhos”, essa educação deveria ser continuada nas escolas, as quais, através da “educação pedagógica, por meio da qual o homem in posse se transmuda em homem in actu” (Kehl apud Kern, 2020, p. 12).

4.3 Reformas educacionais e eugenia: Educação eugênica aos eugenizados

Mesmo havendo uma acentuada preocupação sobre como seria aplicada essa educação eugênica, também havia um constante debate sobre quem deveria receber essa educação. Como debatido, ao menos inicialmente, no subtítulo anterior, havia uma acentuada preocupação sobre quem deveria receber essa educação eugênica, dividindo a população entre aqueles considerados eugenizados e os degenerados. Desta forma, esse subtítulo se propõe a analisar para quem essa instrução, que visava o melhoramento humano, era destinada, considerando, acima de tudo, o contexto de valorização da educação nacional.

Segundo Mai e Boarini (apud Schneider; Meglhioratti, 2012, p. 7),

Ao lado das discussões sobre imigração e hereditariedade, considerado por grande parte dos eugenistas, a educação teria a função de estimular as habilidades dos eugenizados, sendo que para os elementos disgênicos, tal investimento seria dispendioso visto a impossibilidade de atingir progressos ante a falta de habilidades provenientes de fatores hereditários. Sendo assim, a educação jamais representaria a função transformadora da sociedade, mas, poderia conferir-lhe a propagação dos ideais eugênicos.

Entretanto, proponho que para a realização da melhoria da raça - mesmo sendo considerado como “dispendioso” - deveria-se convencer também aqueles considerados “disgênicos”. Mesmo a educação eugênica atingindo as elites intelectual, econômica e política do país, não havendo “estudioso das ciencias medicas, juridicas, sociais, pedagogicas, que não se interesse pelas questões galtonianas” (Kehl, 1932, p. 3), a preocupação eugenista também estava em torno daquele que não compunha a nação almejada. Desta maneira, conforme Kehl (1932, p.

3), “impõe-se, porém, alarga-lo, instruindo as pessoas incultas e descuidosas de tudo o que diz respeito aos seus deveres para com as proles futuras”. Esses deveres, portanto, equivaliam às responsabilidades perante os seus herdeiros, considerando as qualidades e defeitos de seus progenitores. Essa ciência sobre os seus próprios deveres, por parte dos considerados “degenerados”, seria construída através da educação. Sendo assim, não se relega o “degenerado” ao esquecimento, mas considera às suas condições no momento de definir qual educação este deverá receber. Desta maneira, de acordo com Kehl (1929, p. 1), em um texto denominado *Educação e Eugenia* - e relacionando o estudante a um paciente - “do mesmo modo, em pedagogia, é indispensável conhecer, não só a personalidade, como também individualidade, antes de considerar o paciente, que se vai educar”. Essa sua fala vem ao encontro de uma outra afirmativa que o autor havia feito nesse mesmo exemplar. No momento em que o “degenerado” tiver noção de sua degenerescência, através da educação eugênica, este procurará não se reproduzir, fazendo com que a raça melhore. De acordo com Bonfim e Kuhlmann Jr. (2014, p. 8),

No artigo *Educação e Eugenia*, Kehl sugere que, tal como a medicina define a terapêutica tendo em vista o seu paciente, a pedagogia deveria considerar primeiro o educando para depois definir o tipo de educação que lhe caberia. Recorre, então, à sentença moral, de valor axiomático, “quem é bom já nasce feito!”, para avançar em suas conclusões de uma educação desigual aos desiguais.

Desta maneira, “dentro deste critério, terá a pedagogia moderna de encarar os seus problemas do mesmo modo por que são tidos na medicina os problemas therapeuticos: - considerar o doente antes da doença, e, do mesmo modo, considerar o educando antes da educação que se lhe pretende dar” (Kehl, 1929, p. 1). Realizando um comparativo com a relação médico e paciente, Kehl coloca que a educação de cada indivíduo deverá condizer com a “espécie de gente” que aquele cidadão pertence. Dividindo os estudantes em três tipos: 1º. Innata e intrinsecamente humana; 2º. Domesticável e 3º. Gente doente ou indomável (essa sendo completamente avessa aos esforços educativos) - sendo as duas últimas definições utilizadas para definir grande parte da população brasileira -, o autor sentenciava uma boa parcela da população à degenerescência e o consequente desaparecimento social. Desta forma, ainda de acordo com Kehl (1929, p. 1), “a individualidade, como a personalidade, - o modo de sentir, de agir, as tendências, os costumes, a capacidade intellectual ou physica são reflexos desses caracteres innatos”, sendo assim, e mantendo a sua visão fatalista, finaliza que “quem é bom já nasce feito!”. A afirmativa que finaliza o artigo, resume aquilo que o autor tratou sobre o assunto no

decorrer do texto. Dividindo a população estudantil em três grupos, exaltou as qualidades do tipo “Innata e intrinsecamente humana” e como a educação sofre revezes ao tratar dos dois últimos grupos. Ao comparar o educador com o terapeuta, traz que o professor deve conhecer o seu aluno, como o terapeuta deve conhecer o seu paciente: estabelecendo as suas mazelas a priori. Desta maneira, segundo E. Apert (1930, p. 3), em um texto denominado A hereditariedade em pathologia, no 21º exemplar do Boletim de Eugenia,

Cada doente deve ser tratado conforme seu fundo hereditário, segundo sua constituição e seu temperamento, assim como cada criança deve ser educada tendo em conta seu caracter e suas tendencias, o que exige condições variaveis. Em todo o caso, o conhecimento do factor hereditário é de uma importancia toda especial; infelizmente, as familias, em perfeita bôa fê, informam muito mal o medico sobre sua hereditariedade.

Portanto, “a educação só poderia agir como filtro apontando quais os biotipos seriam os mais evoluídos intelectualmente, e cuja adaptação à vida, à sociedade, às profissões fosse mais eficiente” (Rocha, 2010, p. 54). Entretanto, considerando a sua visão determinista, “não se devia pretender que seus efeitos, puramente fenotípicos, passassem a ser genéticos, inscrevendo-se no patrimônio biológico”, tendo em vista que na lógica do eugenista, quem era “bom” já nascia feito. De certa forma, uma educação eugênica “completa” para todos os indivíduos poderia ser considerada, de fato, como dispendiosa, entretanto, ao realizar uma diferenciação entre os grupos sociais, a educação poderia se aplicar a todos considerando as suas características raciais e sociais. Desta forma, conforme Rocha (2011, p. 173),

As ações de ordem filantrópicas, sociais e educativas não possibilitariam o melhoramento do “elemento” que por natureza fora considerado um “disgênico”. Era preciso “educar para os fins eugênicos”, conscientizar sobre o “perigo” da miscigenação e priorizar a educação dos indivíduos que traziam hereditariamente um potencial de habilidades comuns a sua linhagem.

Sendo assim, a busca por uma obrigatoriedade da educação eugênica para alunos, e para professores em sua formação acadêmica, no âmbito escolar

[...] cumpriria a função social de operar uma mudança no perfil cultural e comportamental da população, garantindo, assim, as condições necessárias à eugeniização da nacionalidade pela ação do próprio indivíduo, consciente de seu dever com a pátria, mas também pela aceitação de uma eventual e “desejada” atuação do Estado, na implementação de medidas mais radicais, como a esterilização de deficientes, doentes e criminosos (Bonfim; Kuhlmann Jr., 2014, p. 8).

Contudo, não podemos compreender esse movimento em prol da obrigatoriedade da educação eugênica nas escolas como algo isolado e desconexo do contexto da época. Segundo Rech (2017, p. 46), ao realizar uma pesquisa sobre as reformas conduzidas durante o ministério de Gustavo Capanema (1934-1945), o período dos decênios de 1920 e 30 foi marcado por reformas regionais - até mesmo antes da ascensão de Capanema ao poder - as quais “tinham em seu bojo a busca da centralização da educação pautada por projetos eugênicos que salvariam a população da degeneração causada pelos males da miséria, da doença e do analfabetismo, fatores impeditivos para a redenção da nação”. Conforme a autora,

Na década de 1920, ocorreram inúmeras reformas educacionais nos Estados da federação, como as de São Paulo (1920), liderada por Sampaio Dória; Ceará (1922-1923), liderada por Lourenço Filho; Bahia (1924), liderada por Anísio Teixeira; Paraná (1927-1928), liderada por Lisímaco Costa; Rio Grande do Norte (1925-1928), liderada por José Augusto Bezerra de Medeiros; Minas Gerais (1927-1928), liderada por Francisco Campos; e Distrito Federal (1922-1926), liderada por Fernando de Azevedo (Rech, 2017, p. 46).

Visando alterar por completo a realidade educacional brasileira, através de uma visão de progresso e incentivando um ensino mútuo - muito influenciada pelo movimento da Escola Nova -, essas reformas buscavam inúmeras “inovações”, entre as quais estavam o “atendimento médico e dentário, a introdução de aulas de higiene, nutrição, Educação Física, Educação Moral e Cívica nos currículos escolares” (Rech, 2017, p. 47), demonstrando a forte influência da eugenia sobre os debates educacionais da época. Estas aulas eram consideradas importantes para “o desenvolvimento físico, intelectual e cultural da criança, o que contribuía diretamente para o aperfeiçoamento eugênico da raça” (Rech, 2017, p. 47). Desta forma, essas reformas educacionais, apesar de seu efeito estrutural ao construir escolas e profissionalizar professores, pouca efetividade tiveram na população nacional, além de inculcar hábitos higiênicos/eugênicos na mentalidade social. Conforme Rocha (2010, p. 54-55),

Pode-se dizer que as reformas educativas criadas neste período, tiveram no ideal de formação eugênica uma proposta moral, de bons costumes e melhorias no condicionamento físico, visto este fator ser de ordem significativa para a formação de uma raça fisicamente forte, com padrões estéticos que definiriam segundo os parâmetros eugenistas, a nobreza de uma raça.

Um segundo aspecto presente nessa expansão educacional estava no padrão do educando “desejável”. Durante as reformas ocasionadas no Distrito Federal (especialmente durante a década de 1930), por exemplo, era bastante perceptível a pouca adesão por parte de inúmeros

cidadãos às novas escolas implementadas, chegando, em 1931, a cerca de 30%, entre as crianças de seis a doze anos que não frequentavam instituições de ensino regular. “Pouca vontade”? - como dizem inúmeros moralistas de plantão -, ou oportunidades educacionais escassas e desiguais? Pois bem, a resposta mais plausível é de fácil dedução.

Em 1925, o fotógrafo Augusto Malta (1864-1957) foi convidado para registrar a inauguração da Escola Municipal General Mitre na cidade do Rio de Janeiro. A inauguração de uma escola não havia nada de novo, considerando que um dos ideais das reformas educacionais era a criação de mais escolas⁵⁸, mas o contexto fotografado por Malta é de se observar.

Figura 07: Inauguração da Escola General Mitre



Fonte: Coleção Augusto Malta, MIS, Secretaria de Estado de Cultura e de Esporte do Rio de Janeiro

A fotografia acima registra alunos e professores na inauguração da escola General Mitre, da cidade do Rio de Janeiro (todos brancos vestindo roupas brancas), representando a população eugenicamente, e socialmente, almejada.

⁵⁸ Tendo em vista que estamos tratando da cidade do Rio de Janeiro, objeto de aplicação das ideias reformistas de Fernando de Azevedo entre 1922 e 1926 e Anísio Teixeira entre 1931 e 1935, a construção de escolas e a profissionalização dos docentes foram os principais pontos da reforma no Distrito Federal. Segundo Dávila (2005, p. 215), “durante toda a administração Teixeira, 29 novas escolas foram construídas, e estas transformaram a face da educação no Rio. A maioria das escolas foi construída nos bairros pobres das zonas norte e suburbana”, e mesmo aquelas construídas em bairros mais abastados, “como Copacabana, também se destinavam aos moradores mais pobres”.

Figura 08: “Um contingente do Morro do Pinto que não vai à escola?”



Fonte: Coleção Augusto Malta, MIS, Secretaria de Estado de Cultura e de Esporte do Rio de Janeiro.

Em contrapartida, na segunda imagem, há uma dissonância entre teoria e prática de forma bastante nítida. O registro feito por Malta das crianças, em idade escolar, que estão do lado de fora da escola (em sua grande maioria pretos e pardos), destaca a discrepância social, mas também racial na política educacional das décadas de 1920 e 1930. Conforme Dávila (2005, p. 207), “como a escola estava localizada perto do centro da cidade, ricos e pobres, negros e brancos estavam física, embora não socialmente, próximos uns dos outros”. Desta forma, demonstrando que apesar de buscar uma expansão do sistema educacional no país, as reformas educacionais foram marcadamente racializadas, eugênicas e segregacionistas. De acordo com Dávila (2005, p. 201), esse movimento ocorria, pois a “renovação urbana e o mercado imobiliário em expansão vertiginosa forçaram os pobres a saírem em massa dos bairros centrais. Esses trabalhadores pobres assentaram-se, em sua maior parte, nas Zonas Norte e Oeste da cidade, que eram ligadas ao centro pela ferrovia. Levar novas escolas àquela população foi o principal e mais bem-sucedido objetivo da administração de Teixeira”, todavia, isso não significa que essas

escolas possuíam os mesmo objetivos que as escolas centrais destinadas para as classes mais abastadas⁵⁹.

Outro aspecto presente concomitantemente nas reformas educacionais quanto no movimento eugenista, era a preocupação em torno da formação de docentes eugenicamente aptos e instruídos. Desta maneira, apesar de ter como foco os educandos, esses movimentos reformistas também abrangiam os educadores. Ao concentrar-se na profissionalização dos professores, considerando a sua capacidade de subjetivação, os reformadores - mas também os eugenistas - viam “o treinamento dos quadros de professores como chave para a reforma educacional” (Dávila, 2005, p. 162).

Apesar deste contexto de valorização da eugenia e o surgimento de inúmeras reformas que dialogavam com os ideais eugenistas, a propagação desses, especialmente entre a população menos abastada, possuía alguns vieses. Mesmo as reformas educacionais buscando a diminuição do analfabetismo no país, este ainda se tornava um empecilho na construção de uma sociedade eugenizada. Inúmeros autores eugenistas, com destaque para Octávio Domingues, viam como maior problema para a expansão e propagação dessas ideias entre a população, a falta de conhecimentos básicos desta, a qual era ocasionada, quase que exclusivamente, pela alta taxa de analfabetos no país. Conforme Rech (2017, p. 46), “para os intelectuais, o analfabetismo era considerado um dos males que assolava a população, pois impedia o processo eugênico de educação para a construção da nacionalidade”. Tendo em vista que no Brasil, no início dos anos 1900, cerca de 65,5% da população nacional era analfabeta (INEP, 2021), a educação eugênica, a qual era concebida como “um mecanismo estratégico para a consolidação da nação nas primeiras décadas do século XX” (Rech, 2017, p. 44), encontrava revezes para a sua aplicação. Todavia, mesmo com o alto índice de analfabetismo, esta educação, na visão eugenista, “orientada, disciplinada, que abrangia desde hábitos de higiene até a orientação de bons casamentos, resultaria na criação de novos hábitos e costumes nos indivíduos” (Rech, 2017, p. 44), portanto, uma nova consciência.

Durante o governo Vargas esses movimentos educacionais se mantiveram e se intensificaram, especialmente através do ministro Gustavo Capanema, buscando corroborar com

⁵⁹ As escolas destinadas às populações mais pobres possuíam objetivos diferentes que as centrais, aquelas possuindo um aspecto mais assistencialista e empreendendo políticas sanitárias. Segundo Dávila (2005, p. 199), “A reforma expandiu rapidamente o número de escolas, levando programas de saúde e educação aos subúrbios e atacando o núcleo das reconhecidas deficiências da nação - o estado de degeneração e de inadequação eugênica e moral que se acumulou entre os pobres na periferia das cidades”.

o sentimento de nacionalismo nascente, ou melhor dizendo, construído (especialmente durante o regime ditatorial varguista). Segundo Rech (2017, p. 70), “a Era Vargas (1930-1945) destaca-se por ser um período de consolidação do ideal de Estado-Nação, bem como dá governamentalidade biopolítica da população por meio de políticas públicas”, o que incluía o campo da educação. Mesmo com a criação do Estado Novo alguns anos depois, as décadas de 1920-30 são períodos de mudanças políticas, sociais e econômicas no Brasil, possibilitando com que alterações significativas ocorressem no país, especialmente no campo da educação. Conforme Accácio (2005, p. 2),

A crise da ordem oligárquica, as críticas ao caráter excludente do liberalismo, que movimentam a sociedade no sentido mudancista, vão apontando a necessidade de um projeto nacional de desenvolvimento na busca do ideal democrático de uma república Nova, com o Estado como centro de coesão da formação social e a educação como seu elemento desencadeador.

Sendo assim, esse momento de mudanças possibilitou com que as primeiras décadas do século comportassem “grande instabilidade política, momento de organização de protestos e movimentos, como os que se formaram em torno das cobranças por reformas nas áreas da saúde e da instrução pública” (Bonfim, 2019, p. 4). Juntamente a isso, “a ideia de progresso sensibilizou as vanguardas intelectuais dirigentes”, buscando “imprimir uma nova orientação pedagógica e administrativa à instrução pública” (Rech, 2017, p. 49). Todavia, apesar das inúmeras reformas educacionais a níveis estadual e nacional, estas não surtiram muito efeito na mudança de realidade da população menos abastada. Segundo Teixeira (apud Schneider; Meglhioratti, 2012, p. 2).

[...] o sistema educacional mantido em razoável funcionamento até 1930, consistia de um ensino primário gratuito, mas de oportunidade reduzida, um ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer desejo de ascensão social, e um ensino superior gratuito de caráter extremamente ineficiente. Desta forma, a concepção do Sistema Escolar Brasileiro, entre os anos 20 e 30, era selecionador e não formador.

Portanto, o ideal das reformas educacionais no Brasil não era possibilitar a mudança radical da realidade dos brasileiros menos favorecidos, mas fazer com que houvesse uma diminuição do analfabetismo a nível nacional visando com que os ideais eugênicos e conservadores pudessem ser mais facilmente aceitos e melhor compreendidos. Sendo assim, “o Sistema Escolar era organizado e praticado para manter o privilégio das condições sociais e

econômicas acima das capacidades e aptidões individuais, já que sua real distinção não era de nível intelectual, mas sim de nível social (Schneider; Meglhiortti, 2012, p. 2). Portanto, o foco do sistema educacional não estava na mobilidade social, pelo contrário, servia para manter as populações menos privilegiadas em seus respectivos “lugares”, possibilitando com que somente aqueles que tivessem altos recursos financeiros pudessem ter acesso a níveis mais altos de instrução. Um excelente exemplo foi a escola Vicente Licínio - localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ -, destinada à educação das populações mais empobrecidas durante as reformas urbanas ocasionadas em todo o território nacional no início do século passado. Conforme Dávila (2005, p. 202), “quando a escola funcionava, lecionava apenas para alunos até o terceiro ano. Na melhor das hipóteses, os alunos da Escola Vicente Licínio aprendiam as primeiras letras. Além de seus limitados objetivos pedagógicos, a escola concentrava-se em hábitos de saúde e higiene, que visavam a tornar os alunos eugenicamente adequados”. Desta maneira, após as reformas educacionais, a realidade dessa população não mudou substancialmente. As escolas, em bairros periféricos, começam a se tornar mais abundantes e presentes, entretanto possuindo mais um ideal eugênico e de disciplinamento dos corpos que propriamente educacional.

Sendo assim, e com um forte ideal eugênico,

Nas reformas educacionais da década de 1920, a educação compreendida como uma estratégia de governo atua de maneira que o aluno, guiado pelo currículo, faça parte da população reconhecendo-se como tal. A condição para um povo forte, para uma nação forte era, necessariamente, a presença de um “homem forte”. A pátria seria construída por meio de uma educação nacional, que ensinaria as mulheres a serem fortes e sadias, que construiriam e defenderiam a pátria (Rech, 2017, p. 52).

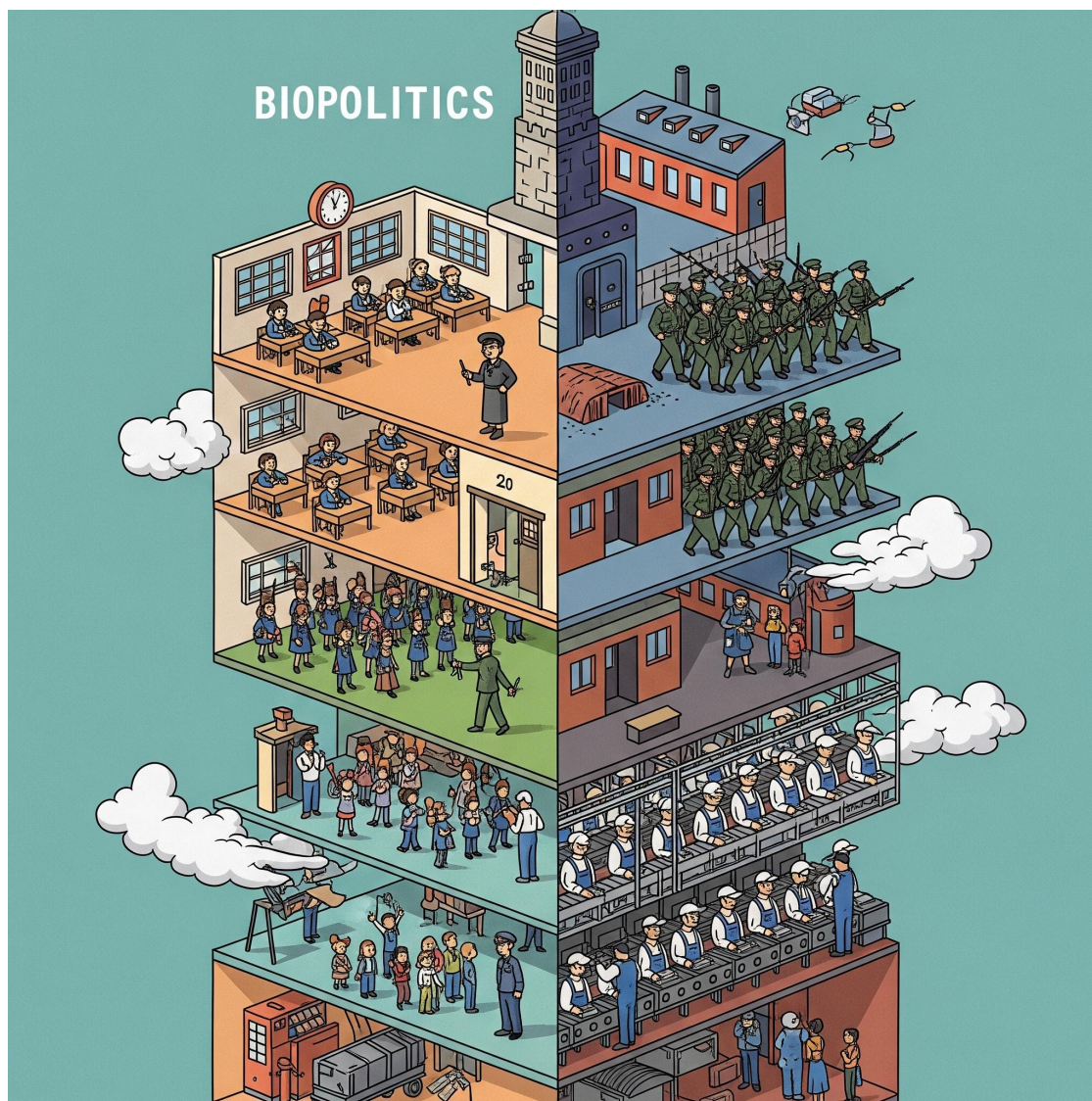
Tendo isso em vista, e considerando que este é um período de construção e busca por um povo almejado para esse Estado-Nação em constante transformação, a eugenia ganha espaço sendo considerada como “justamente, parte desta biopolítica do Estado-Nação, uma biopolítica que regula a população, que a protege de si mesma” (Silva, 2015, p. 7), uma política que a “melhora”. Portanto, a ideologia iluminista - que “ao criar o mito da educação capaz de reformar a sociedade”, desejava que a “vulgarização escolar transforme hábitos e costumes e que uma elite, com a difusão de suas idéias, tenha o poder de remodelar toda a nação” (Accácio, 2005, p. 3) - auxiliava na conformação de uma nação almejada. Tendo isso em vista, a educação eugênica, ao incentivar as reformas educacionais, buscava constantemente conduzir as condutas dos indivíduos visando mudar a mentalidade social e, através de um discurso “progressista”, mas

também segregacionista, o corpo-espécie da população.

Desta maneira, e considerando o contexto abordado acima, apesar de possuir uma discrepância em sua aplicabilidade - havendo uma ênfase em uma educação elitizada e a manutenção de uma instrução empobrecida para as classes menos abastadas - na constituição Federal de 1934, em seu art. 150, alínea a, foi estabelecida a gratuidade e a obrigatoriedade da educação, além da proposição da criação de um Plano Nacional de Educação. Segundo o artigo: Compete á União: a) fixar o plano nacional de educação, comprehensivo do ensino de todos os graus e ramos, communs e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o territorio do paiz (BRASIL, 1934). Juntamente a isso, nessa mesma constituição, em seu artigo 138b, era estabelecida a educação eugênica como obrigatória.

Por fim, após analisar as proposições eugênicas referente à educação e os seus efeitos na sociedade nacional, gostaria de no próximo capítulo aprofundar a relação entre eugenia e biopolítica, explicitando como Michel Foucault compreendia sobre aquilo que denominou como “bio-política da espécie humana” e permitindo compreender como esses mecanismos de controle operaram historicamente para a “eugenização” do Brasil.

5. BIOPOLÍTICA, DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE E RACISMO DE ESTADO: QUEM ESTÁ APTO A HABITAR O PAÍS?⁶⁰



⁶⁰ Imagem gerada com o auxílio da inteligência artificial pelo autor.

5.1 Da biopolítica à necrobiopolítica: Entre a normatização da vida e o abandono da morte

Após analisar as características do documento tido como objeto de estudo dessa dissertação e problematizar as propostas presentes neste, especialmente sobre educação e suas ramificações, acredito que seja necessário dedicar um capítulo à teoria que baseou-me durante toda a dissertação. Metodologicamente, visando analisar essa permanente hierarquia social - com fortes marcações raciais - implementada pela eugenia no Brasil, valho-me novamente do filósofo francês Michel Foucault e de suas teorizações sobre o biopoder e o racismo de Estado.

Em seu último capítulo do livro *História da Sexualidade: A vontade de Saber (1976) - Direito de morte e poder sobre a vida* - o autor muda de direção sobre as teorizações que fazia até então. Em uma obra em que Foucault, até o penúltimo capítulo, contraria a hipótese repressiva da sexualidade; aquele traz uma nova manifestação do biopoder, a biopolítica. Ao contrário do poder soberano - vigente até meados do século XVIII e que focava especialmente na manutenção territorial por parte do monarca - Foucault (1999) começa a tratar não de um poder que tira a vida e deixa viver, mas sobre um que tem por foco a população, fazendo viver e deixando morrer. Desta forma, nesse contexto de surgimento dessa biopolítica da espécie humana “o Estado deixa de ser essencialmente definido pelo território, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade (Veiga-Neto e Lopes apud Silva, 2014, p. 903). O imperativo não é mais a morte, mas a vida. Não há mais suplícios públicos executando sistematicamente os inimigos do rei e fazendo com que os súditos, em sua grande maioria por medo, aprovelem tais atrocidades. Neste novo poder, faz-se viver mais e melhor. As preocupações não são mais voltadas ao rei e ao seu território, mas à população que lá habita e ao seu bem-estar.

No decorrer da leitura, percebe-se que tal assunto torna-se propício para que seja abordada essa nova manifestação do biopoder, visto que o dispositivo de sexualidade, ao substituir o dispositivo de aliança, torna-se central na discussão. Entretanto, para compreender de forma mais completa aquilo que o autor quis colocar sobre o dispositivo de sexualidade e a sua importância para o biopoder, é necessário entender o que seria um dispositivo para o autor e posteriormente entender os seus mecanismos. Conforme Foucault (2015, p. 138), o dispositivo é “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos,

proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. O qual, segundo Silva (2023, p. 36), “articula as relações de saber-poder, os processos de subjetivação e a constituição dos sujeitos num determinado contexto e população”. Desta forma, através do dispositivo de sexualidade, por exemplo, o biopoder age a partir de diversos modos de subjetivação. Sendo assim, no biopoder, o dispositivo de sexualidade “de um lado faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence a regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz” (Foucault, 1999, p. 136). Se tornando “ao mesmo tempo o acesso à vida do corpo e a vida da espécie” (Foucault, 1999, p. 136). Esse foco na sexualidade e as suas implicações neste novo poder, segundo o autor, se dá em virtude de nos encontrarmos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade” (Foucault, 1999), deste modo

[...] os mecanismos do poder se dirigem ao corpo, a vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada. Saúde, progeneritura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade (Foucault, 1999, p. 139)

Esse poder, também tratado nos cursos *Em defesa da Sociedade* (1976), *Segurança, Território, População* (1977-78), *Nascimento da biopolítica* (1978-79) e *Do governo dos vivos* (1979-80), todos proferidos no Collège de France, tinha o corpo como foco (seja o corpo-máquina com um poder microfísico, seja o corpo-espécie e a regulação da população). Apesar de utilizar o termo “biopoder” somente nas obras supracitadas, Foucault começa a tratá-lo em seu livro chamado *Vigiar e Punir - Nascimento das Prisões* (1975), entretanto com um foco mais específico em seu primeiro aspecto, o poder disciplinar. Segundo o autor, esse poder microfísico - ou como coloca o próprio, uma anátomo-política do corpo - visava disciplinar corpos, tornando-os dóceis e úteis para a vida fabril.

De acordo com Foucault (1987, p. 119), “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”. Todavia, com o passar das décadas precisava-se regular essa crescente massa de trabalhadores disciplinados. Precisava-se compreender a quantidade de nascimentos (e possivelmente futuros operários), a taxa de mortalidade e a causa dessas mortes, além de possibilitar condições melhores de vida para o aumento da vida útil destes trabalhadores, para isso, também realizando a eliminação das degenerescências da população. Desta forma, algumas de suas práticas de intervenção no

corpo-espécie da população, seria através do controle “da natalidade, da morbilidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio” (Foucault, 1999, p. 292). Sendo assim, mais ao final do século XVIII aparece o segundo aspecto deste biopoder, a biopolítica da espécie humana (Foucault, 1999). Portanto, essa nova manifestação do biopoder

[...] trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade e de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, justamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (Foucault, 1999, p. 290).

Sendo assim, a biopolítica - como ficou conhecida essa regulação do corpo-espécie - juntamente com o poder disciplinar, visava normatizar e normalizar a população. Portanto, “enquanto nas técnicas disciplinares as questões eram o corpo, suas aptidões e capacidades de adestramento, os problemas, para a biopolítica, o que importa passa a ser temas como a fecundidade, a morbilidade, a higiene ou saúde pública, a segurança social, etc” (Branco apud Silva, 2014, p. 903-904), desta forma, e tomando o homem como ser vivo, o corpo-espécie da população se torna “um corpo enumerável, um corpo que se constitui, desde então, como problema econômico, político, social, científico e médico-biológico” (Gadelha, 2013, p. 112).

Assim sendo, sem anular o poder soberano, as disciplinas e as regulações do corpo-espécie foram gradativamente assumindo esse posto de poder sobre a população. O imperativo soberano de “fazer morrer e deixar viver”, foi esvaindo-se vagarosamente até ser substituído por um poder que “fazia viver e deixava morrer”. Deste modo, “a velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 1976, p. 131). Deste modo, o corpo individual, que como máquina deve ser disciplinado, e o corpo múltiplo, que como população deve ser regulado, constituem “os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Foucault apud Kern, 2016, p. 23). Entretanto, como dito anteriormente, os poderes (soberano, disciplinar e biopolítico) não se anulam, mas sim, se complementam. Para se fazer viver mais e melhor, é preciso, também, deixar/fazer morrer. Desta forma, o poder soberano é realocado nesta sociedade, sendo ele utilizado para a morte do degenerado, do inútil, do anormal. Esse novo poder, juntamente com um predatório sistema capitalista, auxiliou na docilização e controle dos corpos úteis, mas também na eliminação dos inúteis.

Tendo isso em vista, o poder soberano pode ser exercido, juntamente a esse biopoder, através daquilo que Foucault denominou de *Racismo de Estado*. A possibilidade de estabelecer as mesmas condições para todos, especialmente após a explosão demográfica ocorrida na segunda metade do século XVIII, era vista como praticamente impossível - e até mesmo indesejável -, sendo assim, para haver a manutenção de uma sociedade cada vez maior, seria necessário que alguns morressem para que os demais vivessem plenamente. Para isso, o autor utiliza o conceito de *racismo de estado* - dialogando com a biopolítica - compreendendo a utilização da raça como algo estruturante da própria sociedade contemporânea, dividindo a população “em subgrupos que seriam, precisamente, raças”, fragmentando e fazendo “cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (Foucault, 1999, p. 305). Ademais, tendo a raça biológica como foco e visando especialmente a proteção da própria sociedade, “são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (Foucault, 1999, p. 306).

Deste modo, a “nova chave da história” é realocada para a sua versão estatal (Arendt apud Seyferth, 1996), sendo justamente aquilo que faz funcionar, que “faz atuar essa relação de tipo guerreiro - ‘se você quer viver, é preciso que o outro morra’ - de maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder (Foucault, 1999, p. 305). Portanto, de acordo com Foucault (1999, p. 305),

De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu - não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura.

Apesar do racismo existir muito antes do surgimento do biopoder, “foi este o responsável pela introdução do racismo nos mecanismos de Estado, e como mecanismo fundamental do Estado” (Pelbart apud Silva, 2014, p. 904). Assim sendo, segundo Seixas (2020), citado por Souza Júnior (2025, p. 26), o *racismo de estado* pode ser caracterizado como “uma tecnologia de poder que determina os modos de eliminação de quem pode/deve morrer, por meio ‘da eliminação dos indesejáveis, dos inúteis, objetivando promover a saúde e bom funcionamento do corpo social’”. Portanto, nesse novo poder a raça biológica não vai desaparecer, mas será retomado em algo muito diferente que é o racismo de Estado (Foucault, 1999). Segundo o autor

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. [...] É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco da morte, ou pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (Foucault, 1999, p. 306)

Sendo assim, a raça, ou o racismo, durante o século XIX, “será o dispositivo a partir do qual se ‘governará’ a população, dispositivo que colocará em movimentos as estratégias de limpeza racial, higiene, melhoria da espécie”, a qual será, de fato, “o critério político e científico que implicará no direito de viver” (Silva, 2012, p. 195).

A eugenia, a qual é o objeto de estudo desta dissertação, é uma excelente manifestação para compreendermos como esse novo poder funciona. Para haver a suposta melhora do corpo-espécie, o seu constante progresso e o aumento do seu bem-estar, deverá haver a eliminação daqueles considerados como “degenerados”, disgênicos, “anormais”. Seja através de ações de esterilização, seja através de uma conscientização social. Desta forma, “os procedimentos políticos que conduzem a formação da consciência eugênica da população no Brasil, nas três primeiras décadas do século XX, representam a entrada da vida na ordem do saber e do poder (Rech, 2017, p. 53), uma manifestação biopolítica, portanto.

Esse sujeito considerado como “anormal”, nessa sociedade do biopoder, é aquele que não se encaixa “na norma, na regra, a qual é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar” (Canguilhem apud Kern, 2016, p. 24). Nem ao menos os seus atos serão “normalizados”, tendo em vista que normalizar é “impor exigência a uma existência, a um dado, cuja variedade e disparidade se apresentam, em relação à exigência, como um indeterminado hostil, mais ainda que estranho” (Canguilhem apud Kern, 2016, p. 24), tendo em vista que a sua “anormalidade” ocorre em confronto à “normalidade” socialmente construída e aceita. Desta maneira, o normal é o direto oposto do anormal, “é o resultado da aplicação da norma, é o produto esperado de um processo bem sucedido de normalização” (Kern, 2016, p. 24). Sendo, ao mesmo tempo, “a extensão e a exibição da norma”, multiplicando a regra, “ao mesmo tempo que a indica” (Kern, 2016, p. 24). O “normal”, portanto, é o corpo disciplinado, mas também o corpo-espécie regulado. Já o classificado como “anormal” é aquele que foge à norma, que deverá ser corrigido, e em último caso, eliminado. Segundo Foucault (2010, p. 42-43)

[...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação a uma espécie de poder normativo.

Portanto, compreendendo a eugenia como uma manifestação biopolítica, podemos inferir que as inúmeras proposições para o “anormal/degenerado” na eugenia (especialmente enquanto os autores possuíam as suas correlações com o movimento higienista-sanitarista), como um ato que visava “corrigir” o “degenerado/disgênico”, buscando regenerá-lo e não eliminá-lo. Sendo assim, na eugenia “os processos de normalização são agora construídos a partir dos parâmetros biológicos e a eugenia será o dispositivo de intervenção que avalia, examina e determina quem contribui ou não para a melhoria e especialização da espécie” (Silva, 2014, p. 904). Para realizar essa cesura dentro do corpo-espécie da população, a eugenia vai se utilizar, especialmente, da sexualidade. Segundo Silva (2012, p. 195), a “intervenção eugênica implicou na mobilização do dispositivo da sexualidade, no controle e gestão da sexualidade sadia e desejável, pois, o controle da vida passa pelo disciplinamento da sexualidade, das proles, das uniões conjugais e, efetivamente, das famílias”.

Deste modo, segundo Foucault (1999, p. 88),

[...] a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de ‘responsabilidade biológica’ com relação à espécie; não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças, mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie.

Esse movimento de “correção” do “degenerado”, ou a sua futura eliminação, ocorria através de uma conscientização eugênica por parte da população, e consequentemente a condução de sua conduta para o suposto melhoramento da espécie, portanto, a construção de uma governamentalidade eugênica. Através do controle do corpo, da sexualidade e da consciência coletiva, estabelecia-se uma governamentalidade eugênica. Essa governamentalidade, para Foucault (2009, p. 298), seria um “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”. Portanto, através desse poder que se propunha quase que total sobre a população, a eugenia construía uma nova racionalidade, a qual tem por foco a vida, mas que não abandona totalmente a sua relação com a morte.

Todavia, apesar da norma visar corrigir o “anormal” e não eliminá-lo, compreendo que com o passar das décadas - especialmente quando o movimento eugenista, através de Renato

Kehl, começa a se radicalizar e as proposições para o assassinio indireto, quanto o direto, do disgênico começam a se tornar mais comuns - o novo imperativo passa a ser a eliminação do degenerado. Desta forma, a eugenia brasileira - com um ideal nacionalista, com fortes conotações raciais e uma herança escravocrata, mas que possuía uma aplicabilidade mais “suave” se comparado a outros países que teorizavam sobre a ciência do melhoramento humano - fazia viver e deixava morrer. Sendo assim, compreendo a eugenia clássica dentro do espectro biopolítico, como ações que visavam uma “melhoria” do corpo-espécie de determinada nação, fazendo viver, mas também deixando morrer. Todavia, compreendo que as manifestações contemporâneas da eugenia brasileira possuem aspectos de uma necrobiopolítica, como teoriza Bento (2018), entretanto creio que essa análise necessite de um trabalho posterior mais aprofundado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo compreender o papel da educação no interior do discurso eugênico difundido pelo periódico eugenista *Boletim de Eugenia* (1929–1933), identificando suas proposições, seus efeitos de verdade e suas articulações com o projeto de purificação racial e de construção de uma identidade nacional no Brasil da primeira metade do século XX. Ao longo da análise dos 42 exemplares do periódico, verificou-se que a educação ocupava um lugar central na racionalidade eugênica, não apenas como instrumento de transmissão de conhecimentos, mas como tecnologia política voltada à subjetivação e formação de sujeitos condizentes com as proposições eugênicas, logo, buscando a normatização dos comportamentos e a condução da vida da população. O estudo permitiu observar que o *Boletim de Eugenia* operava como um dispositivo de subjetivação, produzindo discursos que buscavam moldar condutas individuais e coletivas. Por meio da defesa de uma educação moral, física, higiênica e sexual/matrimonial, o periódico construía um ideal de sociedade racialmente hierarquizada, na qual o “aperfeiçoamento” da raça brasileira dependia da intervenção sistemática sobre os corpos, os hábitos e a reprodução das famílias. Nesse sentido, buscando construir uma conscientização eugênica, a teoria do melhoramento humano se articulava diretamente ao campo educacional, conferindo-lhe a obrigação de regenerar a população, combater a “degenerescência” e assegurar a formação de um povo considerado apto a habitar o Estado-nação. Essa regeneração ocorreria através da mudança de mentalidade do sujeito sobre si mesmo, percebendo a sua presença no mundo enquanto um indivíduo apto, ou inapto, para habitar o Estado-Nação.

A partir de Michel Foucault, foi possível demonstrar que tais práticas se inscrevem no âmbito da biopolítica - um poder que tem a vida como objeto de gestão e que busca produzir corpos úteis, dóceis e saudáveis. O discurso eugênico analisado evidencia uma forma de governamentalidade que faz viver e deixa morrer, operando distinções entre os grupos considerados aptos e inaptos, desejáveis e indesejáveis. Contudo, ao considerar o contexto brasileiro e suas especificidades raciais e históricas, verificou-se também que determinadas práticas - sobretudo na contemporaneidade - ultrapassam a lógica biopolítica, assumindo contornos necrobiopolíticos, conforme teorizado por Bento (2018). A permanência da morte como horizonte possível para determinados grupos revela que as hierarquias raciais construídas no início do século XX continuam moldando políticas de controle, abandono e violência, o que

demonstra uma atualizada “gestão diferencial da vida”. Ao analisar as reverberações da eugenia no presente, identificou-se que, embora o movimento eugenista clássico tenha sido desmantelado institucionalmente, seus efeitos persistem na forma de novas racionalidades de governo. Práticas como a medicalização da vida, o aconselhamento genético, a neurocriminologia, a centralidade biomolecular fazem parte daquilo que podemos identificar como uma nova-genia (ou eugenética), demonstrando como a eugenia ainda faz eco na sociedade contemporânea.

Assim, esta dissertação evidencia que a educação foi - e continua sendo - um dos principais mecanismos de propagação e atualização das racionalidades eugênicas no Brasil. Sendo assim, o *Boletim de Eugenia* operou como instrumento de difusão desses imperativos, contribuindo para a constituição de práticas, expectativas pedagógicas e políticas públicas que buscavam controlar a vida e produzir um determinado tipo de sujeito nacional. Ao mesmo tempo, abre caminho para trabalhos futuros que visam compreender algumas continuidades eugênicas na sociedade brasileira, especialmente ao tratarmos de discursos sobre imigração, miscigenação, segurança pública, estética e reprodução; estruturando percepções sociais que hierarquizam corpos e definem quais vidas são investíveis e quais podem ser descartadas. Por fim, reconhece-se que este estudo não esgota as possibilidades de análise sobre a eugenia e suas permanências na contemporaneidade, mas se propõe a iniciar o debate de forma qualificada. Ainda assim, ao problematizar as articulações entre eugenia, biopolítica e educação, este trabalho contribui para a compreensão crítica de como determinadas racionalidades continuam estruturando o tecido social brasileiro, convidando à reflexão sobre os mecanismos que naturalizam desigualdades, racismos e hierarquias que atravessam a vida nacional desde o século passado.

7. REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte Oliveira. OS ANOS 1920 E OS NOVOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.19, p. 111 -116, set. 2005 - ISSN: 1676-2584

ASUA, Luiz Jimenez de. Àspects jurídico da maternidade consciente. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6-7, p. 1-3, jun-jul. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 02 fev. 2025.

APERT, E. A hereditariedade em pathologia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 1-3, set. 1930. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 28 ago. 2025.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogênese**, Vol. 6, nº 2, 2013. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/saraazevedo.pdf>

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação? **cadernos pagu (53)**, 2018:e185305.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo. **Educar**: Curitiba, n. 12, p. 153-165. 1996, Editora UFPR

BONFIM, Paulo Ricardo. Educação Eugênica: as recomendações de Renato Kehl a educadores, pais e escolares. **History of Education in Latin America - HistELA**, v. 2, e17449, p. 1 - 16.

BRASIL. Constituição Da República dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 nov. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BROCOS, Modesto. 1895. **[A Redenção de Cam]**. Pintura, Óleo sobre tela, 199 x 166 cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

CAMARGO, Tarciso Alex. **A Revista Educação Physica e a Eugenia no Brasil (1932-1945)**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2010.

CIMA, Afonso. **Medicalização da escol(h)a: A produção de estilos de vida saudáveis a partir dos discursos da saúde na educação básica**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2023.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Rio de Janeiro, 1929. **Actas e trabalhos**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. 342 p.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: Política social e racial no Brasil - 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DIAS, Ana Carolina Neves; EL-JAICK, Ana Paula. A monumentalização do discurso na arqueologia do saber, de Michel Foucault. **Signótica**. 2021, v.33: e66553

DIWAN, Pietra. Eugenia, a biologia como farsa: No século XIX o racismo ganhou status científico por meio de uma doutrina que inspirou governos e intelectuais de todo o mundo. **Revista Uol**, São Paulo, edição 49, p. 1-8, nov. 2007.

_____. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Octavio. **A Hereditariedade em Face da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929.

_____. Saude, higiene e eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 2-5, jun. 1930. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 20 mar. 2025.

_____. Ciencias: mestiçamento e eugenia. São Paulo: **Revista do Brasil**, 1938.

E. R. Causas da desorganização matrimonial: falhas da educação moderna. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 1-3, jul. 1930. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 27 ago. 2025.

_____. Instituto Brasileiro de Eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 1, jul. 1930. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 27 ago. 2025.

_____. Lar e a educação sexual das creanças. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 1-3, out. 1930. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade saber**. Rio de Janeiro,. Graal, 1999.

_____. **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do poder.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: José Olympio, 17ª ed., 1975.

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

GOÉS, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl.** São Paulo: Unesp, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Mapa do analfabetismo no Brasil.* Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 23/10/2025.

EDGAR, John. Eugenia e Patriotismo. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 2, mar. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 10 jan. 2025.

KEHL, Renato. **A Fada Hygia: Primeiro Livro de Higiene.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª Edição, 1930.

_____. Boletim de Eugenia e “Medicamenta”. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6-7, p. 1, jun./jul.. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 6 fev. 2025.

_____. “Darwinismo Social e Eugenia”. In: SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. Annaes de Eugenia. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1919, p. 175-184.

_____. Educação e Eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p. 1-2, set. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 8 fev. 2025.

_____. Eugenia e eugenismo. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 1, ago. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 8 fev. 2025.

_____. Inquérito sobre Educação Sexual. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 1-3, dez. 1930. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 01 out. 2025.

_____. Irmãos Gêmeos. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 42, p. 18-20, abr-jun. 1933. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 nov. 2025.

_____. Limitação da natalidade. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 1-2, dez. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 fev. 2025.

_____. O ensino da Eugenia nas escolas secundárias. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, p. 5, jun. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 10 out. 2025.

_____. O médico de família e a eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 2, jan. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 02 jan. 2025.

_____. O nosso boletim. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1, jan. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 02 jan. 2025.

KERN, Gustavo da Silva. A educação eugênica nos Annaes de Eugénia. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 305-321, jan./abr. 2020.

_____. **“Educar é eugenzar”: Racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

LACERDA, João Baptista. **Sobre os Mestiços no Brasil**. Tradução de “Sur le métis au Brésil” (Premier Congrès Universel des Races: 26-29 juillet 1911, Paris, Devouge, 1911).

LEMOES, Flavia Cristina Silveira Lemos; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3): 353-357, 2009.

LÉO NETO, Nivaldo Aureliano. Divulgação e Educação Científica Racista no Boletim de Eugenia (1929–1933): Uma Análise Crítica com Vistas a Contribuir para uma Educação em Ciências Contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 21, p. 1 - 31, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/24750>

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

MENDES, M. I. B. de S.; NOBREGA, T. P. da. O Brasil-Médico e as contribuições do pensamento médico-higienista para as bases científicas da educação física brasileira. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, p.209-219, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n1/13.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2025.

MUCKERMANN, Herman. Fundamentos hereditarios e eugenia. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6-7, p. 5-6, jun-jul. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 fev. 2025.

NORTE, João do. Brasil e a Raça. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 8, p. 1, ago. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 15 fev. 2025.

PENNA, Belisario. Eugenia e eugenismo. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 3-4, out. 1929. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 20 fev. 2025.

RAGO, Luzia Maragareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RECH, Rafaela. **(Bio)Políticas Educacionais E Eugenia Nos Tempos Do Ministro Gustavo Capanema**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2017.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no boletim de eugenia 1929-1933. **Cadernos de pesquisa: pensamento educacional**, Curitiba, v.6, n.13, p.162-177, 2011. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq13/11%20a_educacao_cp13.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.

_____. **Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933**. São Paulo: PUC, 2010.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1894.

ROITBERG, G. P., & GOMES, L. R. Educação, hereditariedade e eugenia: o projeto educacional de Octavio Domingues (1926-1932). **Rev. Bras. Hist. Educ.**, 23, e249, 2023

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos rolados**: estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & Cia, 1927.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública do Brasil na década de 1930. In: **IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL (ANPED SUL)**, Caxias do Sul, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SERAFIM, Sylvia. Um inquérito interessante. Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25, p. 8, jan. 1931. Disponível em: hemerotecadigital.bn.br. Acesso em: 28 set. 2025.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SILVA, Carla Adriana Batista da. **Biopolítica e Governamentalidade: conexões entre “raça”, saúde, educação e a emergência da população nos anos 1920 e 1930 no Brasil**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2014.

SILVA, Giuslane Francisca da; JÚNIOR, Sérgio da Silva Machado. O discurso em Michel Foucault. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 8 n. 16 - UFGD - Dourados, jul/dez - 2014.

SILVA, Mozart Linhares da. SKOLAUDE, Mateus Silva. Biopolítica e lusotropicalismo: sexualidade e gênero na construção das narrativas nacionais de Portugal e Brasil. In: HILLESHEIM, Betina; SOUZA, Camilo Darsie de; SILVA, Mozart Linhares da; ARAUJO, William Fernandes. **Temas, conceitos e percursos metodológicos: Possibilidades da Pesquisa em Educação**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2024.

_____. Biopolítica, educação e eugenia no Brasil (1911-1945). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 8, n. 4, p. 900–922, 2014. DOI: 10.21723/riaee.v8i4.5070. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070>. Acesso em: 21 fev. 2025.

_____. **Introdução à Biopolítica de Michel Foucault: e seus desdobramentos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

_____. Miscigenação e Biopolítica no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Vol. 4 Nº 8, p. 192-210, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10480/6822>

_____. **Produção de subjetividades raciais no Brasil: da democracia racial às políticas de identidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

_____. Raça e racismo: breve digressão. In: SILVA, Mozart Linhares da; DIAS, Luiza Franco. **21 Textos para discutir racismo em sala de aula**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022

SILVEIRA, Éder da Silva; RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. A produção do conhecimento histórico sobre memória e patrimônio: algumas considerações sobre o uso das fontes e notas preliminares para o professor/historiador em formação. In: NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Centros de Documentação e Arquivos: acervos, experiências e formação**. São Leopoldo/Rs: Editora Oikos, 2016.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Paz e Terra, 1976.

SOUZA, José Wellington. O Jeca doente de Problema Vital: Monteiro Lobato e os higienistas de São Paulo em 1918. **Estud. sociol.** Araraquara, v.23, n.44, p.325-344, jan.-jun. 2018.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia no brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina**, 2005.

_____. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 93-110.

_____. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 42, no 89, 2022, pp. 93-115

_____. Resenha de “A Hora Da Eugenia”: Raça, Gênero e Nação na América Latina. In: Stepan, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 224p.

_____. **Renato Kehl e a eugenia do Brasil: Ciência, raça e nação no período entreguerras**. Guarapuava - PR: Editora Unicentro, 2019.

SOUZA JÚNIOR, Manuel Alves de. **“Branco com branco, preto com preto”: Contribuições da educação eugênica para a produção da branquitude no Brasil (1909-1945)**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2025.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391.